



INTERCULTURALIDADE

VOLUME VI

UMA VISÃO GERAL

ORGANIZADORES

Dr. Luis Antônio Monteiro Campos
Universidade Católica de Petrópolis

Dr. Alberto Abad
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. José Aparecido da Silva
Universidade Católica de Petrópolis
Universidade de São Paulo

Dr. Francisco dos Santos Cardoso
UTAD - Portugal



INTERCULTURALIDADE

Uma Visão Geral

VOLUME VI

ORGANIZADORES

Luís Antônio Monteiro Campos (UCP)

Alberto Abad (UFJF)

José Aparecido da Silva (UCP e USP)

Francisco dos Santos Cardoso (UTAD - PORTUGAL)

1ª Edição
Rio de Janeiro – RJ
Dos autores
2025

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS

Grão-Chanceler

Dom Joel Portella Amado

Reitor

Pe. Pedro Paulo Carvalho Rosa

Vice-reitor

Marcelo Vizani Calazans

Pró-Reitor de Graduação e de Pós-Graduação e Pesquisa

Leandro Antônio Rodrigues

Pró-Reitor Administrativo

Anderson de Souza Cunha

Pró-Reitor Administrativo Adjunto

Carlos Henrique Freire Lisboa

Coordenador Núcleo de Estudo e Pesquisa em

Interculturalidade

Luís Antônio Monteiro Campos

Copyright © 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Os capítulos refletem unicamente a opinião de seus autores.

Editor: Os autores

Revisão: Elis Crokidakis

Projeto Gráfico e Capa: Alberto Abad

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Interculturalidade [livro eletrônico] : uma visão
geral : volume VI / organizadores Luís Antônio
Monteiro Campos...[et al]. -- 1. ed. --
Rio de Janeiro : Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Alberto Abad, José Aparecido
da Silva, Francisco dos Santos Cardoso.

Bibliografia.

ISBN 978-65-984545-3-1

1. Cultura - Aspectos sociais 2. Direitos humanos
3. Diversidade cultural 4. Identidade cultural
I. Campos, Luís Antônio Monteiro. II. Abad, Alberto.
III. Silva, José Aparecido da. IV. Cardoso, Francisco
dos Santos.

25-247932

CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Interculturalidade : Cultura : Sociologia 306.43

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Conselho Editorial e Comitê Científico

Luís Antônio Monteiro Campos (UCP e PUC-Rio) (presidente)

José Aparecido da Silva (UCP e USP)

Alberto Abad (UFJF)

Francisco Cardoso (UTAD – PORTUGAL)

Rodolfo de Castro Ribas Junior (UFRJ)

Alessandra Marques Braga (UNIGRANRIO)

Jesiane de Souza Marins (FASAP)

Cleia Zanatta (UCP)

Diogo Bonioli (UFRJ e UNIGAMA)

Walfrido Nunes de Menezes (UFP)

Avaliadores externos

Marcos Aguiar (UFRRJ)

Claudia Behar (UNIGRANRIO)

Thelma Mary (UNESA)

Marck Torres (UFAM)

Zeimara de Almeida Santos (UFBA)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1: CONTEMPORANEIDADE E IMPASSES INTERCULTURAIS.....	10
CAPÍTULO 2: LEITURA DE AMBIENTE E INTERCULTURALIDADE NA PSICOLOGIA HOSPITALAR: DOENÇAS AUTOIMUNE	28
CAPÍTULO 3: TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO É UM AGENTE POTENCIAL PARA UM TRANSTORNO DE ANSIEDADE EM DIFERENTES CULTURAS	41
CAPÍTULO 4: PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA INTERCULTURALIDADE COMO LUTA CONTRA HERANÇAS COLONIAIS	53
CAPÍTULO 5: LITERATURA E ARTE: FORMAS DE INTERCULTURALIDADE ...	69
CAPÍTULO 6: INTERCULTURALIDADE E MÍDIAS SOCIAIS: PROGRESSO OU RETROCESSO.....	75
CAPÍTULO 7: A CULTURA DA INCLUSÃO E DO DESAMPARO DOS VÍNCULOS AFETIVOS NO ENVELHECIMENTO.....	90
CAPÍTULO 8: O ESTUDANTE, SUA INTELIGÊNCIA E SEU CONTEXTO EDUCACIONAL-CULTURAL.....	111
CAPÍTULO 9: NEGLECTING STRESS TRANSACTIONS: A SYSTEMATIC REVIEW OF PSYCHOMETRIC AND CULTURAL GAPS IN CROSS-CULTURAL STRESS SCALES	129
ÍNDICE REMISSIVO.....	156
DOS AUTORES.....	158

APRESENTAÇÃO

O livro "Interculturalidade: uma visão geral volume VI", reúne uma análise profunda e diversificada sobre os desafios interculturais contemporâneos, explorando a complexidade das interações culturais em um mundo globalizado. Organizado por renomados acadêmicos como Luís Antônio Monteiro Campos, Alberto Abad, José Aparecido da Silva e Francisco Cardoso, o volume se destaca por seu enfoque interdisciplinar, integrando perspectivas de áreas como Filosofia, Sociologia e Psicologia.

Os autores do capítulo um, *Contemporaneidade e Impasses Interculturais*, exploram os desafios da vida contemporânea sob a ótica do conceito de modernidade líquida de Zygmunt Bauman, a crise de identidade apontada por Gilles Lipovetsky e as ideias de Viktor Frankl sobre o vazio existencial. A partir de uma análise teórica, o capítulo aborda como os fenômenos sociais e culturais atuais que moldam as relações interculturais e os conflitos resultantes.

O capítulo dois, *Leitura de Ambiente e Interculturalidade na Psicologia Hospitalar: Doenças Autoimunes*, foca na prática da Psicologia Hospitalar, destacando a importância da leitura de ambiente e da sensibilidade intercultural no atendimento aos pacientes com doenças autoimunes. Com um estudo de caso detalhado, os autores discutem os desafios emocionais, sociais e culturais enfrentados por pacientes hospitalizados, propondo estratégias para um cuidado psicológico mais eficaz e humanizado.

Os autores do capítulo três, *Transtorno de estresse pós-traumático é um agente potencial para um transtorno de ansiedade em diferentes culturas*, analisam como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) se manifesta em diferentes contextos culturais e como ele pode ser um fator desencadeante de outros transtornos psicológicos, como a ansiedade. O capítulo apresenta uma abordagem interdisciplinar para entender e tratar os impactos do TEPT na vida dos indivíduos e suas comunidades.

Em seguida, o capítulo *Perspectivas críticas da interculturalidade como luta contra heranças coloniais* examina as interseções entre interculturalidade e heranças coloniais, destacando como estruturas culturais e históricas perpetuam desigualdades. Os autores discutem possíveis caminhos para o enfrentamento dessas barreiras por

meio de práticas interculturais que promovam o respeito à diversidade e à equidade.

O capítulo cinco, *Literatura e arte: formas de interculturalidade*, explora como a arte e a literatura atuam como elementos interculturais, conectando culturas diversas por meio de expressões estéticas e políticas. Baseando-se em autores como Walter Benjamin e Lyotard, o capítulo analisa a relação entre estética, política e cultura, destacando como as obras artísticas transcendem seus tempos históricos e estimulam reflexões sociais e políticas.

No capítulo seis, *Interculturalidade e mídias sociais: progresso ou retrocesso*, são abordadas as implicações das mídias sociais na interculturalidade, destacando os padrões consumistas e estéticos promovidos por essas plataformas. O capítulo propõe um olhar crítico sobre como essas redes afetam os diálogos interculturais e potencializam tanto inclusão quanto exclusão, criando uma nova forma de poder e dominação através da padronização cultural.

Já o capítulo sete, *A cultura da inclusão e do desamparo dos vínculos afetivos no envelhecimento*, discute os desafios enfrentados pelos idosos na manutenção de vínculos afetivos, considerando o contexto familiar e social. Destaca a importância desses vínculos para a saúde mental e emocional e os efeitos negativos de sua ausência, como isolamento e exclusão. São propostas práticas para fortalecer esses laços em contextos de inclusão.

O capítulo oito, *O estudante, educacional-cultural*, foca na relação entre inteligência, ambiente educacional e desempenho acadêmico. Os autores questionam a atribuição de responsabilidade exclusivamente aos professores pelos resultados escolares, argumentando que a maior parte da variação no desempenho depende das características dos estudantes, incluindo habilidades cognitivas e contexto socioeconômico.

Encerrando o volume, o capítulo nove, *Neglecting Stress Transactions: A Systematic Review of Psychometric and Cultural Gaps in Cross-Cultural Stress Scales*, uma revisão sistemática sobre escalas de stresse transcultural, identifica três limitações principais: reducionismo psicométrico (foco excessivo na fiabilidade Alpha), validação cultural fraca (testes insuficientes em diversas populações) e negligência do modelo transaccional (ignorar a interação pessoa-ambiente). O autor conclui que a maioria dos instrumentos mede apenas os estressores (como barreiras linguísticas e discriminação), omitindo os processos de avaliação cognitiva e coping,

e propõe o desenvolvimento de ferramentas que integrem holisticamente estas dimensões.

Cada capítulo do livro contribui para uma compreensão mais ampla e crítica das relações interculturais, trazendo reflexões pertinentes para a academia e para os profissionais que atuam em contextos culturais diversos.

CAPÍTULO 1: CONTEMPORANEIDADE E IMPASSES INTERCULTURAIS

Mara Cristina Silva Medeiros

<https://orcid.org/0000-0003-2233-184X>

Gabriel Silva Medeiros

<https://orcid.org/0009-0001-2222-9266>

Cleia Zanatta

<https://orcid.org/0000-0002-9951-9771>

Tânia Marlene Teixeira Moreira

<https://orcid.org/0000-0002-8113-1795>

Luís Antônio Monteiro Campos

<https://orcid.org/0000-0002-6899-770>

Introdução

Este capítulo trata de reflexões e análises acerca do contexto contemporâneo e possíveis implicações no âmbito da interculturalidade, considerando o pressuposto de que o espírito da época atual (*Zeitgeist*) traz em seu bojo modos de vida atravessados por fenômenos próprios da contemporaneidade que podem gerar impasses interculturais.

Assim, interessou aos autores saber que relações são possíveis de se estabelecer entre narrativas que caracterizam a atualidade e a interculturalidade? Questão que se buscou responder, por meio das reflexões aqui expostas e norteadas pelas contribuições teóricas da Psicologia Social, da Sociologia, da Filosofia e da Logoterapia.

O percurso deste trabalho segue a partir de um diálogo entre Viktor Frankl (2019b) e Sigmund Freud (1996), no que se refere às suas contribuições sobre a psicologia grupal; e com os autores: Gilles Lipovetsky (2005), Zygmunt Bauman

(2007) e Charles Taylor (2011).

Para tanto, este trabalho foi balizado por objetivos visando, sob perspectiva geral, analisar fenômenos sociais que impactam sobre o modo de vida das pessoas na época atual e identificar possíveis impasses interculturais decorrentes de tais fenômenos.

Este trabalho justifica-se pelo interesse dos autores em refletir sobre as condições que caracterizam o mundo contemporâneo, tais como descritas nas contribuições teóricas da Antropologia, da Sociologia e da Filosofia que impactam as formas de se analisar os princípios contidos na noção de interculturalidade.

Metodologicamente, este capítulo se organizou a partir da revisão de literatura narrativa, caracterizada como ensaio teórico, método de natureza qualitativa que implica na busca de uma construção dialética entre o objeto estudado e o pensamento do autor na produção de conhecimento, com base nas contribuições dialogadas com os autores livremente selecionados para subsidiarem o trabalho.

Os argumentos deste ensaio são estruturados da seguinte forma: (1) o *Zeitgeist* contemporâneo e suas implicações na vida cotidiana; (2) impasses interculturais relacionados à contemporaneidade.

O *Zeitgeist* contemporâneo e suas implicações na vida cotidiana

Basta uma mirada à vida cotidiana das cidades para que o observador comum perceba ao seu redor a proliferação de estímulos variados advindos de imagem-veículo dos imperativos do consumo, sob a forma de objetos cuja obsolescência já vem, de antemão, programada. Há a febre *coach* e seus infalíveis passos para o sucesso, provocando, em progressão geométrica, a fascinação das massas. A literatura correspondente não fica para trás: marcada com fortes contornos de ciências duvidosas, enche as estantes das livrarias e ocupa os primeiros lugares nos *rankings* dos “mais vendidos”.

A coletividade vê-se engajada em querelas polarizadas de ideologias políticas, no que suas lutas cegas estão mais comprometidas com a prevalência do argumento que na possibilidade de qualquer mudança efetiva em prol da comunidade. Pairam

sobre a sociedade o medo, a incerteza e a violência, a que ela responde com obsessivas medidas de segurança e controle. Dia após dia, a mídia choca com notícias de mais um assassino em série que abriu fogo contra a multidão, ou de nova catástrofe natural ou de outro trágico acidente evitável se houvesse maior comprometimento político-social.

O desencadeamento global das toxicomanias e a medicalização da vida apontam, subjacentes às narcoses devastadoras, tentativas precárias de anestesiarmos a dor de existir. Modos sintomáticos de socialização se estabelecem ante à falta das antigas hierarquias, isto é, de um ideal comum e agregador das coletividades. A duração das uniões familiares, hoje cada vez mais rarefeita, sinaliza a cultura hedonista do agora, em que se rechaça ferreamente a tradição e o futuro para viver apenas o presente, sem medir consequências.

Esse contexto, que faz parte da experiência cotidiana, passível de apreensão tanto pelo olho clínico quanto pelo cidadão médio, revela curioso paradoxo: tantas fórmulas e regras definitivas para encontrar autorrealização, tantas possibilidades de combinação psicofarmacológica para erradicar a dor, tanta liberdade de expressão e de posicionamento, tanta promessa de felicidade e, não obstante, cada vez mais pessoas abarrotam antessalas de consultórios psicológicos e psiquiátricos, serviços de saúde mental e outros com queixas de cansaço, insônia, depressão, ansiedade, compulsões e diversificada lista de sinais e sintomas psicopatológicos.

São tempos líquidos. Se a pós-modernidade era sólida, agora se vive uma condição em que as estruturas sociais não se sustentam por muito tempo. Zygmunt Bauman (2007) estabelece uma interessante relação entre o individual e o coletivo ao pontuar que as instituições

[...] não podem [mais] servir como arcabouços de referência para as ações humanas, assim como para as estratégias existenciais a longo prazo, em razão de sua expectativa de vida curta: com efeito, uma expectativa mais curta que o tempo que leva para desenvolver uma estratégia coesa e consistente, e ainda mais curta que o necessário para a realização de um “projeto de vida” individual (Bauman, 2007, p. 7).

Poder e política se cindem. O poder se afasta do Estado moderno rumo a um espaço global, politicamente descontrolado, contrariamente à política, que, por sua

vez, é apenas local e responde pela capacidade de definir direção e objetivo para uma ação. Ausente o controle político, os novos poderes passam a montar um *status quo* de profunda incerteza, e a consequente impotência das instituições políticas faz com que estas se tornem cada vez menos relevantes aos problemas dos habitantes das cidades globais. Tal descrença leva as ações estatais à terceirização, subjugadas às imprevisíveis e volúveis forças do mercado (Bauman, 2007). O sociólogo aponta para o fato de que a expressão comunidade perde substância, porque os laços que outrora teciam estrutura digna de investimentos constantes de tempo e esforço se veem frágeis e fugazes, sendo difícil ao indivíduo o sacrifício de satisfações imediatas ou interesses particulares.

Ademais, na modernidade líquida os “sucessos passados não aumentam necessariamente a probabilidade de vitórias futuras” (Bauman, 2007, p. 9), o que significa basicamente o colapso do pensamento, do planejamento, da ação a longo prazo. A história da política e das vidas particulares se desmembra em episódios infinitos, descontínuos, que não compõem uma progressão. Fragmentada, portanto, fica a vida, a repercutir de modo que pesam mais na balança as orientações laterais que as verticais, estas típicas das sociedades pré-modernas.

Quanto às pessoas, cai sobre elas a sombra da indeterminação que caracteriza os problemas hodiernos. “[...] Se espera que [as pessoas] sejam *free-choosers* e suportem plenamente as consequências de suas escolhas” (Bauman, 2007, p. 10). Foi-se do paradigma das regras, com as quais outrora consentiam, para o da flexibilidade. Agora se trata da mudança repentina de tática, do abandono de compromissos e lealdades estabelecidas, buscando-se oportunidades mais consonantes com a disponibilidade do que com as de preferência pessoal.

Em 1923, Freud (1996) se interessava pelas alterações mentais que o grupo era capaz de exercer sobre o indivíduo. Sua tese era a de que a estrutura grupal subsiste tanto por conta dos laços libidinais que unem os membros entre si como pela devoção servil ao chefe. A parte IX de Psicologia do ego termina de uma maneira surpreendente: “Ousemos, então, corrigir o pronunciamento de Trotter de que o homem é um animal gregário, e asseverar ser ele de preferência um animal de horda, uma criatura individual numa horda conduzida por um chefe” (Freud, 1996, p. 131).

Em termos fenomenológicos, o psicanalista parece estar aqui dizendo de um sujeito tomado pelo circuito psicofísico. O grupo enquanto massa desperta nos interessados uma irresistível inclinação para se entregar cada qual irrestritamente às suas paixões. Ao se fundirem, os membros perdem o senso dos limites de sua personalidade. “Um grupo é um rebanho obediente que nunca poderia viver sem um senhor. Possui tal anseio de obediência, que se submete instintivamente a qualquer um que se indique a si próprio como chefe” (Freud, 1996, p.91). Segundo esse autor, assim funciona a vida mental das crianças, dos neuróticos (sentido estrito do termo) e dos povos primitivos. Ainda que se trate aqui do início do século passado, seria ingênuo desacreditar o texto freudiano.

Em sua época, ao falar da psicologia das massas, Freud (1996) deu ênfase em instituições como a Igreja, guiada pelo Cristo e ao exército, liderado pelo comandante-chefe do batalhão. Contudo, é pertinente interrogar-se quanto ao fato de que, mesmo com o esvanecer das ordenações hierárquicas que determinavam identidades individuais através de, por exemplo, títulos de nobreza, os fenômenos de massa parecem haver mais se intensificado que reduzido, ainda que à maneira de um individualismo democrático, por assim dizer.

Hoje, diversas são as “tribos” urbanas que têm suas próprias causas, regras, hábitos, maneirismos, lideranças. Na *Internet*, o anonimato permite a formação de comunidades extremamente ativas, sobremaneira através de fóruns nos quais cada um diz o que pensa e se apresenta somente por um *avatar* ou *nick name*. Há grupos que se estabelecem em torno de uma causa comum, qual seja, disseminar o ódio contra outros segmentos sociais, mas também existem associações destinadas a trocar informações e conhecimento. O espectro é largo: bem e mal se imiscuem em vívidas conexões, amiúde ocultas aos olhos da lei e também do homem médio.

Gilles Lipovetsky (2005), servindo-se da figura de Narciso, aponta para a cultura atual, obcecada com a descoberta do eu. Segundo o autor, marcam a atualidade a despolitização e a dessindicalização, somadas a uma desafeição e apatia generalizadas que expandem ostensivamente. Após a década de 1960, começam a se esgotar a contracultura, a contestação estudantil e as esperanças revolucionárias. Faz-se uma transição do investimento de massa que se apresentava, até então, na agitação política e cultural daquele tempo, para os interesses meramente pessoais, a despeito da crise econômica. O *Zeitgeist* do século é o narcisismo, engendrado da deserção

política. “Fim do *homo politicus* e surgimento do *homo psychologicus*”, à espreita do seu ser e do seu maior bem-estar.” (Lipovetsky, 2005, p. 33).

No mesmo diapasão que Bauman (2007), o filósofo francês denuncia, no nosso século, a ênfase dada ao presente que pulveriza o sentimento de uma continuidade histórica. Vive-se por si mesmo sem preocupação com a tradição ou a posteridade: “o sentido histórico foi abandonado, da mesma maneira que os valores e as instituições sociais” (Lipovetsky, 2005, p. 33). A ameaça e a incerteza do futuro deixam a cada um a alternativa de agarrar-se no presente, incessantemente protegido, arrumado e reciclado, o que relança a humanidade numa juventude sem fim.

Ao mesmo tempo em que coloca o futuro entre parênteses, o sistema procede à ‘desvalorização do passado’, em razão de sua avidez de soltar-se das tradições e das limitações arcaicas, de instituir uma sociedade sem amarras e sem opacidade; com essa indiferença pelo tempo histórico instala-se o narcisismo coletivo, sintoma social da crise generalizada das sociedades burguesas, incapazes de enfrentar o futuro de outro modo, a não ser com desespero (Lipovetsky, 2005, p. 33).

Considerando a assertiva de que o narcisismo seria uma estrutura, algo de constitutivo da personalidade pós-moderna, Gilles Lipovetsky (2025) afirma que este Narciso é a resultante de um processo global que rege o funcionamento social. Está no cerne desse processo a deserção dos valores e finalidades sociais, ocasionada pela progressiva personalização.

Caminham *pari passu* o hiperinvestimento do Eu e a anulação dos grandes sistemas de sentido, tudo concorrendo para a promoção de um puro individualismo, psicológico e desembaraçado dos enquadramentos da massa. Importa, sobretudo, a valorização do indivíduo e de sua autorrealização. Libertando-se da ordem disciplinar e completando a privatização sistemática já engrenada pela era do consumo, a civilização tem seu arremate na onda do “potencial humano” psíquico e corporal. Se há crise econômica, o Eu ganha propulsão. “[...] o consumo de consciência se torna uma nova bulimia: ioga, psicanálise, expressão corporal, zen, terapia primal, dinâmica de grupo, meditação transcendental; à inflação econômica respondem a inflação psi e o formidável impulso narcisístico que ela produz.” (Lipovetsky, 2005, p.35). No que o *homo psychologicus* de Lipovetsky trabalha sem parar pela libertação do Eu, de modo a poder renunciar ao amor conforme o princípio “amar a mim mesmo

o suficiente para não precisar de outrem para ser feliz”, pode-se inferir que se trata aí de uma autossuficiência patológica, ou seja, um aprisionamento no eu.

O pensador francês segue argumentando que a autoconsciência narcisista tomou o lugar da consciência política. Tal autoabsorção radicaliza o desinteresse pela esfera pública e repercute no isolamento social. Poder-se-ia inferir que a figura do *self made man* representa bem o autocentramento do sujeito hipermoderno, não mais adestrado pelo constrangimento social ou pela sublimação – a canalização de seus impulsos para um fim mais nobre, coletivo, mas, através da sedução de si próprio. Todavia, quanto mais se investe no Eu e se faz do mesmo objeto de atenção, mais aumentam a incerteza e a interrogação.

Freud não se enganou quando, num texto célebre, comparou-se a Copérnico e a Darwin por ter infligido um dos três maiores “desmentidos” à megalomania humana. Narciso não mais se encontra imobilizado diante da sua imagem fixa, aliás, nem mesmo mais imagem tem e *nada mais* é do que uma busca interminável de Si mesmo, um processo de desestabilização ou flutuação psi comparável à flutuação monetária ou à flutuação da opinião pública: narciso se colocou em órbita (Lipovetsky, 2005, p. 37, grifo nosso).

À experimentação pós-moderna, segue Lipovetsky (2005), é necessária uma reciclagem psi permanente cujo instrumento é a função narcísica, feita de indeterminação e flutuação; da ausência de fixidez ou referência, adaptada à aceleração de combinações e fluidez constante. A erosão das referências egóicas replica a contemporânea dissolução das identidades e papéis sociais, outrora estritamente integrados em oposições uniformes: homem, mulher, criança, louco, civilizado. Agora, o self não tem substância ou conteúdo definitivo. Vem, curiosamente, como efeito da generalização democrática e sem fronteiras característica de sua visão do mundo pós-moderno, qual seja, a chamada hipermodernidade. Destarte, interrogará o autor: “Não é justamente quando a alteridade social dá maciçamente lugar à identidade e a diferença cede lugar à igualdade que o problema de identidade própria, íntima, desta vez, pode surgir?” (Lipovetsky, 2005, p. 41).

No passado, o sentido da existência recaía sobre os deuses, que exerciam as funções de causalidades dos fenômenos mundanos. As narrativas míticas, através das

tradições orais, cumpriam tal papel. Hoje, cada indivíduo se torna sua própria referência. Bauman (2007) e Lipovetsky (2005) denunciam as transformações da civilização a partir do advento da ciência e do capitalismo e Freud (1996) revela a estrutura geral do grupo predominantemente psicofísico. evidenciando, na sociologia, na filosofia e na psicanálise importantes explicações sobre o *status quo* sociocultural. O cenário atual apresenta um ser humano à deriva, massificado e capturado pelo hedonismo, reduzido a um organismo que apenas reage afetivamente às sensações que se lhe apresentam.

Entre 1951 e 1955, Viktor Frankl (2018) anunciava em suas conferências para a Emissora Radiofônica Vienense um crescente alastramento do vazio existencial, da falta de sentido para a vida. O autor é médico neurologista e psiquiatra, suas contribuições teóricas abarcavam o adoecimento neurótico de maneira geral, concebendo, todavia, uma etiologia diversa: as neuroses orgânicas, por exemplo, referem-se a tudo quanto possa ter origem somática; já as psicogênicas guardam etiologia relacionada à não satisfação de um desejo e ao conflito inconsciente que dele advém. Mas existem ainda (e estas são de interesse especial neste trabalho) as neuroses de carência existencial: “são estados mórbidos assinaláveis, não raro, por sentimento abissal de falta de sentido” (Frankl, 2018, p. 16).

O psiquiatra vienense estabelece que a essência do existir humano é transcender a si próprio: a pessoa se constitui direcionada à realização de um sentido ou a outrem. Sua felicidade exige um motivo, não podendo ser encontrada enquanto for buscada *per se*. “Deveras, tão logo se sinta motivado para ser feliz, a felicidade e o prazer por si mesmos se fazem presentes” (Frankl, 2018, p. 10).

Enquanto algumas teorias definem os valores como simples mecanismos de controle pulsional exigidos pela civilização, Frankl (2018; 2019a; 2019b) considerará a vida a partir de sua irredutibilidade ao que é factível. Os valores exercem atração sobre a pessoa para que esta os realize ou os encarne como sentido; têm suas raízes profundas na pessoa e são intuídos pela consciência.

Ainda nas citadas conferências Viktor Frankl (2018, p.13) considera que a cultura da época se caracteriza pela “[...] doutrinação de um psicologismo analítico e dinâmico que leva o americano culto a detectar, de forma constante, os mecanismos inconscientes que subjazem ao comportamento consciente”, com tendência de

reduzir grandes questões existenciais a meras reações de oxidação ou mecanismos de defesa e formações reativas.

Ademais, o pensamento unidimensional e o reducionismo do “nada mais que”, ainda fortemente coevos, continuam a reforçar a proliferação do vazio existencial, talvez hoje velado pelas excessivas categorias sindrômicas ou por queixas genéricas de depressão e ansiedade. Arrisca-se afirmar que, no século XXI, experimenta-se com cores bem mais fortes o que nas conferências da década de 1950 já se anunciava:

Vivemos numa época de tangível sentimento de falta de sentido. [...] Numa fase histórica em que para muitos os Dez Mandamentos já não possuem eficácia normativa, mister se faz prover o ser

humano de meios para que possa perceber os dez mil mandamentos ínsitos às dez mil situações com que a vida o faz defrontar-se. Só assim a vida há de se lhe afigurar novamente plena de sentido e ele estará imunizado contra o conformismo e o totalitarismo, esses dois rebentos do vazio existencial (Frankl, 2018, p. 21).

Gilles Lipovetsky (2005) dá tanta primazia ao ego que, dizendo do quanto as causas coletivas estão perdidas, sequer cogita o totalitarismo como risco potencial. Seja como for, parece que agora são ainda maiores as chances de o homem se ver numa existência vazia ou cativo da hiperintenção, porquanto as maravilhas tecnológicas, em pulsações temporais cada vez mais curtas, se oferecem sem limites aos impulsos de efêmera satisfação.

Charles Taylor (2011) revela sua preocupação com três mal-estares que marcam a sociedade e a cultura na atualidade: o individualismo, a razão instrumental e a perda da liberdade. Aqui não é difícil constatar que seu pensamento parece aproximar-se bastante da leitura de Viktor Frankl (2018) acerca de uma sintomatologia das neuroses contemporâneas. Com efeito, o cientista político reflete que o individualismo enseja uma vida estreita e nivelada, em que as pessoas buscam a autorrealização com ênfase cada vez maior na satisfação individual, em prejuízo das relações que se enfraquecem, porque superficiais.

Para o autor, as relações humanas atuais são guiadas por uma lógica de maximização de resultados, advinda da razão instrumental: “o tipo de racionalidade

em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de sucesso” (Taylor, 2011, p.14). Há uma simplificação do cotidiano que, segundo Taylor (2011, p.15), “nos faz acreditar que deveríamos buscar soluções tecnológicas mesmo quando se faz necessário algo muito diferente”. Contudo, o resultado que se alcança e, diga-se de passagem, o preço alto que se paga, é o da superficialidade que volatiliza e empobrece as relações.

Esse estado de coisas desemboca na perda da liberdade, que o autor reconhece na alienação da esfera pública e a consequente transferência do controle político para o Estado. Segundo Taylor (2011), o individualismo relativiza valores no âmbito coletivo: cada um sabe de si, não se deve contestar valores alheios – estilo de vida que enseja a desresponsabilização em relação às questões coletivas, pois não há implicação pessoal já que é mais importante ocupar-se de si mesmo. Citando Alexis de Tocqueville que, ao

refletir sobre nosso *Zeitgeist*, preconiza a instauração paulatina de um “despotismo suave” calcado na outorga das grandes decisões coletivas à tutela estatal, Taylor constata:

[...] Uma vez que a participação diminui, que as associações periféricas que eram seus veículos murcham, o cidadão individual é abandonado sozinho perante um estado burocrático vasto e se sente, corretamente, impotente. Isso desmotiva o cidadão ainda mais, e o ciclo vicioso do despotismo suave está posto. (Taylor, 2011, p. 19).

Frankl (2018), em conferências, apontava para o fato de que o sujeito do século XX não podia contar com os mesmos instintos animais básicos que regulavam o comportamento de seus ancestrais e lhes asseguravam a existência, ao passo que já ouvia ruir o poder das tradições em que, noutro tempo, pôde-se ancorar. Sem direção, a pessoa deixa que lhe digam o que fazer (totalitarismo) ou faz o que todos fazem (conformismo).

A partir daí, Frankl (2018) descreve quatro sintomas que caracterizam as “neuroses coletivas de época”: fatalismo, atitude existencial provisória, pensamento coletivista e fanatismo. Curioso como Taylor (2011) vai ao encontro de Viktor Frankl, nesse tocante, mormente quando evidencia o homem contemporâneo

entregue ao relativismo e à alienação, vivendo uma vida rasa, estreita e nivelada.

Com efeito, o fatalismo, segundo o autor, responde pelo medo da responsabilidade, que surge sob a forma de uma crença supersticiosa no acaso e na força das circunstâncias, que impede a pessoa de resistir ao destino. Frankl (2018) destaca que, no fatalismo, parece haver um poder que subtrai das pessoas a responsabilidade de agir em face da perspectiva de situação sem saída. A suposição de um futuro nefasto dá, à apatia tão endossada por Lipovetsky (2005), seu motivo.

A atitude existencial provisória é o interesse estrito no presente – reduzido ao circuito aqui-agora, ou seja, ante as incertezas ou as perspectivas catastróficas que se vislumbra no horizonte, escolhe-se viver provisoriamente o presente, sem grandes projetos e planos para o futuro (Frankl, 2018). Esta é também uma característica dos tempos atuais, conforme Bauman (2007), que menciona os cada vez mais raros planejamentos a longo prazo; em Lipovetsky (2005) para quem a felicidade ganha status meramente pulsional, de sorte que os contemporâneos se atiram alucinadamente aos prazeres imediatistas; e também Taylor (2011), que denuncia a vida rasa, estreita, nivelada, típica da atitude existencial provisória, desinvestida de esperança e profundidade.

O fanatismo não consegue enxergar o “ser pessoal” do outro – aquele que pensa diferente. Paradoxalmente, ele não tem opinião própria: é possuído pela opinião pública. Esta, no que lhe diz respeito, é facilmente fígada por indivíduos cujos tipos paranoicos e psicopáticos podem causar grandes estragos. Frankl (2018) lembra que o *Führer*, em dada ocasião, disse ser sorte dos governantes que os homens terceirizem para outrem sua faculdade de pensar. Reduções pragmáticas do valor da vida vêm mostrar, mais uma vez, seu obscurantismo: “Efetivamente, nada caracteriza melhor o fanático do que a circunstância de que para ele tudo não passa de mero truque, de simples meio para um fim” (Frankl, 2018, p. 53).

Finalmente, o coletivismo compreende o ponto em que a pessoa abandonou sua capacidade de responder, isto é, de ser responsável. O ser, aí, se dissolve como personalizado; chega ao extremo de se afundar na massa, ultrapassando o limite de com ela apenas se identificar (Frankl, 2018). É que, na massa, não há lugar para qualquer singularidade ou individualidade, que representam, em verdade, uma ameaça, e, portanto, devem ser combatidas em nome de determinada igualdade, toda

particularidade é homogeneizada para que possa valer o máximo nivelamento. Passa-se do ideal de fraternidade ao instinto de rebanho e, aqui, evoca-se o apontamento de Taylor (2011) acerca da vida nivelada e estreita.

Os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS) para assegurar a qualidade de vida às pessoas implicam atenção aos aspectos físico, psicológico, relacional, ambiental e espiritual, além de socialização, cultura e nível de independência. Todavia, também cabe problematizar o fato de que esses critérios são considerados numa perspectiva contemporânea individualista orientada por lógicas relativistas e utilitaristas.

O homem contemporâneo busca pela autorrealização, pela felicidade, pelo prazer, ainda que sob o preço da própria liberdade. Desconsiderado em sua dimensão valorativa, ética, torna-se joguete de discursos perversos, que sugerem como fim em si mesmo aquilo que, em verdade, surge como consequência da realização de projetos de sentido e relações éticas – a autorrealização, a felicidade, o sucesso, o poder.

Guiado pelos ditames do consumo, da felicidade, da negação do sofrimento, da vida de aparência, a pessoa opta por tomar atalhos imediatistas desviando do percurso que aponta para o engrandecimento das experiências orientadas por valor e sentidos de vida.

Impasses interculturais

Até aqui, versou-se uma sorte de diagnóstico das mazelas culturais hodiernas, e como elas repercutem na vida humana, isto é, no mundo das ocupações e da cotidianidade. Agora, é preciso delimitar, para a reflexão a que se propõem os autores, dentre a infinidade de sofrimentos, inconvenientes e tragédias existentes, aquelas que envolvem a cultura, e mais precisamente, a interculturalidade. Etimologicamente, é possível assumir que haja relações conflituosas entre as culturas – e que estas se diversifiquem.

Byung-Chul Han (2021), em sua obra *Hiperculturalidade: cultura e globalização*, dedica um capítulo para refletir sobre inter, multi e transculturalidade. Interessantes pontuações do autor são desenvolvidas no sentido de ampliar a perspectiva sobre o assunto.

O autor compara o modo como o mundo ocidental e o mundo oriental lidam de forma diferente com a culturalidade. Para o extremo ocidente, segundo Han (2021), a cultura é vista como essência, substância e, considerando a nacionalização ou a etnização em diálogo, as culturas se comunicam como “almas” em relação dialógica intercultural. Assim “[...] essa troca cultural não é um processo pelo qual a cultura se deixa ser o que ela é, mas um ato especial ‘digno de exploração’” (p. 97). Isso porque “A interculturalidade funciona conforme o modelo de intersubjetividade ou impessoalidade que prefigura os humanos como sujeito, ou seja, como pessoa” (pp. 97-98).

Desse modo, a essencialidade prevalece ainda no âmbito da multiculturalidade, por isso Han observa que as diferenças culturais se aproximam com integração ou tolerância, oferecendo, contudo, “pouco espaço para a penetração ou o espelhamento mútuos” (Han, 2021, p. 98). A transculturalidade, então, pressupõe um ultrapassar de limites e fronteiras, onde as culturas se espriam em relações de troca sem perder a essencialidade.

Por outro lado, no extremo oriente a concepção ontológica de ser humano não pressupõe uma essência ou substância, não é uma pessoa, mas uma relação. O autor explica:

Já os caracteres chineses para humanidade indicam que não se trata de uma substância. O signo para entre fica bem no meio da palavra “humano”. O ser humano é, portanto, uma relação. Categorias ocidentais como inter-subjetividade ou inter-pessoalidade, que poderiam provocar apenas posteriormente uma relação entre as pessoas ou sujeitos, são estranhas ao pensamento do Extremo Oriente (Han, 2021, pp. 98-99).

Há uma permeabilidade e uma abertura que assinalam a cultura no Extremo Oriente, norteadas pela relação, pois não se pensa em inter, multi ou transculturalidade a partir de uma lógica substancial, mas relacional.

A multiculturalidade também não reproduz corretamente a globalização cultural do Extremo Oriente. O colonialismo e a imigração constitutivos para a multiculturalidade do Ocidente, não caracterizam o Extremo Oriente. Apesar da falta de multiculturalidade, o Extremo Oriente se manifesta

cada vez mais hiperculturalmente. A hiperculturalidade não pressupõe necessariamente a multiculturalidade (Han, 2021, pp. 101).

Quando surgem impasses, parece sensato admitir que as problemáticas globais deixem, nessas querelas, suas marcas, gerando-se tensões no cenário global cujo mercado oscila e produz um terreno altamente especulativo. Lipovetsky (2005) lembra que a volatilidade dos mercados internacionais determina, em boa parte, as flutuações anímicas do Narciso contemporâneo.

Nesse diapasão, pode-se começar pelas guerras, que adquiriram um aspecto bastante inédito na pós-modernidade. Na Primeira Grande Guerra, os homens combatiam desde suas trincheiras, separadas pela zona morta conhecida como *No Man's Land* (Terra de Ninguém). Sabe-se do rastro de destruição deixado por este grande conflito, mas o que interessa a esta análise é a evolução bélica comparada à Segunda Guerra Mundial. Esta, por sua vez, mostrou ao mundo os horrendos campos de concentração e extermínio, tanto no Pacífico – por parte dos Japoneses, quanto da Europa, em que eclodiu o terror nazi. Comparada à Primeira Guerra, pode-se dizer que a Segunda trouxe avanços tecnológicos, isto é, armas com poder ainda maior de destruição em massa.

Há que se mencionar, em tal contexto, a bomba atômica, uma contribuição da razão instrumental, lançada pelos norte-americanos em Hiroshima e Nagazaki, sob o pretexto de que os nipônicos não haviam se rendido, o que trouxe imenso custo humano. Após 1945 veio a Guerra Fria, com a fragmentação dos Aliados da Segunda Guerra, e as conhecidas corridas espaciais, tensões nucleares e querelas ideológicas, devendo ser mencionada aquela entre os países socialistas e entre os países capitalistas. A Guerra do Vietnã é um exemplo de conflito armado, no qual fracassaram os Estados Unidos, mas as tecnologias de guerra continuavam a mostrar a que vieram, como é o caso do napalm, líquido gelatinoso altamente inflamável que podia ser utilizado em lança-chamas e bombas.

Atualmente, seguindo a eclosão do conflito Rússia-Ucrânia, reside o medo por parte do cidadão, uma vez que a destruição pode chegar até ele onde quer que esteja. Não é tão necessário o *deployment* de tropas. Vladimir Putin, num de seus discursos sobre o aludido conflito, fez questão de lembrar que os mísseis russos

podem muito bem chegar onde necessário, e além disso, recordou a queda da França napoleônica e o início do fim da Alemanha nazista a partir do momento em que esses países resolveram se “enfiar” na gélida União Soviética (URSS). Houve um tempo, ainda nesta guerra, em que sujeitos de todo o globo, partiram para a Ucrânia a fim de prestarem assistência. Curioso fenômeno – o cidadão do mundo juntar-se, por livre e espontânea vontade, aos contingentes dessa contenda de *drones* fornecidos pelos iranianos. Árabes, palestinos, *jiadistas* e o Estado de Israel, por seu turno, digladiam-se na complexa Faixa de Gaza, trocando mísseis entre precárias tréguas.

As guerras, portanto, vêm se tornando cada vez mais devastadoras, e muito menos “móveis”, no que podem ser travadas a longas distâncias, mal havendo tempo para a evacuação de civis que sucumbem como efeito colateral. *Drones* e *Fighter Jets* lançam suas bombas na escuridão da noite e rapidamente desaparecem. Ante a paranoia generalizada causada pelas aludidas circunstâncias, surgem os *survivalists*, que se vê especialmente nos Estados Unidos: figuras as quais, obsessivamente, estocam armas, munição, alimento e água em *bunkers* que constroem sob as próprias casas, com a finalidade de estarem protegidos de uma iminente grande invasão. Não se sabe de onde, por parte de quem, mas a paranoia, esta sim, é sentida como verdade. Só se pode afirmar que é preciso se proteger, defender a família e a propriedade privada, já que a crença no Estado, para tanto, anda cada vez mais opaca.

O turismo é outro fenômeno que, nos últimos dias, parece estar enfrentando impasses. Seguindo a baila das oscilações mercantis, recentemente em Barcelona, turistas foram rechaçados porque, aparentemente, o turismo em massa está aumentando sintomaticamente os preços no chamado mercado de arrendamento devido às estadas de longa duração dos excursionistas, de sorte que aumentam significativamente os custos de moradia. Passa a ser reivindicada, no caso, uma diversificação das atividades econômicas ao Estado. A forma manifesta do conflito beira o tosco, com os sujeitos atirando água nos estrangeiros, exigindo sua retirada.

O denominador comum entre o fenômeno da Guerra e a irritação com os turistas é a globalização, que dissolveu maciçamente fronteiras entre as territorialidades¹, numa galopante homogeneização das culturas, tornando difícil a

¹ O território não designa apenas uma localidade geográfica. Também implica os aspectos únicos de cada cultura, a qualidade histórica e afetiva das gerações que cresceram na terra, naquela. Por isso, esses fluxos migratórios de sujeitos expatriados compulsoriamente causam tanto sofrimento. Há um verdadeiro luto: “meu

convivência compulsória de sujeitos tão únicos num mesmo e apertado espaço. Em vez da troca cultural, isto é, de uma interculturalidade, o que surge, via força de coação, são as reações hostis – a paranoia em relação ao outro – o estranho, a alteridade.

Retomando as ideias de Han (2021), o autor abre seu livro *Hiperculturalidade: cultura e globalização* com uma série de questionamentos sobre algo próximo de um “fim da cultura”:

uma vez, o etnólogo inglês Nigel Barley levantou a suspeita de que a “verdadeira chave do futuro reside em que conceitos fundamentais como cultura deixariam de existir. Seríamos, segundo Barley, “todos nós mais ou menos como turistas de camisa havaiana”. É “turista” o nome para ser humano após o fim da cultura? Ou vivemos ainda em uma cultura que nos dá a liberdade de nos lançarmos como enxames na vastidão do mundo na condição de alegres turistas? Como, afinal, descrever essa nova cultura? (Han, 2021, p. 9).

A seu ver, vivencia-se hoje a *Hipercultura*, de sorte que a sobreposição do diferente, que diz respeito a lugares e espaços de tempo diversos, ficam, paradoxalmente, distanciados. “As culturas estão se implodindo, ou seja, estão se *distanciando* em hipercultura” (Han, 2021, p. 24). A hipercultura não tem centro ou divindades. Por esse motivo, levará a resistências. “Assim, a des-localização hipercultural, no limite, será confrontada com um fundamentalismo do lugar. No seio desse contexto, surge, para Han (2021), a figura do “turista hipercultural” – algo próximo do sujeito consumidor, do sujeito do desempenho:

turista hipercultural é um outro nome para a desfactização da existência e do ser-aí. Ele não precisa, primeiramente, de modo físico estar a caminho para ser turista. Ele já está em si mesmo em qualquer outro lugar ou mesmo quando está a caminho. Não é que se abandona a casa como turista para voltar depois como nativo. O turista hipercultural já é consigo em casa um turista. Já está ali ao estar aqui. Não chega de

avô construiu esta casa”, “minha família está aqui há gerações”, “quando eu me casar criarei meus filhos aqui” são alguns exemplos de ditos que refletem o investimento psíquico no lugar. Mais que um lugar de coordenadas, o território é vivo e ganha protagonismo histórico nas vidas humanas que ali florescem. Então, uma diáspora, contingência bélica ou mercantil simplesmente aparece *ex-nihilo*, (o “do nada” parece ser a expressão que define a experiência da temporalidade do mundo pós-moderno, isto é, os fenômenos eclodem sem explicação e com uma formalidade corporativa, fria, burocrática), despojando as pessoas do lugar.

modo definitivo a nenhum lugar” (Han, 2021, p. 31).

Os tempos hodiernos apresentam um caleidoscópio de possibilidades e, consequentemente, visitá-los e analisar estes contextos demanda constante reflexão e busca por critérios sólidos que favoreçam ao ser humano saber onde quer chegar.

Considerações finais

Acredita-se que, nas reflexões e casuísticas levantadas (guerras, turismo), foi possível extrair ângulos pelos quais se aproxima da temática sem esgotar a discussão. Os extremos são precários. Na interface cultural, se, de um lado, o Extremo Ocidente conserva a essencialidade ao ponto de se destacar narcisicamente, o Extremo Oriente se dilui, quase à perda da identidade. Desse modo, o mundo ocidental tenderá a rechaçar e até violar a cultura diferente, no afã de homogeneizar o mundo a partir do seu olhar. Por outro lado, o mundo oriental caminhará para uma pulverização da cultura, homogeneizando, igualmente, mas por permitir uma mistura que compromete a preservação de identidades culturais.

Parece que a transculturalidade, no entendimento de Han (2021), pode ser uma forma salutar de aproximação deste delicado tópico – o das relações entre culturas, porque nas relações transculturais interessa a troca, o respeito à diferença e a preservação das identidades culturais próximas. Um aspecto sensível, na temática trabalhada, é o da globalização, pois este fenômeno, ao ensejar o esvanecimento de fronteiras geográficas, põe em contato direto os mais variados grupos sociais, que podem estabelecer ou não bons encontros entre si.

Mais estudos, por fim, devem ser realizados acerca do assunto, em direção da busca de relações que calibrem os conceitos de multiculturalidade, transculturalidade e interculturalidade.

Referências:

Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Frankl, V. E. (2018). *Psicoterapia para todos: uma psicoterapia coletiva para*

contrapor-se à neurose coletiva. 3.ed., Petrópolis, RJ: Vozes.

Frankl, V. E. (2019a). *Fundamentos antropológicos da psicoterapia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Frankl, V. E. (2019b). *Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da logoterapia e análise existencial*. 4.ed., São Paulo: Quadrante.

Freud, S. (1996). *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Imago.

Guberman, M. & Soto, E. P. (2006). *Dicionário de logoterapia*.

Paulus. Han, B.-C. (2021). *Hiperculturalidade: cultura e globalização*. Vozes.

Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Manole.

Taylor, C. (2011). *A ética da autenticidade*. É Realizações.

CAPÍTULO 2: LEITURA DE AMBIENTE E INTERCULTURALIDADE NA PSICOLOGIA HOSPITALAR: DOENÇAS AUTOIMUNE

Zeimara de Almeida Santos

<https://orcid.org/0000-0001-8674-8738>

Introdução

A Psicologia Hospitalar desempenha um papel essencial no atendimento de pacientes hospitalizados, especialmente aqueles acometidos por doenças autoimunes, como o pênfigo vulgar, uma condição rara e debilitante que afeta a pele e as mucosas (RODRIGUES; SILVA, 2021). Essas doenças, por sua natureza crônica e imprevisível, acarretam sofrimento físico e psicológico intensos, com impactos que vão além do aspecto biológico, afetando também a vida social e emocional dos pacientes (RAND, 2023). Nesse contexto, três variáveis fundamentais se destacam para a efetividade do atendimento psicológico: leitura de ambiente, interculturalidade e a compreensão do impacto das doenças autoimunes (CHIATTONE; FINKEL; MOZEL, 2022).

A leitura de ambiente é uma competência central na prática da Psicologia Hospitalar. Ela consiste na capacidade do psicólogo de observar e interpretar os aspectos físicos, emocionais e sociais do ambiente em que o paciente está inserido. No caso de pacientes com doenças autoimunes, como o pênfigo vulgar, essa habilidade é especialmente importante devido à complexidade das suas condições. A leitura de ambiente envolve a percepção das interações entre paciente, equipe de saúde e familiares, bem como a compreensão de como o espaço hospitalar e o curso da doença afetam o estado emocional e psicológico do paciente (GOMES; MOURA; SILVA, 2020). No contexto de um paciente com doença autoimune, a leitura de ambiente ajuda a identificar fatores de estresse adicionais, como a percepção de dor, o desconforto gerado pelas lesões visíveis e o impacto do estigma social sobre a autoimagem. O psicólogo, ao ler o ambiente, pode ajustar suas intervenções de modo a criar um espaço terapêutico mais acolhedor, promovendo a adaptação do paciente ao hospital e ao seu processo de tratamento.

No entanto, a leitura de ambiente precisa ser contextualizada dentro de uma compreensão mais ampla da interculturalidade. Pacientes que convivem com doenças autoimunes, como o pênfigo vulgar, vêm de diferentes formações culturais, e essas diferenças influenciam a maneira como compreendem sua doença, lidam com o tratamento e se relacionam com a equipe de saúde. A interculturalidade na Psicologia Hospitalar refere-se à sensibilidade e à adaptação das práticas psicológicas às particularidades culturais de cada paciente (SILVA; SOUZA, 2021). Estudos mostram que fatores culturais, como crenças religiosas, tradições e valores familiares, podem influenciar a aceitação de diagnósticos, a percepção de dor e a adesão ao tratamento. No caso de um paciente com pênfigo vulgar, a abordagem intercultural pode ser fundamental para compreender como a imagem corporal, o conceito de saúde e a percepção do tratamento variam de acordo com sua cultura de origem (ALVES; PEREIRA, 2021). Um paciente de uma comunidade que valoriza fortemente a aparência física, por exemplo, pode vivenciar o pênfigo vulgar com um impacto emocional diferente de alguém de um contexto em que o físico não desempenha um papel tão central. Nessa perspectiva, o psicólogo hospitalar deve adaptar suas intervenções para respeitar essas diferenças, promovendo um cuidado mais empático e eficaz.

Além disso, as doenças autoimunes, a exemplo do pênfigo vulgar, demandam uma compreensão holística, que abrange tanto os seus impactos físicos quanto as consequências psicológicas e sociais. O pênfigo vulgar é uma condição autoimune rara, caracterizada por lesões bolhosas dolorosas que afetam a pele e as mucosas, provocando erosões e, muitas vezes, debilitando severamente o paciente (CASTRO; LOPES, 2022). Além da dor física crônica, essas lesões visíveis podem levar a uma deterioração da autoimagem e a sentimentos de vergonha e estigma social (MENDONÇA; FARIAS, 2023). Pacientes frequentemente relatam medo de serem vistos como “diferentes” ou “contagiosos”, o que pode resultar em isolamento social e depressão. O papel da Psicologia Hospitalar, nesse contexto, vai além do manejo do sofrimento emocional imediato; envolve a criação de estratégias de enfrentamento que ajudem o paciente a lidar com a sua nova realidade corporal e social.

A integração das variáveis de leitura de ambiente e interculturalidade no atendimento de pacientes com pênfigo vulgar permite ao psicólogo desenvolver intervenções mais eficazes e humanizadas. A leitura de ambiente oferece pistas sobre

o que está influenciando o estado emocional do paciente no contexto hospitalar, enquanto a interculturalidade assegura que o atendimento psicológico considere e respeite as particularidades culturais que afetam a maneira como o paciente lida com a doença. Juntas, essas abordagens possibilitam uma compreensão mais rica e profunda das necessidades do paciente, permitindo que o suporte psicológico seja adaptado às suas singularidades, ao invés de aplicar abordagens padronizadas.

Esse suporte é fundamental para ajudar o paciente a desenvolver estratégias de enfrentamento mais eficazes. Em muitos casos, essas estratégias envolvem auxiliar o paciente a reinterpretar suas experiências de dor e estigma, promovendo uma aceitação mais saudável da doença (PALUDO; MORÉ; INÁCIO, 2024). A intervenção psicológica pode incluir técnicas de relaxamento, manejo da dor e estratégias para lidar com a ansiedade e o estresse causados pela incerteza quanto ao prognóstico (FORGIONE; ALVES, 2020). No caso do pênfigo vulgar, o psicólogo pode trabalhar com o paciente para minimizar o impacto emocional das lesões visíveis, ajudando-o a construir uma nova narrativa sobre si mesmo, que não esteja centralizada na doença.

Por meio de uma leitura cuidadosa do ambiente hospitalar e de uma abordagem intercultural sensível, a Psicologia Hospitalar oferece ao paciente com pênfigo vulgar um suporte integral, que reconhece suas necessidades físicas, emocionais e culturais (SOUZA; NUNES, 2023). Ao integrar essas variáveis no processo terapêutico, o psicólogo contribui não apenas para a saúde emocional do paciente, mas também para a sua resiliência e adaptação à vida com uma condição crônica, promovendo uma recuperação mais digna e completa.

Este capítulo explora a importância da leitura de ambiente e da interculturalidade no atendimento psicológico a uma paciente hospitalizada com patologia auto imune de pênfigo vulgar. Por meio de um estudo de caso adaptado, o capítulo discute como essas ferramentas são cruciais para proporcionar um cuidado psicológico mais humanizado, eficaz e adaptado às necessidades individuais do paciente.

1. O Pênfigo Vulgar: Impactos Físicos e Psicológicos

O pênfigo vulgar é uma doença autoimune rara, caracterizada pela formação de bolhas nas mucosas e na pele. Essas lesões são causadas por um ataque do sistema imunológico às proteínas que mantêm as células da pele unidas, levando à separação celular e, conseqüentemente, à formação de bolhas (CUNHA; BARRAVIERA, 2009). O quadro clínico associado ao pênfigo vulgar é frequentemente acompanhado por dor intensa, desconforto e comprometimento da integridade da pele, o que afeta profundamente a qualidade de vida do paciente.

Do ponto de vista físico, as lesões podem causar complicações como infecções secundárias, desidratação e cicatrizes permanentes. A necessidade de longos períodos de internação hospitalar e tratamentos contínuos, que podem incluir imunossupressores e terapias tópicas, contribui para a fragilidade do estado de saúde do paciente.

Além dos impactos físicos, o pênfigo vulgar também traz significativas repercussões psicológicas. A literatura em psicologia da saúde aponta que condições crônicas de saúde podem levar a transtornos emocionais, como ansiedade e depressão (DA SILVA et al., 2021). Isso ocorre devido a fatores como a dor persistente, a preocupação com a aparência e a percepção social, bem como o isolamento que os pacientes podem sentir em decorrência da sua condição. Teorias como a da adaptação ao estresse (LAZARUS, 1984) sugerem que a maneira como os indivíduos lidam com o estresse de doenças crônicas é fundamental para o seu bem-estar psicológico.

Portanto, é essencial que o tratamento do pênfigo vulgar não se limite à abordagem física, mas que também inclua suporte psicológico, visando melhorar a qualidade de vida e a saúde mental dos pacientes (DA SILVA et al., 2021). Essa perspectiva integrada reflete a importância de abordar tanto os aspectos físicos quanto emocionais na gestão de doenças crônicas, promovendo uma abordagem mais holística e humanizada no cuidado do paciente.

2. Leitura de Ambiente no Contexto Hospitalar

A leitura de ambiente no contexto hospitalar é uma competência essencial para os psicólogos que atuam na assistência a pacientes. Essa habilidade envolve a percepção e a interpretação de sinais não verbais, dinâmicas sociais e emocionais que muitas vezes não são expressos verbalmente pelos pacientes. Segundo SOUZA e

NUNES (2023), a leitura de ambiente permite que os profissionais identifiquem nuances emocionais e comportamentais que podem ser indicativas do estado psicológico do paciente, contribuindo para um entendimento mais profundo de suas necessidades.

Essa prática se torna especialmente relevante em situações de hospitalização, onde o ambiente pode ser estressante e desafiador para os pacientes. A capacidade de um psicólogo em perceber a linguagem corporal, expressões faciais e interações sociais permite a adaptação das intervenções psicológicas às circunstâncias individuais do paciente (CHIATTONE; FINKEL; MOZEL, 2022). Por exemplo, um paciente pode não verbalizar seu medo ou ansiedade, mas esses sentimentos podem ser evidentes em sua postura, tom de voz ou até mesmo em como interage com a equipe de saúde.

Além disso, a leitura de ambiente deve considerar fatores físicos, emocionais e culturais que influenciam a experiência do paciente no hospital. Como destacam PALUDO et al. (2024), a cultura desempenha um papel significativo nas percepções de saúde e no comportamento dos pacientes. A sensibilidade cultural é, portanto, crucial para o psicólogo, pois as crenças e valores de cada paciente podem afetar sua resposta ao tratamento e sua interação com a equipe de saúde.

Em suma, a leitura de ambiente não é apenas uma habilidade técnica, mas uma prática que requer empatia, sensibilidade e um profundo entendimento das complexidades da experiência hospitalar. Ao integrar essa habilidade nas intervenções psicológicas, os profissionais podem oferecer um cuidado mais personalizado e eficaz, promovendo o bem-estar emocional e psicológico dos pacientes.

Para a paciente com pênfigo vulgar descrita, a leitura de ambiente envolve:

Avaliar o estado emocional: A paciente apresenta sinais de fragilidade emocional e tremores, o que pode estar relacionado ao trauma de hospitalizações anteriores, ao controle severo que sofre em casa e à própria dor crônica causada pela doença.

- Identificar barreiras à comunicação: A paciente tem um histórico de repressão verbal desde a infância, primeiro por parte de sua mãe e depois por seu marido. Essa dificuldade em expressar-se pode levar a sentimentos de frustração, raiva e isolamento, que devem ser abordados na terapia.
- Observar a dinâmica familiar: A presença de um marido dominador pode criar um ambiente opressivo para a paciente. A leitura de ambiente permite ao psicólogo observar essa relação e identificar se há necessidade de intervenções terapêuticas mais focadas na dinâmica familiar ou até mesmo de suporte externo para a paciente.

3. Interculturalidade e Psicologia Hospitalar: Abordagem Personalizada

No contexto hospitalar, a interculturalidade desempenha um papel fundamental, uma vez que os pacientes provenientes de diferentes culturas possuem percepções e crenças que podem influenciar significativamente sua abordagem em relação à saúde, à doença e ao tratamento. Cada cultura traz consigo um conjunto de valores, tradições e normas que moldam as expectativas do paciente em relação ao cuidado médico e à interação com profissionais de saúde (HARRISON, 2021; KIRMAYER, 2020).

No caso específico da paciente em questão, é importante considerar como uma cultura familiar opressiva e a presença de figuras de autoridade impactam sua expressão emocional e a maneira como ela lida com a sua condição de saúde. A opressão cultural pode manifestar-se na forma de normas rígidas que inibem a auto expressão e podem criar uma dinâmica de poder onde a voz do paciente é silenciada (KLEINMAM; BENSON, 2022). Este fenômeno é particularmente relevante em contextos hospitalares, onde a comunicação aberta entre o paciente e a equipe de saúde é crucial para um tratamento eficaz.

Além disso, a percepção de autoridade por parte da paciente pode levar a uma

relutância em discutir abertamente suas preocupações ou desconfortos, o que pode comprometer a qualidade do atendimento recebido. A literatura aponta que a falta de um espaço seguro para a expressão das preocupações emocionais pode resultar em aumento da ansiedade e da resistência ao tratamento (GALANTI, 2015; SUE et al., 2019). Isso evidencia a importância de uma abordagem sensível e respeitosa por parte dos profissionais de saúde, que deve levar em consideração a cultura do paciente e as influências familiares que podem afetar sua experiência no ambiente hospitalar.

Portanto, para que o atendimento seja verdadeiramente eficaz, é necessário que os profissionais de saúde não apenas reconheçam, mas também integrem a diversidade cultural nas suas práticas clínicas, criando um espaço onde o paciente se sinta valorizado e seguro para expressar suas preocupações e necessidades.

A interculturalidade nesse contexto:

A paciente pode acreditar que sua condição de saúde é uma punição ou um reflexo de uma fraqueza pessoal, especialmente por ter um histórico de controle e submissão em relação às figuras parentais e conjugais. Por isso, é fundamental que o psicólogo reconheça e compreenda essas percepções, ajudando a paciente a construir uma nova narrativa sobre sua saúde, que valorize o autocuidado e o caminho para a recuperação.

Além disso, mesmo que a dinâmica familiar da paciente seja disfuncional, o psicólogo deve abordar a situação com uma perspectiva de sensibilidade cultural. O objetivo é capacitar a paciente a desenvolver sua autonomia emocional e física, sem a necessidade de confrontar diretamente as figuras de autoridade, pois isso poderia aumentar seu estresse emocional.

Por fim, considerando a história de silenciamento da paciente, é crucial que o psicólogo crie um ambiente terapêutico acolhedor e seguro. Para isso, ele pode utilizar técnicas como perguntas abertas e a validação das emoções da paciente, o que a ajudará a se sentir mais à vontade para se expressar e retomar o controle sobre sua própria voz. A construção dessa relação terapêutica é um passo importante no processo de cura e autodescoberta.

4. Estudo de Caso: Atendimento a Paciente com Pênfigo Vulgar

A metodologia utilizada foi a de estudo de caso, uma abordagem qualitativa que permite uma análise aprofundada das experiências de atendimento psicológico, destacando a complexidade e a singularidade das interações entre psicólogos e pacientes. A psicóloga, experiente no contexto hospitalar, explorou como a história familiar e cultural influenciou a maneira como a paciente enfrentou sua condição de saúde durante a hospitalização. Essa análise permitiu compreender as dinâmicas emocionais e comportamentais da paciente, revelando como suas experiências anteriores moldaram suas respostas ao tratamento e à doença. A utilização da metodologia de estudo de caso proporcionou um espaço para que a psicóloga considerasse fatores sociais e culturais, evidenciando a importância de uma abordagem holística que respeite a individualidade do paciente (YIN, 2017). Assim, ao integrar múltiplas fontes de dados, como entrevistas e observações, a psicóloga pôde desenvolver intervenções mais sensíveis e personalizadas, promovendo um suporte emocional mais eficaz (HERNANDEZ et al., 2021).

Caso com nome fictício de M., uma mulher de 35 anos, admitida em um hospital público, emocionalmente frágil, com um quadro de pênfigo vulgar que havia se agravado rapidamente em três dias. Vinda de uma unidade de pronto atendimento, M. apresentava lesões na cavidade oral, lábios, pescoço, tórax, abdome e região dorsal. Além dos desafios físicos impostos pela doença, M. foi silenciada pela mãe na infância, o que pode ter contribuído para a piora de sentimentos de insegurança e passividade na vida adulta. Mais tarde, essa dinâmica se repetiu em sua vida conjugal, relacionamento demarcado por dominância.

Além dos sintomas físicos provocados pela doença autoimune, foram observados vários aspectos emocionais críticos que precisam ser considerados na abordagem terapêutica dessa paciente:

- Dor crônica e uma forte sensação de impotência em relação à evolução da doença, que podem afetar profundamente o estado emocional da paciente.
- Um histórico de distúrbios alimentares, como bulimia, que não apenas influencia a relação da paciente com seu corpo, mas também agrava a

maneira como ela lida com a aparência das lesões cutâneas causadas pela doença.

- Tremores e fragilidade emocional, que podem estar sendo exacerbados pelo ambiente hospitalar, bem como pela incerteza quanto ao seu tratamento e recuperação.
- Uma dinâmica familiar disfuncional, na qual o marido exerce um controle

dominante e repressivo, perpetuando um padrão de silenciamento que teve início na infância, quando a paciente era impedida de se expressar verbalmente por sua mãe. Esse histórico de repressão emocional contribui para o aumento do sofrimento psicológico.

Esses fatores tornam o cuidado psicológico indispensável, visto que ele desempenha um papel essencial para auxiliar a paciente a lidar com o impacto emocional da doença e favorecer uma recuperação que integre aspectos físicos e emocionais, promovendo um processo mais holístico de cura.

4.1 Leitura de Ambiente e Intervenção Psicológica

Ao atender “M.”, a psicóloga realiza uma leitura de ambiente detalhada:

- Observa que M. evita falar na presença do marido, evidenciando o controle que ele exerce sobre ela.
- Nota que a paciente apresenta um comportamento retraído, com uma postura curvada e hesitação ao falar sobre sua doença e seus sentimentos.
- A equipa médica comenta que M. demonstra sinais de desmotivação em relação ao tratamento, o que pode estar relacionado ao seu sentimento de impotência.

Com base nessa leitura, o psicólogo implementa uma intervenção terapêutica que inclui:

- Criação de um espaço seguro para expressão: Nas primeiras visitas ao seu leito, a psicóloga incentiva M. a expressar suas emoções livremente, sem medo de julgamento ou repressão. Técnicas como terapia centrada na aceitação e compromisso (ACT) são usadas para ajudá-la a reconhecer seus sentimentos e a desenvolver estratégias de enfrentamento mais saudáveis.

- Trabalho com a autonomia emocional: Através de conversas focadas em fortalecimento pessoal, o psicólogo apoia Maria a reconhecer sua capacidade de tomar decisões e ser protagonista de sua própria vida, um aspecto crucial para alguém que foi historicamente privada da própria voz.
- Intervenção familiar gradual: Considerando a dinâmica opressiva com o marido, o psicólogo envolve a família no processo terapêutico, mas de forma gradual e cuidadosa, promovendo discussões sobre como o apoio emocional e a autonomia podem ser equilibrados dentro do relacionamento.

5. O Impacto da Leitura de Ambiente e da Interculturalidade no Processo Terapêutico

A leitura de ambiente e o reconhecimento das nuances culturais e emocionais no caso de M. resultam em intervenções terapêuticas mais eficazes e humanizadas. Essas abordagens permitiram que:

- M. recuperasse sua voz: A paciente gradualmente começou a se expressar com mais liberdade e confiança, tanto nas sessões individuais quanto em sua interação com a equipa médica.
- A dinâmica familiar foi abordada de maneira construtiva: Através de um diálogo cuidadoso e respeitoso, M. e seu marido foram incentivados a reconsiderar a dinâmica de poder dentro da relação, permitindo que ela tivesse maior autonomia em suas decisões de saúde.
- O bem-estar emocional de M. foi melhorado: Por meio das intervenções durante hospitalização, M. foi capaz de lidar melhor com a dor física e o estresse emocional causado pela doença, o que resultou em uma melhor adesão ao tratamento e um impacto positivo em sua qualidade de vida.

Considerações Finais

A Psicologia Hospitalar é uma disciplina essencial no cuidado de pacientes com condições graves e crônicas, como o pênfigo vulgar. A leitura de ambiente e a interculturalidade são ferramentas fundamentais para oferecer um atendimento

psicológico que considere não apenas o estado físico do paciente, mas também suas necessidades emocionais, sociais e culturais. No caso de M., essas abordagens permitiram um atendimento mais eficaz, humanizado e focado na promoção da autonomia e do bem-estar psicológico.

O objetivo deste capítulo foi explorar a importância da leitura do ambiente e da interculturalidade no atendimento psicológico a uma paciente hospitalizada com pênfigo vulgar, e essa meta foi plenamente alcançada. A Psicologia Hospitalar é uma disciplina crucial para o cuidado integral desses pacientes. A leitura do ambiente e a interculturalidade emergem como ferramentas indispensáveis para oferecer um atendimento psicológico que considere não apenas o estado físico do paciente, mas também suas necessidades emocionais, sociais e culturais. No caso de M., essas abordagens resultaram em um atendimento mais eficaz, humanizado e centrado na promoção da autonomia e do bem-estar psicológico.

A pesquisa realizada contribui socialmente ao destacar a relevância do suporte psicológico em ambientes hospitalares, especialmente para pacientes com doenças crônicas que enfrentam desafios não apenas físicos, mas também emocionais e sociais. Ao integrar a Psicologia e a saúde, promove-se uma visão mais holística do cuidado, que pode ser adotada em diferentes contextos clínicos. No âmbito acadêmico, este estudo abre espaço para novas investigações sobre a relação entre saúde mental e condições dermatológicas, incentivando a formação de profissionais que reconheçam a complexidade do paciente como um ser biopsicossocial.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa. O estudo foi realizado em um único contexto clínico, o que pode restringir a generalização dos resultados para outras populações ou ambientes. Além disso, a análise qualitativa das experiências dos pacientes pode estar sujeita a vieses, uma vez que as percepções e relatos são influenciados por fatores individuais e culturais.

Para futuras investigações, recomenda-se a realização de estudos multicêntricos que incluam uma amostra mais diversificada de pacientes, permitindo uma compreensão mais ampla das variáveis que impactam a saúde mental em condições dermatológicas. A implementação de programas de intervenção psicológica com acompanhamento longitudinal também poderia oferecer insights sobre a eficácia das abordagens integradas e seu impacto na qualidade de vida dos pacientes. Esse avanço no conhecimento pode orientar práticas clínicas e políticas de

saúde que priorizem o cuidado integral do paciente.

REFERÊNCIAS:

CASTRO, A. F.; LOPES, T. M. Doenças autoimunes e a complexidade do cuidado em saúde: desafios e perspectivas. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 2, p. 455-472, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc>. Acesso em: 9 out. 2024.

CHIATTONE, Bruno; FINKEL, Talita; MOZEL, Carlos. Interculturalidade e a atuação do psicólogo hospitalar: um olhar para a diversidade. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 29, n. 1, p. 87-99, 2022.

CUNHA, Paulo R.; BARRAVIERA, Silvia Regina. Dermatoses bolhosas autoimunes. *Anais brasileiros de dermatologia*, v. 84, p. 111-124, 2009.

DA SILVA, Wesley Rodrigues; MORAIS, Hannah Gil de Farias; DA COSTA, Lucas Melo; DA SILVA, Thyago Morais Vicente; MELO, Thayanara Silva. Assistência multidisciplinar no acompanhamento de pacientes com pênfigo vulgar. *Archives Of Health Investigation*, v. 10, n. 9, p. 1478-1481, 2021.

FORGIONE, M. C. R.; ALVES, V. L. R. Técnicas de relaxamento no contexto da psicoterapia de pacientes com queixas de dor crônica e fibromialgia: uma proposta. *Acta Fisiátrica*, v. 7, n. 2, p. 56-60, 2020.

GALANTI, G. A. *Caring for Patients from Different Cultures*. 5. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

GOMES, L. M.; MOURA, L. S.; SILVA, M. L. O papel da psicologia hospitalar no manejo de doenças autoimunes: uma revisão integrativa. *Psicologia em Estudo*, v. 25, p. 1-15, 2020.

HARRISON, R. *Culture, Health, and Illness: An Introduction for Health Professionals*. 2. ed. London: CRC Press, 2021.

HERNÁNDEZ, S.; MÁRQUEZ, F. J.; PÉREZ, M. L. Case study research in psychology: a method of exploration and learning. *Psychology*, v. 12, n. 1, p. 1-12, 2021.

KIRMAYER, L. J. Cultural competence and evidence-based medicine. *New England Journal of Medicine*, v. 382, n. 18, p. 1720-1723, 2020.

LAZARUS, Richard S. Stress, appraisal, and coping. Springer, 1984.

MENDONÇA, C. S.; FARIAS, D. R. Psicologia hospitalar e doenças autoimunes: estratégias de enfrentamento para pacientes com pênfigo vulgar. *Revista de Psicologia da Saúde*, v. 14, n. 4, p. 187-199, 2023. Disponível em: <https://www.rpsaude.com.br>.

PALUDO, I. C. P.; MORE, C. L. O. O.; INÁCIO, A. N. Dor crônica e possibilidades

de intervenção no contexto da psicologia: revisão integrativa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 24, 2024.

RODRIGUES, Raquel; SILVA, Fernanda. Impacto emocional e social em pacientes com doenças autoimunes. *Revista de Psicologia em Saúde*, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2021.

RAND, Denise. Psicologia hospitalar: uma abordagem humanizada no atendimento a pacientes crônicos. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 9, 2023.

SOUZA, L. P. M.; NUNES, D. A. G. A importância da abordagem intercultural na psicologia hospitalar. *Revista Brasileira de Psicologia Hospitalar*, v. 11, n. 1, p. 33-45, 2023.

SILVA, P. R.; SOUZA, M. C. R. Interculturalidade e atendimento psicológico hospitalar: um olhar sensível às diferenças culturais. *Revista Brasileira de Psicologia Hospitalar*, v. 22, n. 3, p. 50-65, 2021. Disponível em: <https://www.rbp-hospitalar.com.br>. Acesso em: 8 out. 2024.

SUE, S.; Cheng, J. K. Y.; Saad, C. S.; Cheng, J. The Asian American mental health gap: A culture-centered perspective. *American Psychologist*, v. 74, n. 1, p. 92-102, 2019.

KLEINMAN, A.; BENSON, P. Cultural humility: An approach to cultural competence. *Journal of Medical Humanities*, v. 29, n. 3, p. 139-143, 2022.

YIN, R. K. *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.

CAPÍTULO 3: TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO É UM AGENTE POTENCIAL PARA UM TRANSTORNO DE ANSIEDADE EM DIFERENTES CULTURAS

Patricia da Silva Paulote de Lima

<https://orcid.org/0009-0008-8388-6631>

Tânia Regina Douzarts Vellasco

<https://orcid.org/0002-1246-5863>

Introdução

Este estudo descreve a necessidade de uma intervenção para o manejo dos sintomas causados pelo Transtorno de estresse pós-traumático e os efeitos da desregulação emocional gerados pela intensidade da ansiedade. O capítulo traz a luz a importância do cuidado mental e psíquico desses indivíduos para que haja uma redução dos sintomas somáticos, aumentando assim a qualidade de vida de todas as pessoas envolvidas com esse tipo de psicopatologia.

Precisamos entender que o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é uma condição psicopatológica do indivíduo decorrentes a experiências oriundas de traumas sofridos em qualquer momento de sua vida.

De acordo com o CID 11 o TEPT é um transtorno de ansiedade desenvolvido após um evento traumático que se caracteriza por reações disfuncionais intensas e desagradáveis como uma situação de risco à vida. Dessa forma, podemos afirmar que uma pessoa com esse tipo de transtorno possui problemas na regulação emocional de maneira ampla como por exemplo a falha repetida em sua autoproteção ou flashbacks da situação que ocasionou o trauma.

Sobre o Transtorno de Ansiedade podemos entender que é uma forma natural

resposta as situações de estresse ou perigo por nosso corpo. Por ser uma reação natural ela é adaptativa, ou seja, o nosso sistema límbico ajusta a intensidade dessa reação química de acordo com a situação em que estamos enfrentando.

Conforme explicação do CID 11 o Transtorno de Ansiedade é um estado de apreensão ou antecipação de eventos desfavoráveis perigosos ou futuros que estão resultando em perdas funcionais importantes do indivíduo em sua rotina diária misturados com os sentimentos de tensão, angústia, desconforto ou preocupação excessiva.

Transtorno de Estresse Pós-Traumático

Para introdução ao estudo do transtorno iremos utilizar uma categoria de profissional que retrata muito bem a importância de sermos analíticos com nossos pacientes para que o tratamento seja eficaz e assim, trazendo mais qualidade de vida para as pessoas tratadas. Dessa forma, citamos o estudo realizado pela FIOCRUZ publicado em 2021 nos Cadernos de Saúde Pública existe o relato sobre o alto risco de desenvolvimento de sintomas pós-traumáticos (TEPT) para os bombeiros militares que estão efetivamente respondendo a chamadas de emergência que necessitam que intervenção rápida e presencial.

Diante do exposto podemos afirmar que essas exposições contínuas ao estilo do trabalho causam estresse grave e sintomas de TEPT. Dessa forma, precisamos ter em mente que esses profissionais também possuem fatores internos já existentes que somados aos contatos com os traumas externos são grandes potencializadores para o desenvolvimento de um ou mais transtornos psicológicos.

Conforme o DSM V, o sofrimento psicológico subsequente à exposição de um evento traumático ou estressante é bastante variável, em alguns casos, os sintomas podem ser compreendidos em um contexto de ansiedade e medo, ou seja, o bombeiro militar que está em situação de resgate, vivencia adversos momentos de perigo e traumas ao colocar sua vida em risco para salvar outras. Os sintomas do TEPT aparecem da seguinte forma: lembranças persistentes, reações físicas, comportamento de esquiva, excitação exagerada, crenças e emoções negativas.

O primeiro registro do TEPT foi encontrado pelo neurologista alemão Herman Oppenheim, em 1889 sendo ele o primeiro a considerar que lesões cerebrais

funcionais eram sutis mudanças moleculares no SN, utilizando o termo “neurose traumática”.

Em seguida, Charcot, Sigmund Freud, Giles de la Tourette, Joseph Babinski e Pierre Janet começaram seus estudos sobre os componentes emocionais das situações traumáticas em relação a histeria. Freud trata o tema após acontecimentos desencadeados da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, onde enfatiza a intensidade dos estressores traumáticos, a ausência das descargas emocionais e a falta de preparo dos profissionais da época para esse enfrentamento.

Freud preocupa-se em integrar as dimensões da intrapsíquica e o ambiental. Anos depois, Kardiner publica em 1941 um livro sobre “As Neuroses Traumáticas de Guerra”, que passa a ser considerado por vários autores especializados da época, o que se transformaria em Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

Contudo, é necessário justificar a importância do acompanhamento e o tratamento psicológico desses profissionais que ariscam sua vida para salvar outras, mas seu escopo precípua será compreender como o modo de trabalho dos bombeiros socorristas do Rio de Janeiro está contribuindo para a aquisição de transtornos psíquicos que influenciam em suas vidas pessoais, sociais e profissionais trazendo prejuízos relevantes para a convivência com as pessoas que estão inseridas ao seu redor em todos os âmbitos da vida desse socorrista. Além disso, o trabalho contribuirá para o enriquecimento da literatura específica destinada à saúde mental desta categoria profissional, buscando suprir a atual carência de estudos voltados ao assunto.

A sociedade traz para essas forças uma pressão além das funções que cada uma exercer conforme a Constituição de 1988, essas pressões são: cuidar dos acontecimentos em andamentos ou que acabaram de acontecer, preservar a paz pública, combater o crime, proteger as pessoas e cumprir as leis, gerenciar crises, mediar conflitos, evitar crimes, regular relações sociais, prevenir incêndios, realizar salvamento e buscar, prestação dos primeiros socorros, proteção da vida e patrimônios em casos de emergenciais, transporte de água e alimentos, prevenção das queimadas entre outros.

Por toda essa trajetória sociocultural e histórica, é de se esperar que exista uma grande pressão física e psicológica na profissão de Bombeiro Militar. Fatores como a complexidade do trabalho, urgência nos atendimentos, necessidade de desempenho, tempo e sobrecarga de serviço podem ser considerados responsáveis

diretos pelo desequilíbrio entre indivíduo, emprego e qualidade de vida (Dupont, 2007).

As pressões sociais enfrentadas pelos Bombeiros Militares são multifacetadas e podem ter um impacto significativo em sua saúde mental e bem-estar. Esses profissionais desempenham um papel crucial na proteção de vidas e propriedades em situações de emergência, como incêndios, resgates, desastres naturais e acidentes.

Para lidar com essas pressões sociais, é fundamental que os bombeiros militares recebam apoio adequado. Isso inclui programas de treinamento em saúde mental, acesso a aconselhamento e tratamento, e uma cultura que promova a expressão de emoções e a busca de ajuda sem estigmatização. O reconhecimento da importância da saúde mental e do bem-estar desses profissionais é essencial para garantir que possam continuar a desempenhar seu papel vital na sociedade de forma saudável e equilibrada.

Segundo Murta e Tróccoli (2007) um estudo descritivo realizado por Outtlinger em 1998 examinou as fontes de estresse experimentadas por bombeiros americanos no local de trabalho. Os resultados destacaram que os bombeiros, assim como outros profissionais que trabalham em situações de emergência em saúde, estão particularmente suscetíveis ao desenvolvimento de estresse no trabalho devido às demandas emocionais e físicas únicas associadas a essa profissão. E algumas das principais fontes de estresse identificadas no estudo incluíram: morte ou acidentes de colegas; assistência a pessoas jovens gravemente feridas ou mortas e a falta de controle sobre problemas persistentes.

Além disso, o estudo destaca que os bombeiros enfrentam não apenas riscos psicossociais, mas também riscos biológicos. Isso ocorre devido à exposição a situações que envolvem contato com sangue contaminado e à privação de sono decorrente de escalas de trabalho noturnas ou ciclos longos de trabalho-descanso. A privação de sono é reconhecida na literatura como um fator estressante que pode impactar negativamente o sistema imunológico.

A pesquisa sugere que a privação de sono está associada à diminuição das células do sistema de defesa imunológica, tornando os bombeiros e outros profissionais de situações de emergência mais vulneráveis a doenças diversas.

Portanto, esse estudo destaca os múltiplos desafios enfrentados pelos bombeiros no desempenho de suas funções, incluindo o estresse emocional de lidar com situações traumáticas e a exposição a riscos biológicos e a privação de sono que

podem ter impactos na saúde física e emocional desses profissionais.

Topograficamente, Freud (1926/2014), ressalta que o aparelho mental é composto de diversas instâncias mentais, com o Id sendo este um armazenamento de impulsos instintuais, o Ego sendo parte do Id que sofreu influência da exterioridade do mundo e o Superego que representa características do mundo através da dominação do Id e de toda sua inibição instintual.

Freud e Breuer postulam que o trauma é o fator causal da histeria. O trauma é visto como algo que gera fortes sentimentos, como medo, susto e vergonha, atuando como um corpo estranho na psique. Diante de um trauma, o sujeito se sente incapaz de lidar com o afeto associado a certas representações, resultando em uma alienação dessa representação da consciência, o que pode levar ao desenvolvimento de sintomas de histeria.

Postulam o trauma como o nó causal da histeria. Trauma é definido por eles como algo que cause sentimentos fortes do gênero do susto e do medo, mas também da vergonha, atuando como uma espécie de corpo estranho. Então, frente ao acontecimento traumático, o sujeito se veria incapaz de descarregar o afeto ligado a certas representações, propriamente aquelas ligadas ao trauma. Como resultado, haveria um êxtase do afeto, ao mesmo tempo em que essa representação seria alienada do fluxo da consciência, mantendo-se em outro lugar, de onde determinaria os sintomas. Freud e Breuer (1895/1990).

No caso de profissionais de segurança pública, os bombeiros militares estão inseridos em contextos específicos, tal como: situações de resgate de grandes proporções, apresentando características distintas daquelas enfocadas na população geral, como, o treinamento recebido, a duração e a frequência das exposições aos eventos traumáticos e a influência das variáveis organizacionais (Lima & Assunção, 2011; Sterud, et al. 2006).

O equilíbrio emocional é necessário para o desenvolvimento das atividades profissionais dos Bombeiros, e um transtorno causa dor significativos com prejuízos para profissional de segurança pública, nos seguintes âmbitos: psicológico, familiar, social, físico e emocional. (Sales & Inocente, 2011).

Do ponto de vista econômico Freud, (1926/2014) pressupõe que toda as representações mentais dos instintos possuem uma carga de energia (catexia), que cabem ao aparelho mental manter controladas, e ao controlar qualquer tipo de excitação dessas mesmas cargas de energia.

Todo o funcionamento dos processos mentais é regido pelo princípio de prazer e desprazer, que está ligado à excitação das energias. Freud (1926/2014) salienta ainda que, o princípio de desprazer vivenciado pelo sujeito seria um desprazer através da percepção por parte dos instintos que são insatisfeitos e que podem ser reconhecidos como um perigo desprazeroso ao aparelho mental.

Apesar das contribuições de Freud e Garfield & Leveroni sobre o TEPT que começou a ser estudado, acompanhado e tratados depois da Primeira Grande Guerra que terminou em 1918, os soldados que conseguiram sobreviver retornaram para suas casas com um trauma psicológico, físico e emocional enormes. Mas a TCC (terapia cognitivo comportamental) que trouxe mais possibilidades de tratamento com suas técnicas, métodos e ferramentas para auxiliar nesta nova adaptação física e psíquica. E por isso, utilizaremos essa abordagem com base em nossa discussão sobre o tema.

Em suma, ressalta a necessidade urgente de abordar a crise de saúde mental entre os bombeiros e fornece insights valiosos sobre como superar o estigma, remover as barreiras ao cuidado e promover uma cultura de apoio à saúde mental. Isso é essencial para garantir que os bombeiros possam continuar a realizar seu trabalho crucial com saúde e bem-estar emocional.

Um estudo que destaca as dinâmicas específicas de produção e relações laborais pode ter tanto efeitos benéficos quanto prejudiciais na saúde e bem-estar dos trabalhadores. No contexto das relações de trabalho, isso significa que as condições e características do ambiente de trabalho podem influenciar positivamente a saúde física e emocional dos trabalhadores, mas também podem resultar em problemas como insatisfação, estresse e sofrimento. (Minayo, Assis e Oliveira, 2011).

Enquanto os bombeiros têm a confiança da sociedade devido à sua missão de salvar vidas, é fundamental reconhecer os desafios e riscos associados ao seu trabalho, tanto em termos de segurança física quanto de bem-estar emocional. O apoio a esses profissionais, tanto em termos de treinamento e recursos adequados quanto de suporte psicológico, é essencial para garantir que possam continuar desempenhando suas funções de maneira eficaz e saudável. (SOUZA; VELLOSO; OLIVEIRA, 2012).

Durante o cumprimento de suas obrigações profissionais, os militares estão expostos a diversos fatores de risco que podem aumentar o risco de desenvolver transtornos psicológicos, como observado por Pereira em seu estudo. Esse risco é particularmente evidente nos bombeiros militares, que experimentaram uma ampla gama de problemas de saúde, com foco especial na saúde mental. O estresse resultante dos perigos inerentes à profissão dos bombeiros militares tem sido um fator significativo no desenvolvimento desses problemas de saúde. (SOUZA; VELLOSO; OLIVEIRA, 2012).

A apresentação clínica do TEPT varia, de acordo com os acontecimentos desses eventos traumáticos que possuem várias formas de serem experimentados. Cada bombeiro militar quando exposto a um evento potencialmente traumático responde de uma forma condicionada às suas aprendizagens, a sua personalidade, ao seu contexto sociocultural e as características da sua própria situação mental, ou seja, cada pessoa apresenta uma reação única e pessoal aos eventos que ocorrem em sua vida (Eugene et al. 2003).

Diante disto é importante compreender que um acontecimento poderá ser um evento traumático para uma determinada pessoa e para outra não, mesmo que estejam passando por situações similares. O psicólogo diante de um atravessamento traumático na vida de seu cliente deve levar em consideração a real situação do sujeito e como ele se vê diante dessa circunstância (JORGE E FERREIRA, 2002).

Os sintomas do TEPT incluem relatos ou pensamentos recorrentes sobre o evento traumático, sintomas de avivamento como pesadelos e outras reações físicas de estresse, tentativas de evitar lembranças e situações relacionadas ao trauma, sentido de isolamento e perda de interesse pelas atividades. Albuquerque, Múcia e col. cita os autores Schaefer, Lobo e Kristensen (2012, p.330) o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é um dispositivo, que implicam impactos e prejuízos na vida do sujeito.

Albuquerque, Múcia e col cita que além do impacto do trauma nas questões de saúde mental, a exposição de bombeiros a eventos traumatizantes pode também afetar a vida familiar, como relações com parceiros, crianças e familiares. Além disso, também há o risco de desenvolver dependência de álcool e outras drogas como mecanismo de *coping* (ou enfrentamento são esforços cognitivos e comportamentais para lidar com situações de dano, de ameaça ou de desafio quando não está disponível uma rotina ou uma resposta automática) com o estresse. O TEPT em bombeiros não

é uma condição permanente e incurável. Com terapia adequada, os sintomas podem ser tratados e seu impacto reduzido.

O trauma pode estar associado a uma situação que foi demasiado difícil ou dolorosa de lidar, o que fez com que a pessoa "bloqueasse" essa experiência. Porém, os efeitos do trauma podem persistir em nível subconsciente, manifestando-se em sentimentos, sintomas, comportamentos ou até mesmo em ações do dia a dia. Esses traumas "escondidos". Sigmund Freud (1900/2019) cita, o trauma funciona como um objeto represado e atormenta a vida daquele que o repreendeu.

Transtorno de Ansiedade

A ansiedade é uma emoção natural do corpo que surge entre a pré-adolescência e a adolescência como forma de defesa em uma situação de perigo ou estresse excessivo. Quando essa emoção está com a sua intensidade acima do normal para aquele organismo se torna patológico, pois começa a interferir na rotina cotidiana do paciente.

De uma maneira geral, os transtornos ansiosos na infância e na adolescência apresentam um curso crônico, embora flutuante ou episódico, se não tratados. Na avaliação e no planejamento terapêutico desses transtornos, é fundamental obter uma história detalhada sobre o início dos sintomas, possíveis fatores desencadeantes (ex. crise conjugal, perda por morte ou separação, doença na família e nascimento de irmãos) e o desenvolvimento da criança. (CASTILLO, Ana Regina, 2001).

Um aspecto essencial é a preocupação diária, ou seja, a mudança de foco constante resulta na soma dos sintomas físicos e psíquicos simultaneamente, trazendo à tona todos os receios mais fortes da pessoa que são: o medo de adoecer, medo que algo aconteça com a sua família, medo de não conseguir realizar seus afazeres profissionais e medo de problemas financeiros.

Quando ansiedade coexiste com a depressão é comum que os sintomas depressivos sejam reconhecidos sem a detecção do transtorno de ansiedade que é colocado em segundo, pois costuma-se estar interligados a incapacidade prolongada, sendo muito perturbadores para todas as pessoas afetadas no convívio social, familiar e profissional do paciente

Sugere-se, também, levar em conta o temperamento da criança (ex. presença

de comportamento inibido), o tipo de apego que ela tem com seus pais (ex. seguro ou não) e o estilo de cuidados paternos destes (ex. presença de superproteção), além dos fatores implicados na etiologia dessas patologias. Também deve ser avaliada a presença de comorbidade. (CASTILLO, Ana Regina, 2001).

De modo geral, o tratamento é constituído por uma abordagem multimodal, que inclui orientação aos pais e à criança, terapia cognitivo-comportamental, psicoterapia dinâmica, uso de psicofármacos e intervenções familiares. (CASTILLO, Ana Regina, 2001).

Ao mencionar sobre o ponto de vista dinâmico do funcionamento psíquico, Freud (1926/2014) descreve que a psicanálise abstrai os processos mentais com os conjuntos de forças que estão relacionadas umas com as outras, que são de origens orgânicas e pulsionais. Freud enfatiza a dinâmica do funcionamento psíquico, descrevendo que a psicanálise lida com processos mentais como conjuntos de forças inter-relacionadas. Essas forças têm origens tanto orgânicas, relacionadas aos impulsos instintuais do Id, quanto pulsionais, relacionadas ao desejo e à busca de satisfação.

A interação entre essas instâncias mentais e as forças que as impulsionam é central para a teoria psicanalítica. A psicanálise busca compreender como o conflito entre o Id, o Ego e o Superego influenciam o comportamento humano, a formação de sintomas e a dinâmica psíquica. Essa abordagem dinâmica oferece insights valiosos sobre a complexidade da mente humana e os processos que moldam o comportamento e o funcionamento psíquico.

O conflito entre o Id, o Ego e o Superego para Freud (1926/2014) desempenham um papel importante na determinação do comportamento humano. O Id busca a satisfação imediata dos impulsos e desejos, enquanto o Superego impõe normas e valores morais que podem restringir esses impulsos. O Ego atua como um mediador, tentando equilibrar as demandas do Id e as expectativas do Superego. Conflitos não resolvidos entre essas instâncias podem levar a comportamentos compulsivos, impulsivos ou inadequados.

A psicanálise reconhece que muitos sintomas psicológicos têm raízes nos conflitos entre o Id, o Ego e o Superego. Por exemplo, um sintoma de ansiedade pode se originar de um conflito entre o desejo (Id) de realizar uma ação impulsiva e o medo (Superego) das consequências negativas dessa ação. Compreender esses conflitos

subjacentes é essencial para abordar os sintomas e promover a cura.

Considerações finais

Ao longo da história, as definições atribuídas aos transtornos ansiosos foram sofrendo alterações. Como todo perfil psicopatológico, os transtornos ansiosos são conceitos que tentam descrever através de linguagem objetiva uma determinada experiência subjetiva. As modificações e revisões conceituais ocorrem na medida em que a compreensão sobre o fenômeno a ser descrito é alterada (Bernstein & cols., 1996).

A perspectiva mais aceita atualmente é a de que os transtornos de ansiedade observados na idade adulta podem ter seu início durante a infância e adolescência. (Alpert & cols., 1994; Manfro & cols., 2002; Vasa & Pine, 2004). Esta modificação traz como principal vantagem o estudo da evolução do quadro clínico da primeira infância à idade adulta, através de pesquisas longitudinais (Bernstein & cols., 1996).

A ideia de que existe uma continuidade na presença dos transtornos de ansiedade da infância e adolescência para a idade adulta só não se observa no transtorno de ansiedade de separação. Nestes casos podem ocorrer dois processos distintos: a) remissão dos sintomas;

b) evolução para outros quadros psicopatológicos, em particular para TAG, Transtorno de Pânico ou Depressão (Suveg & cols., 2005).

REFERÊNCIAS:

Murta, G, Sheila; Tróccoli, T, Bartholomeu - Stress Ocupacional em Bombeiros. Laender, Ribeiro, Nadja - A construção do conceito de superego em Freud.

Pretto, Letícia – Estresse Pós-Traumático em Militares: Uma Abordagem.

CHAVES, W. da S. Masculinidade, sacrifício e sedução: elementos da heroicidade bombeira. 2003. 38 f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

KAPROW, M, L.; COLLEGE J, L. The last, best work: firefighters in the Fire Department of New York. *Antropology and Work Review*, v. 19, n. 2, p. 5-26, 1999.

MONTEIRO, J. K.; MAUS, D.; MACHADO, F. R.; PESENTI, C.; BOTTEGA, D.;

CARNIEL, L. B. Bombeiros: um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, v. 27, n. 3, p. 554-565, 2007.

Capitaneo, D., Ribeiro, K., & Silva, J. C. (2015). O papel idealizado do bombeiro: e o ser humano por trás da farda?. *VITTALLE - Revista De Ciências Da Saúde*, 24(1), 53–68. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/5107>
[http://www.crprj.org.br/site/wp-](http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/ebook_Emergencias_e_Desastres_web.pdf)

[content/uploads/2021/06/ebook_Emergencias_e_Desastres](http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/ebook_Emergencias_e_Desastres_web.pdf)
[_web.pdf](http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/ebook_Emergencias_e_Desastres_web.pdf)
<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1507/fatores-relacionados-ao-trabalho-na-etilogia-de-sintomas-de-estresse-pos-traumatico-entre-socorristas-o-estudo-longitudinal-de-saude-em-bombeiros-brasileiros-flohs>

Souza, Katia Maria Oliveira de – A análise da relação trabalho e saúde na atividade dos bombeiros militares do Rio de Janeiro.

_____. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica Saúde do Trabalhador. Brasília, 2001.

<https://www.cbmerj.rj.gov.br/images/CARTILHA/CARTILHA-SAUDE-MENTAL.pdf>. Coimbra, Marli Aparecida Reis; Ferreira, Lúcia Aparecida; Araújo, Ana Paula Alves - Impactos do estresse na exposição ocupacional de bombeiros: revisão integrativa Santana. Thaís Gouvêa da Silva - Prevalência de Transtorno de Estresse Pós-Traumático e fatores associados em Bombeiros Militares do Rio de Janeiro. American Psychiatric Association. (2010). DSM-5 Development. Recuperado em 21 de setembro, 2014.

Dupont, H.J.S. Composição mínima para guarnições operacionais do Corpo de Bombeiro Militar do estado de Santa Catarina. Trabalho de conclusão de curso 21 (Especialização em Segurança Pública). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí, Santa Catarina, 2007.

Eugene F, Levesque J, Mensour B, Leroux JM, Beaudoin G, Bourgouin P, et al. The impact of individual differences on the neural circuitry underlying sadness. *Neuroimage*. 2003;19(2 Pt 1):354-64.

Heinrichs, M., WWagner, D., Schoch, W., Soraiva, L. M., Hellhanner, D. HH., & Ehler, U. (2005). Predicting Posttraumatic Stress Symptoms From Pretraumatic Risk Factors: A 2 – Yyear Prospective Follow-Up Study in Firefigters. *American Journal of Psychiatry*, 162, 2276-2286.

American Psychiatry Association. (2013). Diagnostic and Statistical Manual of

Mental disorders: DSM-V. Washington, DC: APA.

Sales, M. P., & Inocente, N. J. (2011). Estresse Pós-Traumático: Um Estudo Exploratório. Universidade de Taubaté. São Paulo.

Amato, T. de C., Pavin, T., Martins, L. F., Ronzani, T. M., & Batista, A. (2010). Trabalho, gênero e saúde mental: uma pesquisa quantitativa e qualitativa entre bombeiros. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 13(1), 103-118.

Gulliver, S. B., Griffiths, K. M., & Christensen, H. (2010) - "Mental Health and the Fire Service: A Growing Crisis" (Saúde Mental e o Corpo de Bombeiros: Uma Crise em Crescimento)

MATOS, Jamili Batista de. Transtorno de estresse pós-traumático em bombeiros militares do Distrito Federal: uma análise da exposição a ocorrências traumáticas. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais) - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2020.

SOUZA, Katia Maria Oliveira de; VELLOSO, Marta Pimenta; OLIVEIRA, Simone Santos. A profissão de bombeiro militar e a análise da atividade para compreensão da relação trabalho-saúde: revisão da literatura. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 8., 2012, Franca. Proceedings. Franca: Unesp, 2012 Schestatsky. Sidnei, Shansis. Flávio, Ceitlin. Lúcia Helena, Abreu, Paulo B. S., Hauck. Simone. A evolução histórica do conceito de estresse pós-traumático de Albuquerque. Salazar Anelise. Caderno técnico de tratamento do transtorno de estresse pós-traumático. Brasília, 2019.

Freud, S. (1900/2013). O mal-estar na cultura. Londres: Penguin Books. (Este livro também pode ser encontrado com o título em inglês "Civilization and its discontents").

Fernandes, J. C. (2004). "Bombeiros e os riscos do trabalho: um estudo sobre a importância da pesquisa e a relevância da psicanálise". *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 38(1), 81-88. 22

Freud, S. (1915/2010). The unconscious. London: Hogarth Press.

CAPÍTULO 4: PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA INTERCULTURALIDADE COMO LUTA CONTRA HERANÇAS COLONIAIS

Maria Claudia Ferreira Coutinho
[https:// ORCID: 0009-0009-5041-6948](https://orcid.org/0009-0009-5041-6948)

Walfrido Menezes
ORCID/0009000108676836

Resumo

Este artigo propõe uma análise crítica e contemporânea da interculturalidade, entendida como um projeto político e epistêmico de enfrentamento às heranças coloniais que moldam as sociedades atuais, especialmente no contexto brasileiro. Partindo da reflexão foucaultiana sobre o poder disciplinar e o modelo panóptico, discute-se como as sociedades utilizam mecanismos invisíveis de controle e vigilância para reproduzir desigualdades sociais, culturais e raciais. O poder simbólico, conforme abordado por Bourdieu, é instrumental na naturalização dessas desigualdades, fazendo com que os sujeitos internalizem e reproduzam a lógica da dominação. O artigo destaca a necessidade de desconstruir os mecanismos de exclusão epistemológica herdados do colonialismo, evidenciados na "colonialidade do saber" descrita por Quijano, que legitima a superioridade da racionalidade eurocêntrica e marginaliza saberes indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades subalternizadas. Propõe-se, assim, a interculturalidade crítica como ferramenta para valorizar epistemologias plurais, enfrentando o racismo estrutural, o epistemicídio e o esvaziamento neoliberal do conceito de interculturalidade. A partir das contribuições teóricas de autores como Foucault, Bourdieu, Quijano, Fanon e Santos, o texto reforça que a luta contra as desigualdades coloniais exige uma transformação profunda das instituições educativas e sociais, superando discursos de meritocracia que mascaram as desigualdades estruturais. Enfatiza ainda que a interculturalidade crítica deve ir além da mera convivência cultural, buscando a reconfiguração das relações de poder e a promoção da justiça cognitiva. O artigo também destaca o legado da colonização escravocrata no Brasil, compreendida como um processo de longa duração que deixou cicatrizes sociais, culturais e epistemológicas persistentes. A interculturalidade crítica, nesse sentido, é apresentada como uma estratégia de resistência e reinvenção social que visa reconstruir espaços de protagonismo para grupos historicamente oprimidos e instaurar novas formas de convivência intercultural baseadas na equidade, reparação histórica e valorização dos saberes ancestrais.

Palavras-chave: interculturalidade crítica, colonialidade do saber, poder simbólico.

O presente artigo pretende discutir a interculturalidade sob uma perspectiva crítica, reflexiva e contemporânea, por entendermos o processo como um projeto político e epistêmico de luta contra as heranças coloniais que estruturam as sociedades contemporâneas, principalmente no contexto brasileiro.

As sociedades, na ânsia e mesmo diante da necessidade de controle sobre os indivíduos, criaram ao longo de suas histórias mecanismos travestidos de ações “corretas” ou higienizadoras. Essas sociedades, baseando-se em meros elementos culturais, não científicos e independentemente da possibilidade ou não desses indivíduos terem algum controle sobre tais características, reprimem, excluem e eliminam sujeitos portadores dessas características, como veremos mais profundamente a seguir.

Foucault (2013) mostrou como a sociedade vale-se de instrumentos de controle, para gerar um processo de catalogar, julgar e condenar as diversas características humanas, com o propósito de controlar as massas; para que os mesmos sujeitos não fujam de um controle do poder dominante. Para o mesmo, o poder que disciplina, é na verdade um poder que, em vez de se apropriar e de retirar do outro seu controle de si, tem como função “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor da liberdade do outro.

Portanto, ainda segundo Foucault, embora não uniformize o processo dos seres humanos, ele termina por promover a separação, a análise e a diferenciação dos sujeitos, levado-os a um processo de decomposição de suas estruturas sociais, ou seja a disciplinar.

A disciplina “fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. [...] O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. (Foucault, 2013, p. 164).

Assim, nega-se a sua essência e o enquadra nas normas do poder. A generalização com a finalidade de hierarquizar e punir, em nossa cultura e sociedade efetiva forma de cabresto/adestramento, em a consciência do sujeito. Assim, as estruturas principais, deixam de ser a comunidade e a vida pública.

Portanto a nossa sociedade, toma a forma de vigilância: “sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da

troca, processa-se o treinamento minucioso e concreto das forças úteis. [...] Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens. (Foucault, 2013, p. 204).

O modelo arquitetônico do panóptico, idealizado por Jeremy Bentham no século XVIII, consistia em uma estrutura circular com uma torre de vigilância central, a partir da qual um único observador podia monitorar todos os detentos posicionados em celas dispostas ao redor. O elemento central desse sistema é a assimetria da vigilância: os presos não sabem se estão sendo observados em um dado momento, o que os leva a agir como se estivessem sob constante vigilância.

Foucault (2013) apropria-se desse modelo como metáfora para o funcionamento do poder disciplinar nas sociedades modernas. Para o autor, o panóptico simboliza uma nova lógica de dominação que se efetiva por meio da vigilância contínua e da internalização das normas, fazendo com que os próprios sujeitos passem a controlar seus comportamentos. O poder, portanto, deixa de ser exercido apenas de forma coercitiva e passa a operar de maneira difusa, moldando condutas e produzindo subjetividades por meio de dispositivos disciplinares disseminados em diversas instituições sociais.

Foucault, ainda evidencia, portanto, a internalização do poder disciplinar como um mecanismo central das sociedades modernas. Nesse contexto, o panóptico não se restringe a uma arquitetura prisional, mas se configura como uma tecnologia política disseminada nos mais diversos espaços sociais como escolas, fábricas, hospitais e instituições jurídicas em que os sujeitos são simultaneamente alvos e agentes da vigilância.

A vigilância, por sua vez, não opera mais apenas de forma verticalizada, mas se infiltra de maneira capilarizada nas relações sociais, fazendo com que os próprios indivíduos se tornem mantenedores do sistema disciplinar. E, a máquina panóptica, portanto, é sustentada não por uma autoridade centralizada, mas por uma multiplicidade de práticas que naturalizam o controle e produzem subjetividades ajustadas às normas.

Nesse sentido, Foucault revela como o poder moderno opera não pela repressão direta, mas pela gestão dos corpos e da conduta, sendo constantemente reproduzido pelos próprios sujeitos que dele participam. Dessa forma, marca uma mudança do poder soberano, que punia em público com violência, para o poder

disciplinar, mais invisível, sutil e contínuo. - simbólico.

Na visão de Bourdieu (1989), o poder é também simbólico, reflete-se em todos os âmbitos da sociedade, gerando desigualdades na maioria das vezes difíceis de serem modificadas. De acordo com esse autor (1998), o poder é um processo invisível, que ocorre onde menos se espera e no mais profundo do ser, isto é, “[...] pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo o exercem.” (Bourdieu, 1998, p. 8).

Para Bourdieu (1999), tal processo surge em função de uma visão “interacionista” ou mecanismo de vocação/cooptação psicossociológica, que ignora as condições sociais de produção e ajusta os agentes ao seu posto ou às suas atitudes?

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (Bourdieu, 1999, p. 22).

Por outro lado, Bourdieu (1999) ao criticar a ideia de que os indivíduos ocupam determinadas posições sociais ou profissionais com base em uma suposta vocação natural ou em um processo espontâneo de escolha, que ele denomina de "mecanismo de vocação/cooptação psicossociológica", desconsidera as condições sociais objetivas que moldam as disposições subjetivas dos agentes. Ao sugerir que certas pessoas “nascem” com aptidão para determinadas funções, esse mecanismo encobre os processos estruturais que produzem e legitimam as desigualdades.

Assim, o que parece ser uma escolha pessoal é, na verdade, resultado da internalização de esquemas de percepção e avaliação impostos pelas estruturas sociais. Dessa forma, os dominados acabam reproduzindo a lógica da dominação ao ajustarem-se às posições que lhes são socialmente atribuídas, acreditando que essas correspondem à sua natureza ou vocação. Bourdieu (1999) evidencia, portanto, como o sistema de ensino e outras instituições sociais operam simbolicamente para reproduzir as hierarquias, transformando a submissão em reconhecimento legítimo da ordem estabelecida.

A crítica de Bourdieu ao "mecanismo de vocação/cooptação psicossociológica" revela-se especialmente pertinente quando analisada à luz das heranças coloniais e das dinâmicas de interculturalidade nas sociedades contemporâneas. A ideia de que certos grupos possuem “aptidões naturais” para

determinadas funções ou lugares sociais ressoa com os discursos coloniais que historicamente atribuíram inferioridade a culturas não europeias, naturalizando hierarquias raciais, étnicas e culturais.

Nesse sentido, os sujeitos pertencentes a povos originários, comunidades negras ou outros grupos subalternizados muitas vezes internalizam esquemas de dominação que os levam a reconhecer como legítimos os lugares de exclusão e vulnerabilidade que lhes foram historicamente impostos.

Assim, a interculturalidade crítica propõe justamente o rompimento com essa lógica, ao valorizar saberes, práticas e epistemologias marginalizadas, e ao questionar os sistemas que as deslegitimam. Compreender como a dominação simbólica atua por meio da naturalização de desigualdades é fundamental para promover uma verdadeira interculturalidade que confronte as continuidades coloniais ainda presentes nas instituições e nos discursos hegemônicos.

Além disso, ao evidenciar a dimensão simbólica da dominação, Bourdieu contribui para desvelar os mecanismos sutis pelos quais a desigualdade se perpetua mesmo em contextos marcados por discursos de meritocracia e igualdade formal. A naturalização das posições sociais, sustentada pela crença em talentos inatos ou vocações individuais, mascara as condições históricas e estruturais que determinam o acesso aos recursos, às oportunidades e ao reconhecimento social. Desse modo, o *habitus*, enquanto sistema de disposições duráveis e transponíveis, funciona como mediador entre as estruturas objetivas e as práticas sociais, reforçando a reprodução do status quo sob a aparência de escolhas autônomas.

Essa análise é particularmente relevante em contextos educacionais, onde a escola é apresentada como espaço neutro de ascensão social por meio do mérito, mas que, na prática, opera como um dos principais aparelhos de reprodução simbólica das desigualdades. Os conteúdos curriculares, as formas de avaliação e as expectativas pedagógicas são frequentemente alinhados com os capitais culturais das classes dominantes, favorecendo os que já detêm esses recursos e penalizando os que deles carecem. Assim, o fracasso escolar de determinados grupos sociais não é expressão de menor capacidade, mas resultado da desigualdade no ponto de partida, invisibilizada por um discurso de igualdade de oportunidades.

Portanto, retomar a crítica de Bourdieu no contexto das lutas por justiça cognitiva e social implica reconhecer a urgência de transformar as instituições que, sob a aparência de neutralidade, reforçam hierarquias herdadas de um passado

colonial e classista. A construção de uma interculturalidade crítica exige não apenas o reconhecimento da diversidade, mas a reconfiguração das relações de poder que definem o que é válido como conhecimento, competência ou vocação. É nesse sentido que a análise bourdieusiana permanece fundamental: ao iluminar os processos de legitimação simbólica das desigualdades, ela oferece ferramentas teóricas e políticas para confrontar as continuidades da dominação nas sociedades contemporâneas.

Já Quijano (2005), acrescenta que esse processo, passa pela questão do colonialismo, que não apenas impôs uma dominação econômica e territorial, mas também instituiu uma “colonialidade do saber”, que hierarquizou os conhecimentos, valores e culturas, promovendo a superioridade da racionalidade europeia ocidental e deslegitimando outras formas de conhecimento.

Esse legado se perpetua na forma como instituições educacionais, científicas e políticas continuam a reproduzir epistemologias eurocentradas, invisibilizando ou desqualificando saberes produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades historicamente marginalizadas. Essa persistência da colonialidade reforça estruturas de exclusão que naturalizam a vulnerabilidade desses grupos, transformando desigualdades históricas em aparentes “diferenças culturais”.

Diante desse contexto, torna-se urgente a crítica epistemológica às heranças coloniais e a promoção de uma interculturalidade crítica, que vá além da mera convivência entre culturas e busque efetivamente a valorização de epistemologias plurais. Santos (2019) propõe o conceito de "epistemologias do Sul" como uma alternativa ao monopólio cognitivo ocidental, defendendo a justiça cognitiva como condição para a justiça social.

Trata-se, portanto de uma proposta de valorização e legitimação dos saberes produzidos por povos, comunidades e movimentos sociais historicamente marginalizados, especialmente no Sul global, mas não apenas geograficamente, e sim em uma lógica política e epistêmica de resistência. Isso implica reconhecer que há múltiplas formas legítimas de produzir conhecimento e que a exclusão epistêmica é uma forma de violência.

Portanto, combater as heranças coloniais requer não apenas ações afirmativas ou representativas, mas também uma transformação profunda nos modos de pensar, ensinar, pesquisar e organizar o mundo, enfrentando o colonialismo que ainda persiste no plano do saber.

Retomando ao conceito de violência simbólica de Bourdieu (1999), o processo de naturalização da desigualdade e de interiorização das estruturas de dominação em diálogo com a crítica pós-colonial formulada por autores como Fanon (2008), que evidencia como o colonialismo não apenas expropriou territórios e corpos, mas também colonizou mentes, ao impor uma lógica de inferiorização internalizada pelos povos colonizados, como mecanismo poderoso de reprodução da dominação, inclusive dentro dos sistemas educacionais, que continuam a promover uma epistemologia única, apagando ou inferiorizando outras formas de saber.

Para enfrentar essas estruturas profundas de exclusão e desigualdade, torna-se essencial adotar uma perspectiva intercultural que não se limite à tolerância ou ao contato entre culturas, mas que busque o reconhecimento e a valorização das epistemologias do Sul. Isso significa desafiar a monocultura do saber científico e abrir espaço para o diálogo entre diferentes matrizes epistêmicas, com base na justiça cognitiva.

A escola, a universidade e demais instituições de conhecimento precisam, portanto, repensar seus currículos, práticas pedagógicas e políticas de inclusão, de modo a combater não apenas o racismo e a desigualdade social, mas também o colonialismo epistêmico que sustenta tais formas de exclusão (Walsh, 2009).

Nesse sentido, a crítica de Bourdieu ao mecanismo de cooptação psicossociológica, articulada às discussões decoloniais, contribui para evidenciar como o poder atua na produção das subjetividades e dos saberes, e por que é urgente reconfigurar essas relações à luz de uma interculturalidade crítica e transformadora.

Para tanto, utilizando dos aportes teóricos dos autores supra citados, podemos analisar os modos como a colonialidade do poder, do saber e do ser perpetua desigualdades, marginalizando epistemologias indígenas, afrodescendentes e as populações mais desfavorecidas. Argumentamos que a interculturalidade crítica, articulada à perspectiva decolonial, propõe não apenas o reconhecimento da diversidade cultural, mas a desconstrução das hierarquias impostas pela modernidade/colonialidade.

O texto também enfatiza os desafios contemporâneos, como o racismo estrutural, o epistemicídio e o esvaziamento neoliberal do conceito de interculturalidade, apontando para experiências de resistência e reinvenção social. A título de exemplo, em um recorte, na escravidão, não excluindo os demais

processos de dispertecimento e discriminações, apenas usamos o mesmo como exemplo, face ao processo mais complexo, isto é, a colonização escravocrata de longa duração, que envolveu 300 anos de sua história.

Dando continuidade à reflexão proposta, é fundamental compreender como a interculturalidade, especialmente em sua vertente crítica, pode atuar como ferramenta de enfrentamento ao racismo estrutural, ao epistemicídio e às formas de opressão herdadas da colonização escravocrata.

A longa duração desse processo colonial, que ao envolve mais de três séculos de escravização de populações africanas e de imposição violenta sobre povos originários, não apenas estruturou as bases econômicas e sociais das sociedades latino-americanas, como também instituiu um sistema persistente de hierarquização racial e cultural. Esse colonialismo de longa duração não terminou com a independência formal dos Estados, mas se prolonga por meio de estruturas institucionais, jurídicas, educacionais e simbólicas que continuam a reproduzir desigualdades profundas.

A escravidão, nesse contexto, não foi apenas um sistema econômico de exploração da força de trabalho, mas também um projeto de desumanização e silenciamento epistêmico. Ao negar a humanidade dos povos africanos escravizados e das populações indígenas, o sistema colonial justificou a exclusão dessas vozes dos espaços de poder, conhecimento e decisão. A violência do tráfico, do trabalho forçado, das punições corporais e da ruptura de laços comunitários foi acompanhada por uma violência epistêmica, o epistemicídio, que destruiu ou deslegitimou formas de conhecimento, espiritualidade e organização social dessas populações. Ainda hoje, os efeitos dessa herança se manifestam nas práticas sociais, na marginalização dos saberes ancestrais e na persistência de discursos que naturalizam a subalternização de determinados grupos, como já dito anteriormente.

Dessa forma, a interculturalidade crítica se apresenta como uma estratégia de resistência e reinvenção social frente a esse passado que se atualiza continuamente no presente. Ao invés de promover uma simples convivência entre culturas, ela busca confrontar as relações históricas de dominação que estruturaram e ainda estruturam o tecido social.

Em países marcados pela escravidão prolongada e por um processo de abolição inconcluso, como o Brasil, a interculturalidade crítica exige o reconhecimento das cicatrizes coloniais como elemento constitutivo das

desigualdades contemporâneas. Isso implica não apenas valorizar os saberes e práticas dos povos historicamente oprimidos, mas também desestabilizar o monopólio epistemológico das elites ocidentalizadas. Práticas como a educação quilombola, a valorização das cosmologias indígenas e a reconstrução das histórias locais representam formas concretas de reverter os danos do colonialismo de longa duração e de instaurar novas possibilidades de convivência intercultural baseada na justiça cognitiva, na reparação histórica e na equidade real.

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Apesar dos avanços conceituais, a efetivação da interculturalidade crítica enfrenta obstáculos. Em primeiro lugar, a persistência do racismo estrutural e do epistemicídio, que continuam marginalizando línguas, saberes e práticas tradicionais (Santos, 2010).

O racismo estrutural ocorre diante de um longo processo de escravidão, nos leva a “perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa, apresenta uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada” (Souza, 2017, p. 09).

O conceito de racismo estrutural, conforme destacado por Souza (2017), revela que o racismo não se manifesta apenas em atos isolados de preconceito individual, mas está profundamente enraizado nas estruturas sociais, econômicas e culturais de sociedades marcadas por longos períodos de escravidão. Essa forma de racismo cria uma “singularidade excludente e perversa” porque estabelece um sistema de desigualdade que se auto-reproduz, criando relações sociais assimétricas que marginalizam grupos racializados ao longo do tempo.

A perpetuação dessa sociabilidade desigual ocorre justamente pela ausência de uma crítica efetiva e de uma compreensão ampla das suas raízes históricas e institucionais, o que dificulta sua superação. Assim, o racismo estrutural é um fenômeno que permanece invisível para muitos, operando de forma silenciosa e normalizada, o que reforça a exclusão e a desigualdade racial de maneira persistente e resistente às transformações superficiais.

Nesta linha, os desafios contemporâneos enfrentados pela população negra em sociedades marcadas por uma escravidão prolongada e pela persistência do racismo estrutural evidenciam a continuidade histórica da desigualdade racial. A

abolição formal da escravidão, longe de representar o fim da exclusão, apenas reconfigurou os mecanismos de dominação, que passaram a operar sob formas institucionais mais sutis, porém igualmente excludentes.

O conceito de racismo estrutural, conforme elaborado por Almeida (2019), permite compreender como o racismo não é apenas uma prática individual, mas um elemento constitutivo das estruturas sociais, políticas, jurídicas e econômicas. Essa forma de racismo sustenta a marginalização sistemática da população negra, refletida em indicadores como acesso desigual à educação, saúde, trabalho e justiça, além da sub-representação política e da violência policial direcionada.

Além disso, o epistemicídio, entendido como a negação e desvalorização dos saberes produzidos por populações negras e indígenas, permanece como um obstáculo à construção de uma sociedade verdadeiramente intercultural. O apagamento das epistemologias afrocentradas e a hegemonia do pensamento eurocêntrico nos currículos escolares e acadêmicos contribuem para a reprodução simbólica da inferiorização racial. Como destaca Santos (2010), a superação das desigualdades requer o reconhecimento da pluralidade epistemológica e a valorização dos "saberes do Sul", produzidos por sujeitos historicamente subalternizados. Neste pensamento, a luta por justiça cognitiva e inclusão epistêmica torna-se parte fundamental dos desafios contemporâneos enfrentados pela população negra, sobretudo em países cujas estruturas ainda operam sob lógicas coloniais e racializadas.

Mesmo após o fim formal da escravidão, a população negra não foi efetivamente integrada à sociedade de maneira digna, reparadora e que respeitasse sua identidade histórica e cultural. Ao contrário, permaneceu submetida a uma lógica racial hierarquizante que associava a branquitude a padrões de civilização e progresso, enquanto atribuía à negritude uma posição de inferioridade. Essa ideologia, amplamente difundida durante o período pós-abolicionista, incentivou políticas e práticas sociais voltadas ao chamado “embranquecimento” da população, seja por meio da imigração europeia, da eugenia ou da negação da cultura afro-brasileira, como destaca Schwarcz (2012) ao analisar o mito da democracia racial.

Como resultado, os saberes, práticas culturais e modos de existência da população negra foram sistematicamente marginalizados, enquanto seus direitos foram negados ou acessados de forma extremamente desigual. A ausência de políticas públicas de reparação e a permanência de uma estrutura racial excludente

contribuíram para a manutenção de um cenário em que a presença negra continua sendo tolerada apenas sob a condição da adaptação a normas sociais brancas e eurocentradas. Esse processo, conforme argumenta Munanga (2004), reforça a exclusão simbólica e material da população negra, aprofundando as desigualdades e invisibilizando sua contribuição para a formação social, econômica e cultural do país.

Como nos aponta Souza (2021), a construção do sujeito negro brasileiro foi historicamente marcada pela ideia de inferioridade, imposta por um sistema de dominação que sempre excluiu o negro dos espaços de reconhecimento, saber e poder. Essa construção social o posicionou como “feio”, “fraco” e “incapaz” de se desenvolver intelectual e culturalmente, deslegitimando suas experiências e saberes. Trata-se de um processo sutil, porém contínuo, de desumanização, que opera sob a lógica de um racismo que naturaliza hierarquias entre culturas, colocando a cultura branca como padrão universal de valor e civilização.

O que se observa é a atuação de um racismo cultural, ou seja, uma forma de discriminação que, ao invés de se basear apenas em características fenotípicas, desqualifica práticas culturais, linguagens e modos de vida que não se alinham à cultura dominante. Como reflexo disso, povos historicamente oprimidos são sistematicamente marginalizados, explorados ou criminalizados, muitas vezes sob a justificativa de sua “inadequação” aos padrões sociais hegemônicos. Essa lógica representa, na prática, uma modernização do colonialismo, pois mantém ativa a estrutura simbólica de dominação racial, agora sob o discurso da “civildade”, da “cultura superior” ou da “integração social”, sem que haja uma real desconstrução das desigualdades históricas.

Assim, ao considerarmos o caso da escravidão durante todos esses anos, não podemos também deixar de lado, os seguintes anos, após essa suposta libertação, pois verificamos, a não concretização de uma verdadeira liberdade, tendo em vista que a população negra escravizada não teve uma formação e nem condições preparatórias, para constituírem uma vida digna, ficando os mesmos marginalizados e excluídos da sociedade.

A abolição da escravidão, não foi algo delineado em estruturas preparatórias e formativas, e na sua “pseudo libertação”, tais estruturas foram e continuaram nos séculos seguintes, sendo executados na manutenção da mesma de forma simbólica. Haja vista que esses sujeitos foram historicamente excluídos, marginalizados e empurrados para as bordas da sociedade, passaram a habitar espaços urbanos

marcados pela negligência do Estado, como as favelas, onde predominam deficiências estruturais e múltiplas vulnerabilidades. Apesar dessas condições adversas, esses territórios também se configuram como espaços de produção de vida, cultura, identidade e resistência. No entanto, a mesma lógica que os constituiu continua a operar na contemporaneidade, perpetuando processos de negligência institucional e invisibilidade social.

Assim, a população negra emancipada foi lançada à própria sorte após a abolição formal da escravidão, em um processo marcado pela ausência de políticas públicas que garantissem inclusão social e reparação histórica. Não houve, por parte do Estado, qualquer ação concreta no campo da saúde, da educação, da moradia ou do acesso ao mercado de trabalho, o que impediu uma transformação real e significativa nas condições de vida dessas pessoas. Essa omissão institucional negou aos negros libertos o direito à dignidade, à vivência plena e à sobrevivência com equidade. Como afirmam Carneiro e Lima (2017), o povo negro “conduziu o enfrentamento cotidiano na defesa de todas as dimensões sociais e culturais que reafirmam o lugar de protagonismo na construção de uma identidade e representatividade social” (p. 01).

Portanto, a ausência de políticas públicas estruturantes impediu que a população negra emancipada fosse inserida de forma digna e equitativa no mercado de trabalho. Essa inserção ocorreu a partir de múltiplas vulnerabilidades, sem acesso à educação formal, o que resultou em ocupações precarizadas, baixos salários e altos níveis de exploração. A violência física do período escravocrata foi substituída por formas simbólicas e estruturais de opressão, mantendo a lógica de dominação e desigualdade. O chicote foi substituído pela exploração cotidiana, agora naturalizada nas relações socioeconômicas.

As experiências culturais, nesse contexto, moldam percepções e comportamentos, influenciando profundamente a forma como os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos socialmente, e, interferindo na sua constituição subjetiva e identitária. A cultura, portanto, atua tanto como ferramenta de dominação quanto de resistência, influenciando as estruturas cognitivas e emocionais que orientam nossas ações e formas de existência.

Em segundo lugar, observa-se uma tendência preocupante nas políticas neoliberais contemporâneas: o esvaziamento do conceito de interculturalidade, reduzindo-o a uma retórica de inclusão simbólica que não se traduz em redistribuição

efetiva de poder, recursos ou reconhecimento. Nesse cenário, o discurso intercultural é frequentemente instrumentalizado como uma fachada de pluralidade, enquanto práticas excludentes e estruturas desiguais permanecem inalteradas.

A interculturalidade, nesse contexto, deixa de ser um projeto político crítico, que deveria confrontar o racismo, o colonialismo e as assimetrias históricas, para tornar-se uma estratégia de gestão da diversidade dentro dos limites do mercado e do individualismo liberal.

Essa lógica, do neoliberalismo, desloca a responsabilidade da justiça social para o âmbito individual, fragilizando o papel do Estado como garantidor de direitos. Como bem apontou Sposati:

A lógica neoliberal rejeita os direitos sociais como obrigação do Estado. Os riscos sociais, sob sua ótica, devem ser enfrentados com a capacidade individual de prevenir e de estar pronto para o amanhã e para as incertezas da vida. O Estado deve ter papel subsidiário. Em primeiro lugar a família deve ser o locus de ‘amparo aos fracos e às fraquezas’, depois a sociedade, e só então o Estado deve atuar parcialmente, já que se precaver é responsabilidade do indivíduo. (Sposati, 1995, p. 132).

A lógica neoliberal rejeita os direitos sociais como obrigação do Estado. Os riscos sociais, sob sua ótica, devem ser enfrentados com a capacidade individual de prevenir e de estar pronto para o amanhã e para as incertezas da vida. O Estado deve ter papel subsidiário. Em primeiro lugar a família deve ser o locus de ‘amparo aos fracos e às fraquezas’, depois a sociedade, e só então o Estado deve atuar parcialmente, já que se precaver é responsabilidade do indivíduo. (Sposati, 1995, p. 132).

ALGUMAS PALAVRAS

Diante do exposto, este artigo discutiu a interculturalidade sob uma perspectiva crítica, entendendo-a como um projeto político e epistêmico de luta contra as heranças coloniais que estruturam as sociedades contemporâneas. O texto também enfatiza os desafios contemporâneos, como o racismo estrutural, o epistemicídio e o esvaziamento neoliberal do conceito de interculturalidade, apontando para experiências de resistência e reinvenção social.

Pensar a interculturalidade como luta contra as heranças coloniais implica compreender que não basta celebrar a diversidade cultural; é preciso desestabilizar as estruturas que reproduzem desigualdades históricas e naturalizam a exclusão de

saberes, corpos e vozes marginalizadas. A lógica da modernidade/colonialidade, como apontam autores decoloniais como Quijano e Mignolo, ainda orienta as instituições, os discursos e as práticas sociais, legitimando uma hierarquia global de conhecimento e humanidade. Essa lógica separa o humano em categorias racializadas e culturalmente hierarquizadas, o que impede a construção de uma verdadeira cidadania plural.

A interculturalidade crítica, nesse sentido, não é um modelo de convivência pacífica entre culturas, mas um projeto político de enfrentamento das estruturas coloniais que seguem operando na contemporaneidade. Quando articulada à crítica foucaultiana do poder e ao pensamento decolonial, ela permite evidenciar os dispositivos de dominação que atravessam os corpos, os saberes e os territórios, naturalizando exclusões sob o disfarce da neutralidade institucional ou da universalidade do conhecimento. Reconhecer isso é o primeiro passo para reposicionar o debate sobre educação, cidadania e democracia, colocando no centro a pluralidade epistêmica, a justiça cognitiva e o reconhecimento das lutas históricas dos povos subalternizados.

Nesse cenário, transformar a realidade exige mais do que políticas compensatórias ou ações pontuais: demanda uma mudança estrutural no modo como pensamos o humano, o conhecimento e os direitos. Tal transformação deve partir, sobretudo, dos movimentos sociais, coletivos e sujeitos historicamente silenciados, que ao longo do tempo vêm produzindo formas alternativas de resistência e existência. É preciso que a sociedade como um todo, e particularmente os espaços de formação como a escola e a universidade, seja capaz de refletir criticamente sobre os processos que constroem e mantêm as exclusões, sejam elas de gênero, raça, classe ou território. A decolonialidade, nesse contexto, se apresenta como um horizonte ético e político que recusa a colonialidade do saber e propõe práticas emancipatórias baseadas na reciprocidade, na escuta e na justiça.

Nessa visão, fez-se e faz-se necessária a implantação de uma proposta social na área da cidadania, dos direitos humanos, da educação, da sociologia, da antropologia, da psicologia etc., para facilitar e ampliar as ideias, propostas e conhecimentos. Como propõe a interseccionalidade (Crenshaw, 1989), é necessário reconhecer que as opressões não operam isoladamente, mas se entrelaçam de maneira complexa, exigindo respostas igualmente integradas.

Torna-se urgente, portanto, o desenvolvimento de ações práticas e educativas

que enfrentem o legado da colonização em suas múltiplas dimensões: ideológica, política, social, epistemológica e simbólica. Essas ações devem promover uma leitura crítica da realidade, com base em uma pedagogia da presença e da participação, capaz de fomentar a cidadania ativa, a partir do reconhecimento da diversidade e da história coletiva dos povos. Isso significa criar espaços de formação em que sujeitos historicamente excluídos sejam não apenas receptores de políticas, mas construtores de novos paradigmas sociais e políticos.

Só será possível falar em justiça social, democracia real e direitos humanos efetivos quando cada ser humano for reconhecido e valorizado em sua totalidade cultural, histórica, afetiva e política e puder vivenciar uma cidadania plena, que vá além do discurso e se materialize nas práticas sociais e nas estruturas institucionais.

Por fim, podemos apontar que a interculturalidade crítica, articulada à decolonialidade e às lutas interseccionais, deve nos conduzir a um projeto coletivo em que todos sejam protagonistas da história que constroem, com equidade, dignidade e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. 2. ed. São Paulo: Editora SEAL, 2020.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação intercultural: entre concepções, tensões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 40. ed.

Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clasco, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A Assistência Social no Brasil 1983-1990. São Paulo: Cortez, 1995.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía decolonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. In: WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2012.

CAPÍTULO 5: LITERATURA E ARTE: FORMAS DE INTERCULTURALIDADE

Elis Crokidakis Castro

<https://orcid.org/0000-0001-7735-2715>

“ A arte é uma série de objetos que provocam emoções poéticas” diz Le Corbusier, ou seriam emoções políticas?

O tema em foco é polêmico e aparece em muitas das discussões que envolvem estas duas áreas. Áreas que podem às vezes ser tratadas de maneira separadas ou juntas e que fazem parte da cultura, sendo de fato elementos interculturais, pois promovem a relação entre as culturas.

Todavia antes de nos embrenharmos na discussão queremos definir o que é estética e o que é política para depois vermos suas imbricações no campo da arte e da literatura.

Estética vem do grego *aisthesis* que significa arte de sentir, compreensão pelos sentidos, percepção totalizante. Relacionada a arte a estética então aparece ligada a noção de beleza e na filosofia é um ramo que estuda racionalmente o belo e o sentimento que suscita nos homens. (Aranha e Martins, 1994, p.341).

Logo, a ligação da estética com a arte é íntima pois é considerado objeto artístico aquele que se oferece a percepção, aos sentidos. Sendo a “experiência estética aquela da presença tanto do objeto estético como do sujeito que o percebe” (Aranha e Martins, 1994, p.243) Desde Platão para quem “a beleza é a única ideia que resplandece no mundo”, passando por Hume que diz que “a beleza depende do gosto de cada um”, por Kant que diz que “o belo é aquilo que agrada universalmente, ainda que não se possa justificá-lo intelectualmente”, e chegando a Hegel que diz que beleza muda de face e de aspecto através dos tempos e que isso se reflete na arte mais por causa da cultura que das questões internas da própria arte, vemos que toda as discussões passam pelo entendimento do que seria o belo ao longo do tempo. (Aranha e Martins, 1994, p. 342).

Mas e a política? Esta palavra que vem de polis, a cidade grega, sendo a arte de viver na polis. Se vivemos na polis, vivemos em grupo, em conjunto, logo, relaciona seu sentido à arte de governar, de gerir, ou mesmo de refletir sobre as ações

na cidade, sobre as instituições políticas que governam a cidade, através das quais se exerce o poder e tudo que diz respeito a ele. Se pensarmos então a arte e a literatura como uma linguagem que o homem desenvolve, este na polis ao desenvolver tais linguagens também estará atuando politicamente.

Dessa forma, seguindo o que nos diz Lyotard em seu texto “Representação, apresentação, não apresentável”, “desde que a pintura no quatrocentos conquistou a sua nobreza, ela passou a contribuir no programa metafísico e político da organização do visual e do social” (Lyotard, 1997, p.123). Ou seja, a arte então surge desde então como uma aliada da política, seja em que sentido for quero dizer com isso que tanto arte pode ter uma leitura a favor como contra ao que está estabelecido. Por exemplo, podemos dizer da intenção da arte barroca no Brasil Colônia que com base nos elementos de composição, cores, geometria, formas, a pintura serviria para identificar comunidades políticas, cidades, estados, nação etc. E esses elementos colocados em cena são ordenados sob o olhar do pintor, em sua construção que claramente possui uma intenção, geralmente a de quem encomenda a obra. Nesse universo ordenado pela pintura, o olhar do monarca recebe o lugar indicado pelo ponto de fuga e tais obras expostas nas salas dos palácios dos senhores ou do povo e nas igrejas faziam com que os membros da comunidade se identificassem como pertencentes desse universo que era visto pregado nas paredes. Universo este que nem sempre correspondia a realidade.

Diz Lyotard, “a noção moderna de cultura nasce neste acesso público, caracterizado pelos seus sinais da identidade histórica-política e pela sua decifração coletiva. ” Na organização dos espaços públicos e dos museus então a organização estabelecida segue a representação da própria estrutura do corpo político.

Para o crítico, a

fotografia então conduz ao cumprimento deste programa da ordenação metapolítica do visual e do social e também o põe fim – pois todo saber adquirido e elaborado nas oficinas, e escolas, etc. são objetivados na máquina fotográfica com um clic. Nesse clic, qualquer um executa seu quadro organiza seu espaço de identificação, enriquece sua memória cultural, dá a partilhar as suas prospecções” (Lyotard, 1997, p.124).

Dessa forma o filósofo nos diz que a organização dos espaços que a arte moderna habita segue então um objetivo político. E não é de hoje essa relação.

Para uma análise dessa relação, em 1936, Walter Benjamim escreve seu

famoso artigo “ A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”, neste além de falar do que seria a perda da aura, Benjamin faz a primeira análise da arte e mistura a questão estética com a política. Fala-nos Benjamin numa abordagem sociológica da arte, que, “ a forma mais primitiva de inserção da obra de arte no contexto da tradição se exprimia pelo culto” (Benjamin,2012, p.171). Isto é, sabemos que nas épocas primordiais as mais antigas obras de arte surgiram a serviço de um ritual, primeiro mágico e depois religioso, e sendo assim tal obra era e é possuidora, ainda hoje, de uma aura que seria aquilo que lhe dá o valor de autenticidade. E tais obras serviam, antes de conquistada sua autonomia, a uma religião, a um monarca. A arte tinha uma função utilitária, não servia com valor por si mesma, mas para servir a uma função. Diversas foram essas funções: tais como a religiosa, pedagógica, política, social.

Todavia com o advento da reprodução técnica, com a fotografia, principalmente, - que é contemporânea ao início do socialismo - a arte entra em crise. Tal crise podemos dizer reflete-se na estética da arte pela arte, ou da arte pura, ambas que rejeitam qualquer aproximação da arte com algum tipo de função ou determinação objetiva.

Desta forma Benjamin nos afirma que partindo dessa invenção revolucionária, pela primeira vez a arte deixa a sua existência ligada ao ritual e se emancipa. Ou seja, no momento em que começa a ter uma reprodução técnica, em série, à arte deixa de ser aplicado o critério da autenticidade e a função da arte se transforma. Nesse momento então é que podemos dizer que se dá a refuncionalização da arte, que deixa de se fundar “no ritual e passa a fundar-se em outras práxis: a política”.

Assim diria Benjamin, com a reprodução a arte também passa a ser mais exposta, exibida, aumentando seu valor de exposição, em detrimento do valor de culto, que se dava para poucas pessoas, uma vez que a obra estaria em palácios, em celas religiosas ou cobertas todo ano. Com tal aumento na exponibilidade, sem dúvida, tem-se uma mudança na recepção da arte.

É importante, antes de falar da recepção, dizer que em todo contexto da arte e da literatura uma atenção especial deve ser dada à arte cinematográfica, que misto de várias artes tem sua forma um grande potencial, rapidamente entendido pela indústria ideológica, especialmente com fins políticos, pois nascido como uma arte coletiva, sem aura, atinge milhões ao mesmo tempo levando mensagens facilmente

assimiladas. O cinema então, mesmo não tendo a aura atribuída às outras artes, consegue atingir o receptor fazendo-o refletir, ou ao contrário, fazendo-o se alienar cada vez mais. Benjamim analisa o cinema do Terceiro Reich, fala da política como estética, como o fascismo usa tal técnica no cinema de Leny Riefenstahl.

Logo, nesse processo de refuncionalização da arte percebemos também a sua dessacralização, que deixa de ser elemento de um sagrado para atender a uma causa política, da polis. Podemos dizer que mesmo antes de sua refuncionalização para a práxis política, conforme Benjamim, a arte já possuía elementos que levassem a uma interpretação nesse sentido. A reproduzibilidade, cremos, ajuda nesse processo tornando-o mais rápido, pois atingiria a mais pessoas concomitantemente.

No que toca a forma de arte, podemos dizer que difere a relação da arte pictórica com a política e a da arte literária com a política, ou ainda qualquer outro tipo de arte. Cada forma ou cada linguagem artística desenvolve sua maneira de falar ao seu público.

Contemporaneamente Jacques Ranciere é o teórico que analisa a relação da arte com a política. Diz Ranciere em entrevista que “estética e a política são maneiras de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos”. Ou seja, entendida desta forma a relação entre estética e política sempre existiu, desde a Grécia clássica o poder sempre funcionou com manifestações espetaculares, assim também nas monarquias modernas.

Segundo o crítico a política é essencialmente estética, e está fundada no mundo sensível, como a expressão artística. Por isso, um regime só pode ser democrático se incentivar a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade. Partindo disso ele desenvolve a teoria da “partilha do sensível” (a relação entre o estético e o político), que descreve a formação da comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais.

Segundo J. Ranciere, o modelo de arte que tem compromisso político era o de Brecht, que queria desestabilizar a percepção do espectador para que, no espaço da obra, ele visse como absurdo o que considerava normal, produzindo assim alguma transformação no seu espírito e que poderia ser canalizada essa energia para ações transformadoras. Diz o crítico que “desestabilizar a percepção” era um princípio surrealista, que Brecht tenta transmutar em pedagogia política. Isso não produziu efeito político verificável só produziu certa concepção do que uma “arte política” deveria ser.

Vale lembrar, que Brecht e Benjamim, compartilhavam suas ideias. Daí a semelhança das mesmas e Ranciere na mesma entrevista questiona o que Benjamim chama de estetização da política no exame do Terceiro Reich. Para ele isso sempre existiu não sendo apenas visível naquele momento.

Outra forma segundo Ranciere de modelo de compromisso político é o que concebe o trabalho político do artista como investigação de determinado aspecto da realidade que está enquadrado, estereotipado ou formatado pelo senso comum, na tentativa de devolve-lo à realidade, em tal modelo se pensa a arte não como pedagogia ou explicação do mundo, e sim como uma reconfiguração do mundo sensível.

Exemplo é dado pelo cineasta português Pedro Costa com o filme “Juventude em marcha” e “Quarto de Vanda” onde ele não apenas descreve a miséria ou denuncia a exploração, mas sim torna sensível esse universo, restitui a força da experiência e da palavra aos excluídos.

Outro exemplo do que seria “partilha do sensível” na literatura seria dado pelo realismo literário no século XIX, este como contribuição nos deixou não só a representação dos pobres, trabalhadores e as “pequenas vidas”, mas rompeu no espaço da obra de arte a cisão que existia entre eles e o resto da sociedade, realizando um trabalho de desierarquização. A literatura afirma que o crítico, com a técnica formal, abandona a noção de trama tradicional para investir em microeventos, põe em cena vidas de pessoas quaisquer, oferecendo uma alternância de universos sensíveis.

Literariamente isso não ocorre apenas no XIX, Virginia Wolf em seu ensaio “Ficção moderna” denuncia a tirania da trama, postula o romance moderno como democracia dos eventos.

Ranciere, diz ainda que este é o paradoxo e a força do romance do século XX: como subverter a “tirania da trama” e identificar o curso dos eventos sensíveis, colocando em cena essas vidas quaisquer e também as cicatrizes da justiça e da História?

Poderíamos pensar a arte, a literatura e política como elementos que se complementam e são elementos da cultura e de cada cultura singularmente. No entanto percebemos que a arte, talvez mais que a política, transcende o seu tempo histórico e muitas vezes por ela, em um tempo diverso da sua criação é que podemos ter notícia das questões políticas. Por exemplo: quando lemos um romance que trata de um tempo passado e conseguimos ali observar as questões de poder e política que surgem, mesmo numa história ficcional. Da mesma forma, quando examinamos um quadro com uma cena que com seus elementos simbólicos nos remetem a todo contexto de sua criação. Essas obras, muitas vezes estando num museu com uma arrumação, que também é política, podem suscitar em quem vê novas interpretações. Assim a arte ultrapassa seu tempo de criação indo repercutir muito depois em qualquer cultura, mesmo na que não tenha seus referenciais.

Dessa forma, concluímos voltando ao início de nossa reflexão dizendo que os objetos poéticos, que são criados pela arte, podem ser em objetos políticos pois que em sendo o viver um ato político de construções de relações estas é que serão matéria prima para arte. A via então é de mão dupla, não nos resta dúvida.

REFERÊNCIAS:

ARANHA, M.L; MARTINS, M.H.P. Filosofando- Introdução à filosofia. São Paulo: Editora moderna, 1994.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 165-196.

LYOTARD, Jean-François, "Representação, apresentação, não apresentável", in O Inumano. Considerações sobre o Tempo, Lisboa, Estampa, 1997 (1988).
<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/>

CAPÍTULO 6: INTERCULTURALIDADE E MÍDIAS SOCIAIS: PROGRESSO OU RETROCESSO

Maria de Lara Moutta Calado de Oliveira

Walfrido Nunes de Menezes
Orcid/0009000108676836

1. INTRODUÇÃO

As reflexões sobre mídias sociais são inesgotáveis. O mundo segue um fluxo sem volta de velocidade de informação, ideais consumistas, padrões estéticos, realidades ou mentiras?

O bombardeio de informações é enorme onde vivemos numa sociedade onde apresentar padrões aceitáveis e perfeitos são muitas vezes o ideal de jovens pelo mundo inteiro. Uma euforia histórica de crenças realistas de vida perfeita. Os prazeres ilusórios e imediatistas, a partir das mídias sociais, são o lazer de boa parte da população mundial.

As redes sociais são plataformas online que permitem a conexão entre pessoas, empresas e organizações, com base em interesses, objetivos e valores em comum, por um lado, mas também aparecem e promovem ações e conflitos, diante das diversidades e dos aspectos políticos. São uma categoria de mídia social, que combina a comunicação em massa com o relacionamento. Funcionam através da criação de perfis individuais ou corporativos, onde os usuários podem compartilhar conteúdo. Os usuários de redes sociais são normalmente chamados de membros, fãs, seguidores, amigos ou contatos. As redes sociais podem ser usadas para fins profissionais, de relacionamento, entre outros. São caracterizadas pela autogeração de seu desenho, pela sua horizontalidade e sua descentralização. Alguns exemplos de redes sociais são: Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Pinterest.

Recentemente realizada com alguns estudantes universitários, jovens de classe média, realizamos uma pesquisa para identificar quem trocaria o celular? A pergunta foi simplesmente: Por que você trocaria o seu celular? De forma unânime foi respondido que existe um mais novo e melhor. Um com foto melhor, com filmagem melhor. A perfeição é o propósito máximo, comportamento em massa encontrado na sociedade atual, associado a relações de subordinação de sujeitos por outros sujeitos a partir de padrões idealizados e estereotipados (Calado, 2024).

Na contra-mão da padronização de modelos perfeitos, a proposta da interculturalidade surge doravante ao diálogo crítico entre culturas que se articulam, mas não se subordinam, sendo um programa social, um olhar, uma perspectiva de compreensão.

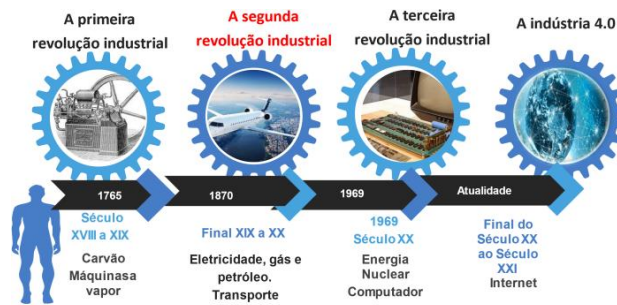
Logo esse artigo tem por objetivo trazer reflexões acerca da interculturalidade e das mídias sociais, E, mediante tal aspectos consideramos a seguinte questão: afinal será que essas temáticas conseguem conversar?

2. ARCABOUÇO TEÓRICO

A sociedade evoluiu drasticamente de modelos artesanais para modelos digitais. Após a revolução industrial percebe-se uma aceleração no processo de conhecimento frenético e diversos modelos têm sido discutidos para compreensão dessa sociedade.

A humanidade passou da primeira revolução industrial, com as máquinas a vapor, para a segunda revolução industrial, com o surgimento da eletricidade, do gás do transporte, para terceira revolução industrial, com o surgimento o uso do petróleo e o surgimento dos computadores e pôr fim para era digital com a internet que trouxe uma verdadeira mudança global na humanidade. A figura a seguir resume essas revoluções.

Figura 01: Evolução da humanidade



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Atualmente fala-se de mundo VUCA, mundo BANI para classificar a velocidade das informações e as mudanças que estamos passando. VUCA³ foi um termo proposto pelo Exército dos Estados Unidos, cunhado após o fim da Guerra Fria, apresentando aos militares novos modos de agir, caso outros conflitos viessem a acontecer.

Já, por sua vez, o termo BANI⁴ foi criado em 2018, pelo antropólogo Jamais Cascio, durante um evento organizado pelo *Institute For The Future* (ITFF). Diferente do que muitos pensam ele não foi criado no período pandêmico da COVID 19, o período acelerou a velocidade do denominado caos, apresentado no artigo “*Facing The Age Of Chaos*”:

BANI é uma forma de melhor enquadrar e responder ao estado atual do mundo. Algumas das mudanças que vemos acontecendo em nossa política, nosso meio ambiente, nossa sociedade e nossas tecnologias são familiares — estressantes à sua maneira, talvez, mas de um tipo que já vimos e lidamos antes. Mas muitas das convulsões, agora em curso, não são familiares, são surpreendentes e completamente desorientadoras. Elas se manifestam de maneiras que não apenas aumentam o estresse que experimentamos, mas também o multiplicam.

³ VUCA é um acrônimo em inglês que significa *Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity* que, em português, espelham Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade. Ou seja, um mundo mais instável que deveria ser lido com outros olhares.

⁴ BANI também é um acrônimo em inglês que busca retratar as características desse mundo, representando *Brittle, Anxious, Nonlinear, Incomprehensible* que significa Frágil, Ansioso, Não-linear e Incompreensível.

Todas essas mudanças têm trazido novos hábitos e transições de comportamento na humanidade. A ação humana como variável crucial para análise sociológica foi estudada por Max Weber que apresentou as formas de ação social: racional com relação aos fins; racional com relação a um valor; afetiva e a tradicional.

2.1 SOCIOLOGIA WEBERIANA

A ação social racional com relação aos fins corresponde à racionalidade instrumental, funcional ou técnica, e é uma ação consciente, analisada e calculada. Esta ação representa uma análise prévia de melhores alternativas junto as suas respectivas consequências, objetivando sempre, a otimização de recursos, (Weber, 1999).

A ação racional com relação a um valor é uma ação ditada pelo mérito intrínseco do valor que a inspira, e a atenção concedida ao significado do ato em si é maior do que a reflexão sobre as suas consequências. É uma conduta que testemunha fé em um valor e cuja finalidade decorre de uma orientação fundada em um critério superior, (Weber, 1999).

A **ação afetiva** corresponde a uma ação predominantemente sentimental do indivíduo em uma determinada circunstância e não em relação a um objetivo ou um sistema de valores

A **ação tradicional** é aquela estabelecida a partir de costumes consagrados no tempo. Na **ação tradicional** e na **ação afetiva**, em contraste com a ação racional em relação a fins, é praticamente nula, ou bastante escassa a disposição do sujeito para esforço de avaliação sistemática de seus efeitos (Weber, 1999).

Os conceitos de **poder** e **dominação** são dois importantes conceitos na sociologia Weberiana. O conceito de poder está associado com a probabilidade de alguém impor sua vontade sobre o comportamento de outros, mesmo contra a vontade destes.

Poder é a capacidade de um agente realizar sua própria vontade em uma ação até mesmo contra a resistência de outros que participam desta ação; é a possibilidade de um indivíduo induzir os outros a cumprirem diretivas e normas, ou de assegurar resultados que dependem da ação dos outros, (Alves 2003, p. 23).

Para Weber o conceito de poder é impreciso e amorfo, porquanto toda uma sorte de constelações de interesses pode colocar alguém na posição de impor a sua vontade em uma dada situação. Para o poder, a obediência não é um dever.

Ainda segundo Weber o conceito de dominação, um caso especial de poder, que se refere à probabilidade de se encontrar obediência a uma determinada ordem, o que implica em se ter uma forma de subordinação de sujeitos por outros sujeitos.

Na dominação a obediência se alicerça no reconhecimento da legitimidade, por parte daqueles que obedecem às ordens que lhes são dadas para que a dominação possa existir é preciso, portanto, haver a vontade de uns (dominantes) em influenciar a conduta de outros (dominados) e a expressão desta vontade.

Essa dominação ocorre em virtude das estruturas de domínios puros: **patriarcal, carismática, burocrática, sendo** um aspecto básico da doutrina epistemológica de Max Weber (1999). A personificação de uma missão por ele estabelecida para seus seguidores a partir da própria convicção e livre de qualquer influência.

O tipo de dominação **patriarcal**,

é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estabelecidas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em "normas", mas em normas não-estabelecidas, sagradas pela tradição. Mas sempre prevalece na consciência dos submetidos, sobre todas as demais ideias, o fato de que este potentado concreto é o "senhor"; e na medida em que seu poder não está limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada e arbitrária, e sobretudo: sem compromisso com regras, (WEBER, 1999, p.238).

Já o domínio **carismático** genuíno possui um caráter subversivo de valores e costumes. Em sua forma ideal típico essa dominação é efêmera, situada fora do habitual e não é fonte de lucro ou origem de renda, apesar do líder não rejeitar a disponibilidade de recursos materiais. Um líder carismático pode buscar meios financeiros para um melhor exercício do seu poder e utilizar o brilho material de sua dominação para afiançar o seu prestígio (Alves, 2003)

Ao contrário, a satisfação de todas as necessidades que *transcendem* as exigências da vida econômica cotidiano tem,

em princípio, fundamentos totalmente heterogêneos: carismáticos - e isto em grau crescente nos tempos mais remotos. Isto significa: os *líderes* "naturais", em situações de *dificuldades* psíquicas, físicas, econômicas, éticas, religiosas e políticas, não eram pessoas que ocupavam um cargo público, nem que exerciam determinada "profissão" especializada e remunerada, no sentido atual da palavra, mas portadores de dons físicos e espirituais específicos, *considerados* sobrenaturais (no sentido de não serem acessíveis a todo mundo). O conceito de "carisma" é usado aqui de modo inteiramente "isento, valorativamente", (WEBER,1999, p.323).

Por ter uma vida ardentemente emocional e fora da rotina, a dominação carismática encontra-se continuamente ameaçada sob o peso dos interesses materiais, pois as pessoas não conseguem viver de forma duradoura totalmente fora do cotidiano. Se em um primeiro momento o carisma se legitima de maneira afetivo-emocional, em seguida, ou faz-se presente um apelo racional, ou o seu encaminhamento em direção à ordem tradicional, que marca o início da sua rotinização.

Várias são as modalidades utilizadas para a substituição de um líder carismático como a qualificação, designação, clã e objetivação explicadas na figura abaixo.

Quadro 1: Modalidades usadas para substituição do líder carismático

Qualificação	• Em busca da qualificação para liderar, os sinais carismáticos
Designação	• Designação pelo próprio condutor do carisma ou por um séquito carismaticamente reconhecido
Clã	• Qualificação de um clã, pois parte da cosanguinidade do carisma
Objetivação	• Produção do carisma na crença da transferibilidade ou produção do carisma

Fonte: Elaborada pelos autores baseados em Alves (2003)

E, por último, com relação à dominação **burocrática** percebemos que a mesma é baseada na crença da legalidade, na obediência às normas estabelecidas e preceitos jurídicos. A submissão à autoridade fundamenta-se em relações impessoais e os limites para o exercício do poder formal circunscreve-se a uma área fixada em leis e regulamentos. Segundo esse sistema formal de regras, a obediência só pode ser invocada por quem de direito pode exercê-la, em virtude dessas normas legais, pois se obedece a elas e não às pessoas.

A crença de Weber na indispensabilidade da burocracia, como um instrumento de adequação dos meios com vista a um determinado fim, estava estreitamente vinculada às necessidades que ele via para o desenvolvimento do capitalismo no início do século XX. Weber considerava a burocracia um mal necessário, que pode atingir tudo que tem um funcionamento regulamentado e que, quando se estabelece plenamente, está entre as estruturas mais difíceis de destruir.

O funcionamento específico do funcionalismo moderno manifesta-se da forma seguinte: Rege o princípio das *competências* oficiais fixas, ordenadas, de forma geral, mediante regras: leis ou regulamentos administrativos, isto é: 1) existe uma distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais; 2) os poderes de mando, necessários para cumprir estes deveres, estão também fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar estão também fixamente delimitados por regras; 3) para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes criam-se providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral. Estes três fatores constituem, na dominação baseada no direito público, a existência de uma *autoridade* burocrática, e na dominação da economia privada, a de uma "empresa" burocrática. Nesse sentido, essa instituição dentro das comunidades políticas e eclesiásticas somente chega a estar plenamente desenvolvida no Estado moderno e, dentro da economia privada, somente nas formas mais avançadas do capitalismo, (Weber, 1999, p.199).

Apesar de destacar a superioridade histórica da estrutura racional-legal, acreditava na possibilidade de um controle do sistema burocrático por meio de limitações à sua atuação, na medida em que as entidades burocráticas podem

funcionar umas contra as outras.

2.2 MODELO MULTIDIMENSIONAL REFLEXIVO

O Modelo Multidimensional Reflexivo proposto por Alves (2003), é representado por uma configuração multifacetada, trípica e transigente, tendo características do estilo de dominação **burocrática**, **patriarcal**, e da liderança com traços **carismáticos**, dinamicamente relacionados entre si e influenciando-se mutuamente em variadas intensidades, como apontadas por Alves.

Alves (2003) portanto, nos apontou que com relação à **burocracia**, constata-se que, na realidade nenhuma sociedade possui o conjunto das características inerentes ao seu tipo ideal, embora este possa ser utilizado como referencial para investigar em seu grau se uma organização é mais ou menos burocratizada, variando entre o tipo ideal, burocracia rígida, a burocracia incipiente, chegando ao extremo oposto que é a burocracia flexível.

Já, com relação ao **patriarcado**, a marca indelével dessa estrutura é a tradição e os valores familiares personalizados no patriarca. O ingrediente tradição está relacionado à ocorrência de uma configuração patriarcal que se traduz organizacionalmente na associação de indivíduos que, possuindo ou não vínculos de parentesco, estão interligados por laços de confiança. No entanto, o chefe do clã dispõe de uma área de livre arbítrio, cuja extensão de seu uso sugere que o patriarca tem a sua ação tanto conduzida objetivamente pela tradição, como inspirada subjetivamente pela sua própria vontade. Em outras palavras, a tradição que legitima o patriarca também endossa o direito ao exercício, embora limitado, de seu interesse pessoal. O tipo puro, **patriarcado conservador**, pode apresentar variações como o **patriarcado renovador**, e o extremo oposto que é o **patriarcado reformista**.

E, por último, temos o carisma que pode se situar entre dois pólos extremos, o **carisma genuíno (idealizado)** e **carisma objetivado** (nesta condição ele deixa de existir para assentar-se em bases tradicionais ou racionais). O Modelo, porém, opera com a liderança com traços carismáticos mais ou menos mitigados, porquanto não ressalta o ímpeto revolucionário, característica inseparável do carisma genuíno, nem enfatiza o carisma despersonalizado, que corresponde à noção de **carisma rotinizado**.

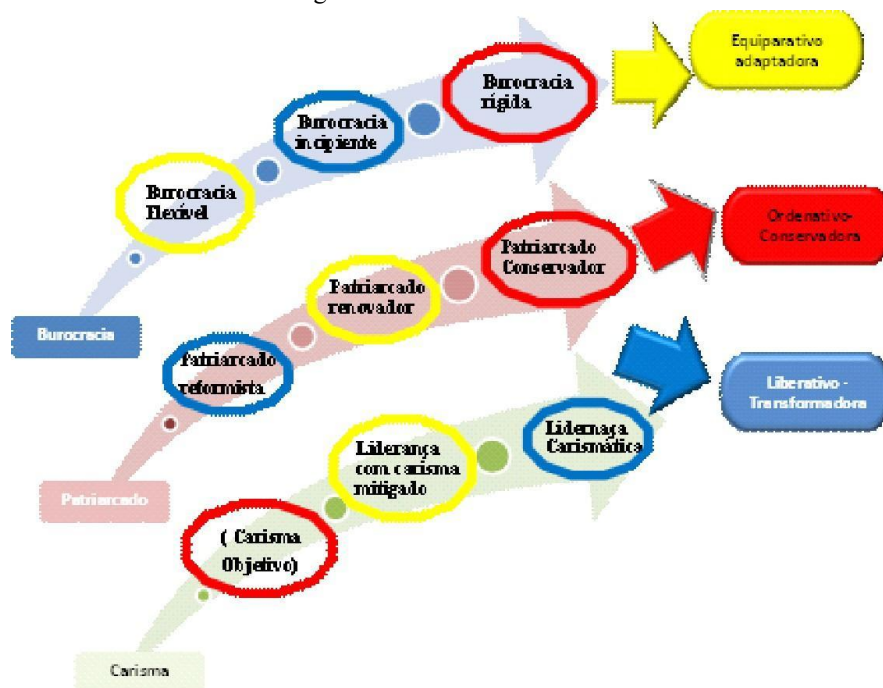
O Modelo Multidimensional Reflexivo considera que há sempre presente um certo grau de racionalidade instrumental, ao lado de ingredientes tradicionais e afetivos, em variantes intensidades, (Alves, 2003, p.97).

Por outro lado, temos o tipo híbrido **equiparativo-adaptador**, que apresenta característica em que predomina um equilíbrio dinâmico entre mudança e conservação, flexibilidade e rigidez, autonomia e controle e inovação e rotina, resultante da combinação de componentes da **burocracia flexível**, da **liderança carismática mitigada** e do **patriarcado renovador**. O agente associado a esse tipo é o adaptador e a organização empresarial que corresponde a esse tipo opera sob uma perspectiva que não privilegia nem o agente nem o sistema organizacional (Alves, 2003).

O tipo híbrido **ordenativo-conservador**, apresenta característica em que prevalece a estabilidade, a ordem, a reverência ao preexistente, à obediência às regras e o exercício de práticas orientadas pelos costumes, que decorre da combinação de elementos vinculados à **burocracia rígida**, ao **patriarcado tradicionalista** e a **liderança com carisma objetivado**. Nestas condições a ação do agente prevalece sobre o sistema de organização. A organização empresarial que corresponde a esse tipo opera sob uma perspectiva que privilegia o sistema organizacional (Alves, 2003).

Finalmente o tipo híbrido **liberativo-transformador**, apresenta características que enfatiza a mudança, a flexibilidade, a originalidade e a inovação, fruto da combinação de componentes da **liderança com traços carismáticos**, do **patriarcado reformador** e da **burocracia incipiente**. Nestas condições a ação do agente prevalece sobre o sistema (Alves, 2003), conforme pode ser visualizado na figura abaixo.

Figura 3: Modelo Reflexivo



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024

Esses modelos sociológicos, não levaram em conta as mídias sociais, a realidade de rápidas mudanças comportamentais. Mas, de forma embrionária, previu um desalinhamento com a interculturalidade. Mas afinal o que é interculturalidade?

2.3 INTERCULTURALIDADE

O conceito de interculturalidade corresponde ao reconhecimento e o respeito a todas as culturas, sem hierarquias entre elas, princípio ideológico transformador da realidade social e comunicacional tendo sua origem a partir da compreensão de colonização de povos indígenas, assinalando a necessidade de criação de outros modelos de conhecimento, (Mignolo, 2003).

[...] ela está ligada às geopolíticas do espaço e do lugar, às lutas históricas e atuais dos povos indígenas e negros e à construção de projetos sociais, culturais, políticos, éticos e epistêmicos, orientados para a transformação social e para a descolonização, (Walsh, 2006, p. 21).

Interculturalidade é um conceito que promove a interação, o respeito e a compreensão entre diferentes culturas e grupos étnicos. É um movimento que visa superar o relativismo cultural e defender o encontro entre as culturas em pé de igualdade. A interculturalidade pode ser vista como um meio de experimentar a cultura de outras pessoas e ter interesse em conhecê-la. Ela valoriza princípios como respeito, cidadania, igualdade, tolerância, democracia na educação e direitos humanos (Estermann; Tavares; Gomes, 2017).

Por sua vez, Méndez (2013),

ressalta que, para pensar a interculturalidade, temos que sair da lógica do Um e nos situar na lógica multívoca, a qual pressupõe multiplicidade e devir, e dentro da qual não podem ser feitas totalizações. Essa multiplicidade acarreta sempre diferença e se conforma dentro da heterogeneidade e suas combinações imprevisíveis. Não pode se fazer uma teoria da interculturalidade, porque isso implicaria uma generalização e universalização, o que é impossível. Define a interculturalidade como "[...] uma série de gestos, práticas, que supõem sempre uma situação.

E, já Canclini (2004, p.161), assinala:

[...] as identidades dos sujeitos formam-se agora nos processos Inter étnicos e internacionais, entre fluxos produzidos pelas tecnologias e as corporações multinacionais; intercâmbios financeiros globalizados, repertórios de imagens e informação criados para serem distribuídos a todo o planeta pelas indústrias culturais. Hoje imaginamos o que significa serem sujeitos não somente desde a cultura em que nascemos, mas, desde uma enorme variedade de repertórios simbólicos e modelos de comportamento. Podemos cruzá-los e combiná-los [...]. Os sujeitos vivem trajetórias variáveis, indecisas, modificadas uma e outra vez. Viver em trânsito, em escolhas que mudam e são inseguras, com remodelações constantes das pessoas e suas relações sociais, parece conduzir a uma construção mais radical [...]. As certezas das teorias sobre o indivíduo e a sociedade são postas entre sinais de pergunta pela recomposição das ordens socioculturais que alcançam a todos.

Candau (2014), define a interculturalidade, como o caminho possível para a

construção de práticas e políticas públicas de reconhecimento do direito às diferenças, a partir de um diálogo crítico com as diferenças.

O conceito representa um diálogo com empatia, com escuta, confiança, criando um ambiente de muitos vieses de muitas falas e olhares. Esse diálogo tem que ser verdadeiro, autêntico na pluralidade de opiniões. A interculturalidade tem vida própria, mas é avessa às relações de dominância e poder, se auto-vigia para não se impregnar numa cultura de globalização e padronização. Mas é possível interculturalidade nas redes sociais?

3. ALGUMAS PALAVRAS

Após toda essa constatação apontada acima, podemos pontuar alguns elementos, mesmo tendo a certeza, de muitas incertezas, que ainda podemos verificar, pesquisar e estudar, diante todos os aspectos que envolvem, o processo das mídias e redes sociais, no contexto da interculturalidade. Assim, destacamos:

Há, portanto uma ordem global, que impõe sua racionalidade como única, a todos os lugares e especificamente à ordem local. Essas duas ordens ainda que aparentemente opostas, como vimos, são interdependentes, mas indicam lógicas diferentes. A ordem global é associada a uma população esparsa, pautada em escalas superiores, onde a solidariedade é produto da organização, e onde se daria a busca contínua por informação. A ordem local é associada a uma população reunida pelo território, pautada na escala do cotidiano, onde a organização seria produto da solidariedade, e onde se daria a busca por comunicação (SANTOS, 1996, p.272)

Dominação conforme apresentado corresponde a um caso especial de poder tendo uma dominação de culturas de consumo e padronização de modelos de vida idealizados. Os indivíduos são induzidos a participação sem questionamentos assegurando resultados que dependem da ação dos outros.

Podemos entender as mídias sociais como um caso especial de poder, encontrando obediência na nova ordem, onde todos devem participar ou ficarão excluídos. Uma exclusão pacífica que gera medo e implica em uma forma de subordinação, havendo,

portanto, a vontade de uns (dominantes) em influenciar a conduta de outros (dominados) e a expressão desta vontade, corporificada nos “influencer”, os “likes”, a quantidade de seguidores entre outros.

O modelo de dominação identificado foi o carismático onde diversas personificações carismáticas entrega missão de hábitos e costumes padronizados e com forte sobreposição de modelos ocidentais, onde os seguidores a partir da própria convicção segue as lideranças, muitas vezes subversivo de valores e costumes. Esse modelo de dominação busca meios financeiros para um melhor exercício do seu poder e utiliza o brilho material de sua dominação para garantir o seu prestígio.

Também encontramos traços de estrutura burocrática que apresenta superioridade técnica sobre qualquer outra forma de dominação para criar modelos mecânicos de dominação. Na contra-mão dessa homogeneidade está a própria interculturalidade que por sua própria definição não sobrepõe, não sujeita e não domina.

Então é notório o fato da divergência e desalinhamento da interculturalidade e as mídias sociais. Longe de querer “satanizar” as mídias sociais, porém é preciso refletir a partir de nós mesmos, o que estamos curtindo? O que nossas crianças e adolescentes estão curtindo?

Os modelos carismáticos trazem ações sem reflexões criando um modelo cultural perpetuado, uma hegemonia monetizada. Afinal somos medidos pela nossa capacidade de consumo. Faz-se necessário reflexões acerca da construção dessa nova sociedade. A construção de modelos que nós valorizamos.

Eu quero apenas, a música de Roberto Carlos de 1974 sugeria que deveríamos ter um milhão de amigos. Acredito que ele nunca imaginou que teríamos muitos mais do que um milhão de amigos. Mas será que podemos cantar?

Eu quero apenas olhar os campos, eu quero apenas cantar meu canto, eu só não quero cantar sozinho, eu quero um coro de passarinhos. Quero levar o meu canto amigo a qualquer amigo que precisar. **Eu quero ter um milhão de amigos e bem mais forte poder cantar.**

Eu quero apenas um vento forte levar meu barco no rumo norte E no caminho o que eu pescar quero dividir quando lá chegar. Quero levar o meu canto amigo a qualquer amigo que precisar. **Eu quero ter um milhão de amigos e bem mais forte poder cantar.**

Eu quero crer na paz do futuro. Eu quero ter um quintal sem muro. Quero meu filho pisando firme cantando alto, sorrindo

livre. Quero levar o meu canto amigo a qualquer amigo que precisar. **Eu quero ter um milhão de amigos e bem mais forte poder cantar.**

Eu quero o amor decidindo a vida e sentir a força da mão amiga. O meu irmão com um sorriso aberto. Se ele chorar quero estar por perto. Quero levar o meu canto amigo a qualquer amigo que precisar. **Eu quero ter um milhão de amigos e é bem mais forte poder cantar.**

Venha comigo olhar os campos.

Cante comigo também meu canto. Eu só não quero cantar sozinho. Eu quero um coro de passarinhos. Quero levar o meu canto amigo a qualquer amigo que precisar. **Eu quero ter um milhão de amigos e é bem mais forte poder cantar** (Erasmu Carlos; Roberto Carlos, 1974).

Deixamos aqui reflexões acerca da estrutura dominante proposta por Weber dando vazão à redução da interculturalidade por uma dominação digital. O modelo reflexivo nos ajuda a pensar em modelos híbridos onde não apenas uma estrutura de dominação pura possa existir um modelo **liberativo-transformador**, apresentando características que enfatiza a mudança, a flexibilidade, a originalidade e a inovação e por que não a interculturalidade?

REFERÊNCIAS:

ALVES, S. **Racionalidade, carisma e tradição nas organizações contemporâneas**. Recife: Editora UFPE, 2003.

CANCLINI, N. G. (2012). **Culturas Híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires, Argentina: Paidós.

CANDAU, Vera Maria. **Concepção de educação intercultural**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014. (Documento de trabalho).

ESTERMANN, Josef; TAVARES, Manuel; GOMES, Sandra **Interculturalidade crítica e decolonialidade da educação superior: para uma nova geopolítica do conhecimento** Laplage em Revista, vol. 3, núm. 3, 2017 Universidade Federal de São Carlos, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756523004>

LINERA, A.; MIGNOLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento** (21-70). Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006.

MÉNDEZ, M.L. e Puget, J. (2013). **Mesa de apertura. In: Congreso de FLAPAG. Clínica de la diferencia e interculturalidad.** *Anais...* Buenos Aires, Argentina: (não publicada).

MIGNOLO, W. **Histórias locais, projetos globais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, M. A **Natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 308

WALSH, C. **Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial.** In WALSH, Catherine; GARCÍA

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Ed. UNB, 1999,v.2.

CAPÍTULO 7: A CULTURA DA INCLUSÃO E DO DESAMPARO DOS VÍNCULOS AFETIVOS NO ENVELHECIMENTO

Ozenice Batista da Silva

Orcid/ 0009-0009-5481-7714

Walfrido Menezes

Orcid/0009000108676836

As vivências dos dias atuais trazem e apresentam novos contextos no desenvolvimento dos seres humanos, frente ao processo de reconhecimento e pertencimento (inclusão) ou de desamparo pelo qual passam e vivência a população das pessoas idosas, diante de seus núcleos familiares no contexto dos vínculos afetivos, amorosos, cuidadores, emocionais, dentre outros.

De acordo com o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística (IBGE), de 2022, ocorreu um aumento do ritmo de envelhecimento, no Brasil. Já, a partir do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE(2022), um dos aspectos analisados foram a queda da taxa de fecundidade e o envelhecimento da população (IBGE,2023). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2025 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos.

E, a partir de Egler (2023, p. 6.), o crescimento da população traz problemas no planejamento de políticas públicas. O Brasil ficará sem o “bônus do investimento” do poder público e por outro lado há crescimento do “ônus demográfico”.

Voltando, aos aspectos dos vínculos afetivos, percebemos dois processos culturais existentes, no contexto de vida da pessoa idosa, sendo o primeiro, quando o processo da existência de laços saudáveis nas famílias, percebemos condições na vida do indivíduo como um processo motivador para os vínculos sócios, proporcionando experiências geradoras da personalidade.

No entanto, quando na ocorrência de sua ausência desses vínculos afetivos, ocorrem rupturas do equilíbrio, que geram e promovem o desamparo da pessoa idosa, o isolamento social, a solidão e a exclusão, na família.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão é apontada como a maior causadora de incapacidade. Sendo, 14,7%, contra 5,1% dos homens. E a faixa etária com maior proporção foi a de 60 a 64 anos de idade (13,2%). Requerendo a necessidade de efetivação das políticas públicas adequadas, e que priorizem a prevenção e promoção da saúde no envelhecimento da população, não só entre 60 a 80 anos, mas também de idosos longevos, com 80 anos ou mais.

Embora existam, Políticas Públicas voltadas para esse universo em particular, o não envolvimento por parte da família, apresentam características negativas para o desenvolvimento do indivíduo, pois a fragilidade dos vínculos sociais e afetivos têm se tornado frequente. E, também por parte do Estado, as políticas são precárias e de difícil ou insuficiente utilização na prática.

Porém, não podemos deixar de considerar que o Pacto pela Saúde, trouxe a atenção à saúde do idoso para o topo da lista de objetivos e meta prioritária para a implantação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), regulada pela Portaria MS/GM nº 2.528/2006 (Brasil, 2006a). Esta nova política, com diretrizes semelhantes às do Pacto pela Saúde, teve como principal propósito a atenção integral ao idoso.

As diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) são: (1) promoção do envelhecimento ativo e saudável; (2) atenção integral, integrada à saúde da pessoa idosa; (3) estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção; (4) provimento de recursos capazes de assegurar qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa; (5) estímulo à participação e fortalecimento do controle social; (6) formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da pessoa idosa; (7) divulgação e informação sobre a PNSPI para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS; (8) promoção de cooperação nacional e internacional das experiências na atenção à saúde da pessoa idosa; e (9) apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), visa a recuperação, manutenção e promoção da autonomia e da independência da pessoa idosa. Norteada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNSPI orienta e promove ações grupais integradoras com inserção de avaliação, diagnóstico e tratamento da saúde mental dessa faixa etária.

Por outro lado, também contamos com a Declaração Universal dos Direitos

Humanos em seu Artigo XXI - 2. Que “Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país”. Segundo a Dr^a em Psicologia, Céu Cavalcante (2022), todo governo produz política pública, e estão pautadas nos Direitos Humanos. A diferença está em garantir direitos a uns e a outros não.

[...] é a partir de políticas públicas. Só que aí tem uma diferença. Algumas políticas públicas são garantidoras de direito. Algumas políticas públicas garantem vida mais emancipada, garantem uma vida melhor para a população, garantem cuidado, garantem acesso a coisas que a gente não acessaria e essas políticas públicas são completamente pautadas nas perspectivas de direitos humanos. (Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: defesa e resistência. P 118-119. Brasília, setembro de 2022).

Através da atenção à saúde mental com uma rede local qualificada e diversificada, que compreende o processo de envelhecimento que estabeleça inclusão social, fortalecimentos de vínculos sociais e familiares, a o desenvolvimento da capacidade física, mental e funcional dos idosos, promovendo ações de sensibilização e inclusão social da pessoa idosa com transtorno mental. Com medidas de promoção e cuidados compartilhados em saúde em sua rede local, na perspectiva integral como apregoa o SUS.

É dever do Estado efetivar políticas que contribuam para a garantia dos direitos previstos na Constituição Federal, não apenas nas questões corporais/orgânicas, mas principalmente no tocante a saúde mental, por consideramos uma das maiores dificuldade, para as pessoas idosas, quando da maioria dos casos, ocorre o processo de exclusão, que geram quadros de ansiedade, angústias, depressões, dentre outras..

Em específico, de nosso Estado, podemos destacar, que de acordo com a Política Estadual de Saúde Mental de Pernambuco, no tocante à conquista dos Direitos da Pessoa Idosa, têm-se como marco legal a Política Nacional do Idoso (Lei Federal Nº 8.842/1994), o Estatuto do Idoso (Lei Federal Nº 10.741/2003), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria Nº 2.528/2006) e o estabelecimento do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo (Decreto Federal Nº 8.114/2013).

Durante os ciclos da vida têm-se os vínculos afetivos, e em consequência de

aumento da demanda de responsabilidades, dificuldades apresentadas pelos idosos, podem ocorrer uma vingança inconsciente, por lado dos familiares, diante de situações passadas, e maior uso de tecnologia, há um perda dos vínculos afetivos, proporcionando um desamparo dos mesmos, o que pode acarretar em piora do desempenho a pessoa idosa. Sugerem-se estudos futuros que exemplifiquem e analisem os vínculos afetivos.

INTRODUÇÃO

A vivência dos dias atuais trazem e apresentam novos contextos no desenvolvimento dos seres humanos, frente ao processo de reconhecimento e pertencimento nos núcleos familiares e seus vínculos afetivos, diante do desamparo que ocorrem em muitas famílias, na transmissão de seus afetos, que foi o nosso objeto de estudo no decorrer do presente artigo.

Antes de mais nada é importante destacar, que a família na atualidade, não se apresenta como um único modelo, anteriormente, reconhecido da família nuclear (pai e mãe), que é construído socialmente para permitir, conhecer e compreender a composição e o funcionamento de uma família.

Nessa visão a nova configuração familiar pode se apresentar, sob três formatos básicos: a nuclear (conjugal), a extensa (consanguínea) e a abrangente (não parentes, que coabitam na mesma casa) (Dessen; Polonia, 2007). Que atualmente, também envolve novos arranjos familiares, como a de casais LGBTI (lésbicas, *gay*, bissexuais, transgênero, intersexo), de afinidades, de amizade, de companheirismo, de múltiplas faces etc (Santos; Paulino; Rodrigues, 2024).

As novas configurações de família trazem a definição do que é ou não família para além dos critérios voltados a consanguinidade, antes predominantes e passam a considerar aspectos como a afinidade, coabitação e relações afetivas entre os membros, por exemplo, além de proporcionar condições básicas como afeto e segurança aos indivíduos (Peçanha, 2022).

Nesse contexto, nossa atenção se volta não especificamente para um modelo em si mesmo, mas tendo a família como o primeiro espaço de socialização existente, sendo elas essenciais para o desenvolvimento das estruturas psicossociais, afetivas, corporais e de aprendizagens, além de ser responsável por inserir o indivíduo na sociedade, assumindo determinado papel (Martins; Sarmiento; Alves, 2019).

A família contemporânea vem sofrendo inúmeras modificações, as quais se relacionam com as mudanças que a sociedade tem passado. Segundo Minuchin (1999) a família é um sistema aberto em constante transformação com os sistemas extra-familiares. As ações de cada um de seus membros são conduzidas pelas características específicas do próprio sistema familiar, mas também pelas necessidades e preocupações externas (Stürmer; Marin; Oliveira, 2016).

Mediante o exposto inserimos como foco principal os vínculos afetivos, que são representados pela existência da construção de laços afetivos no convívio com pessoa significativa na família de origem, assim são deixadas marcas que são introjetadas e internalizadas como referências positivas ou negativas, na perspectiva de direcionar um entendimento acerca das emoções em família (Geração Amanhã, 2021).

O vínculo humano está ligado às influências recíprocas entre as pessoas, originando diferentes aspectos inter-relacionais baseados no conhecimento, reconhecimento, ódio e amor; imprimindo, dessa forma, um significado ao relacionamento dos seres humanos (Zimerman, 2010, p.21).

Na busca de laços saudáveis as famílias percebem que será uma condição na vida da pessoa idosa e um meio motivador para os vínculos sociais, proporcionando experiências geradoras da personalidade, sendo necessário um desenvolvimento saudável para se estabelecer essa relação afetiva positiva.

Dados do Fundo de População das Nações Unidas (2013), apontaram que em 2050, a população com mais de 60 anos de idade será maior do que a população com menos de 15 anos e 80% das pessoas mais velhas do mundo viverá nos países emergentes, como no Brasil.

O que por si só evidencia a necessidade de um novo olhar sobre as pessoas idosas, para a manutenção de um ambiente de equilíbrio e promotora de um estado de bem estar psicossocial, bico-físico e cultural, no tocante a família e sociedade, no sentido de que as pessoas idosas, possam ser estimuladas em sua autonomia, autoestima, independência e promotora de atividades diversificadas, seja em casa ou na rua, depois da aposentadoria.

No entanto, quando na ocorrência de sua ausência ou desamparo frente às pessoas idosas por parte da família, desses vínculos afetivos o processo torna-se negativo para o desenvolvimento do indivíduo. Uma vez que, a fragilidade dos vínculos afetivos tem se tornado frequente no contexto familiar, que notoriamente

sequência comportamentos disruptivos que afetam as relações familiares e a sociedade como um todo, pois o modelo deve propiciar vivências afetivas para o desenvolvimento cognitivo e emocional (Abuchaim *et al.*, 2016).

A família como veremos a seguir, é um espaço do meio social primário, onde se constitui as bases do processo de socialização, integração, educacional e da identidade/personalidade, portanto torna-se o lugar de apoio, de proteção, de socialização e dos cuidados internos e externos de seus membros.

Diante dessas considerações, este trabalho foi realizado a partir da necessidade atual de se repensar por parte da família, seus vínculos afetivos inclusivos ou de desamparo, que ocorrem em algumas famílias.

Tendo em vista que o vínculo afetivo centralizado na estrutura familiar é crucial para o desenvolvimento social dos indivíduos, no entanto, com o envelhecimento das pessoas, esse vínculo fica comprometido por inúmeros fatores, tais como aposentadoria, excesso de trabalho dos membros da família, aposentadoria da pessoa idosa, perdas de referências, solidão, omissão, exclusão e o nosso contexto, o desamparo afetivo, que ocorre na maioria das vezes.

De acordo, como tais aspectos observados na prática cotidiana, tomamos como questão, ou problemática da situação: Como vem ocorrendo o desamparo ou a inclusão dos nos vínculos afetivos em família em seus aspectos culturais, frente às pessoas idosas?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A família hoje na atualidade se depara com significativas mudanças em suas estruturas, e no contexto específico, a mesma em relação aos familiares que se encontram na fase de seu envelhecimento.

Percebemos atualmente que, ao visitar os novos estudos sobre a pessoa idosa, a partir da gerontologia², diante de toda uma ampliação na heterogeneidade nas

² Frank Glendenning (1990), também citado em Ferreira (2007), identifica as áreas de estudo da Educação Gerontológica e que incluem dentre outras o estudo da *Gerontologia de Defesa do Idoso* que procura a “tomada de consciência fundamentada em informações precisas; familiaridade com problemas tais como pensões, benefícios, cuidados prolongados, alojamento, assalto e abuso; discriminação (com base na idade, no sexo e na raça); prescrições acima da média de drogas; pessoas idosas como recursos principais na sociedade; apresentação do caso aos políticos, responsáveis pela política social, profissões médicas, enfermeiras e técnicas de serviço social, jovens; habilitar as pessoas idosas a tornarem-se cidadãos de defesa (**Manuela Benvenida Vieira Gomes Cachadinha** Tese apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em Educação, especialidade de Educação e Interculturalidade - Universidade Aberta – Lisboa, 2024).

mudanças frente às pessoas idosas, verificamos que:

A investigação gerontológica mostrou nos últimos anos que os factores que explicam o envelhecimento bem sucedido predizem uma boa saúde e até mesmo a longevidade das pessoas, e podem ser resumidos ao desempenho de papéis sociais significativos, uma visão optimista da vida, uma auto-imagem positiva e uma capacidade funcional adequada (Osório & Pinto, 2007, p. 55).

Portanto diante de tais aspectos, precisamos antes de tudo, tem-se a importância de definir o sujeito com subjetividade, inserido na sociedade, González Rey (2003), define que o sujeito é um indivíduo concreto, com características essenciais e permanentes em sua condição complexa. Um ser interativo, consciente, em constante progresso, portador de personalidade própria e imprevisível, parte indispensável da subjetividade. O sujeito é distinto e, como tal, é dotado de personalidade própria, incomparável e indivisível.

De acordo com Minuchin (1999) a estrutura familiar é constituída por um “conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a maneira pela qual os membros da família interagem” (p. 57). Assim, a família é um sistema que funciona através de padrões transacionais, que são determinados por comportamentos repetitivos e que regulam o comportamento de seus membros a partir das relações estabelecidas entre eles (Stürmer; Marin; Oliveira, 2016).

Estrutura Cultural Familiar Frente à Diminuição dos Vínculos Afetivos

O desenvolvimento da família é influenciado por diversos fatores internos e de ordem ambiental, social, cultural, econômica e política, e é nela que acontecem os processos de subjetivação, interação social e o cuidado com a saúde, determinando o desenvolvimento de seus membros (Falceto; Diehl, 2024).

Em contexto de pobreza os riscos são maiores, e fatores de proteção, como coesão, organização familiar e rede social de apoio podem, se presentes, diminuir as consequências negativas da pobreza. Apoios social e afetivo providos por pessoas significativas são importantes dimensões do bem-estar psicológico e do desenvolvimento humano (Falceto; Diehl, 2024).

Tratando-se de família ela pode ser classificada como funcional ou

disfuncional. Em uma família funcional, os membros encaram os conflitos e as adversidades de forma unânime, com vistas à resolutividade e estabilidade emocional, utilizando os próprios recursos para alcançarem a eficiência no ambiente. Observa-se a distribuição justa de papéis e apoio entre os membros, a manutenção de relacionamentos dentro e fora do contexto familiar (Santos; Paulino; Rodrigues, 2024).

Já o sistema familiar disfuncional é caracterizado por ser incapaz de suprir de forma satisfatória as necessidades dos integrantes. Nele os membros não são capazes de enfrentar as adversidades e desempenhar com eficiência suas funções, como o companheirismo, afetividade, adaptação e resolução de problemas (Santos; Paulino; Rodrigues, 2024).

As condições de saúde de um membro idoso e a afetividade percebida nas relações afetam a dinâmica familiar e apresentam demandas psicossociais e, portanto, devem ser consideradas nas intervenções terapêuticas em sistemas familiares com pessoas idosas. A família é a principal fonte de suporte da pessoa idosa diante das tensões geradas pelos eventos estressores de vida e a afetividade é um indicador do funcionamento familiar (Rabelo, 2016; Silva; Rabelo, 2022).

A afetividade pode ser entendida como o conjunto de emoções positivas que existem no relacionamento interpessoal, que implica uma rede de cuidados e os laços afetivos geradores de suporte social na família, que auxiliam nas dificuldades do cotidiano (Baptista; Soares; Grandene, 2018).

Um sistema familiar busca acordos entre seus componentes, forma uma rede de apoio e a afetividade atua como facilitador da comunicação e da resolução de solicitações individuais, conflitos, críticas e do cumprimento das funções essenciais (Rabelo, 2016).

Em um membro idoso, a presença de dependência (Reis; Trad, 2015) ou de piores condições psicológicas, como a depressão e a ansiedade (Possato; Rabelo, 2017), exigem ajuste do sistema familiar, e nem sempre as necessidades da pessoa idosa são reconhecidas ou atendidas, e nem a família tem sempre os recursos necessários para exercer o cuidado, o suporte afetivo e a proteção (Baptista; Soares; Grandene, 2018).

Para Whitaker (2007), que analisa a questão do idoso do ponto de vista sociológico, os idosos não podem mais contar com o apoio da extensa parentela que outrora lhes garantia apoio e bem estar.

Atualmente, os idosos são obrigados a resolver a maior parte dos seus problemas sozinhos, buscando apoio ao frequentar grupos de terceira idade e na leitura de livros de autoajuda, visto que males como a depressão são ameaças constantes face às doenças que os ameaçam durante o envelhecimento (Whitaker, 2007).

Essa parcela da população fica mais vulnerável à depressão quando se associam a certas situações ao envelhecer, como o discurso dos gestores da previdência sobre o peso das pensões e aposentadorias, a ideologia de que os idosos não precisam receber o que recebiam quando em idade ativa, e os apelos para esconder rugas e cabelos brancos como se fossem estigmas, ao que pode ser acrescentados ainda a hostilidade dos espaços urbanos principalmente para com as pessoas com limitações tipicamente senis (Corrêa, 2017).

A importância da qualidade do relacionamento entre o idoso e a sua família é salientada por Mazo (2001), ao afirmar que um idoso esquecido ou com tratamento inadequado em muitos casos sugere uma vingança inconsciente por parte das pessoas do seu convívio, relativas às vivências anteriores.

Acredita-se que isso possa vir a ocorrer também devido a não adaptação do idoso à família após dedicar toda sua vida ao mundo do trabalho, ao conflito de gerações, às divergências de comportamento, à dependência química e ou alcoólica por parte do ancião, às limitações financeiras e à escassez de relacionamentos sociais, dentre outras possibilidades (Corrêa, 2017).

Estrutura Cultural Familiar Frente à Inclusão dos Vínculos Afetivos Frente às pessoas Idosas

Conforme a leitura de Sawaia (2009), o ser humano é um grau de potência movido pelo seu desejo, um corpo composto por afecções, ou seja, o afeto é a condição e fundamento do ser e do existir. A alegria amplia a capacidade de existir e criar, favorecendo relações que façam a passagem da heteronomia para a autonomia, transpondo as experiências de servidão para as de liberdade (Corrêa; Maheiri, 2024).

Compreende-se que a convivência e os vínculos são atributos da própria condição humana, dando-se entre os sujeitos que se constituem na medida em que se relacionam, sujeitos constituídos por meio da linguagem numa relação dialética com o seu contexto eminentemente social. Ou seja, a linguagem é um instrumento

fundamental no processo de constituição do sujeito (Corrêa; Maheiri, 2024).

Portanto, o sujeito é compreendido como um agregado de relações sociais (Vigotski, 2000), já que é por meio dos diversos encontros com o outro, com a diferença, que vai constituindo seus processos de significação, constituindo a si mesmo e seu contexto. Conforme Zanella (2005), a relação com o outro é fundante do sujeito, já que “a existência de um eu só é possível via relações sociais e, ainda que singular, é sempre e necessariamente marcado pelo encontro permanente com os muitos outros que caracterizam a cultura” (p. 102).

Nessa direção, verificamos a importância da conduta de apego se refere a qualquer manifestação que busque o ganho ou o suporte de a cercania com outra pessoa que se percebe mais capaz de fazer frente ao mundo. Esta tendência se faz fica evidente nos momentos em que o indivíduo enfrenta situações de angústia, arrependimento ou enfermidade e consegue calma mediante a consulta e a contenção recebidos. (Homola; Oras, 2023).

Pichon-Riviére (2007) dedicou-se ao ensino psicanalítico e pesquisou não somente a análise do indivíduo (psicossocial) trazendo grande contribuição analisando o grupo e a instituição da qual o indivíduo influencia e é influenciado, sendo impossível analisar o indivíduo como ser único. Para o autor “uma psiquiatria concebida a partir das relações do indivíduo com o grupo e/ou com a sociedade, nos dará dados para constituir uma psiquiatria que podemos denominar Psiquiatria do Vínculo, quer dizer a psiquiatria das relações interpessoais” (Pichon-Riviére, 2007, p. 2).

Na visão Pichoniana, o grupo é um conjunto de pessoas que estão ligadas entre si por um período constante de tempo e espaço com um objetivo em comum. É como uma espiral contínua, constituindo um aprendizado mútuo, pois todos os integrantes aprendem juntos (Pichon-Riviére, 2007).

Segundo Dinamarco (2009), a formação do primeiro vínculo é entre mãe e feto, denominado de vínculo intrauterino. Já durante a primeira infância, é a família, mais especificamente o pai e a mãe, que formam uma estrutura social básica, proporcionando à criança os primeiros vínculos, pois são procurados para proteção, conforto e suporte.

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais, sendo considerada a primeira instituição social que, em

conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança (Dessen; Polonia, 2007).

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (Dessen; Polonia, 2007).

E é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa (Dessen; Polonia, 2007).

Considerando que o vínculo é complexo, dinâmico e está em constante movimento, pois envolve o indivíduo, um objeto e a inter-relação que ocorre no processo de aprendizagem. Nunca nos relacionamos da mesma forma com os objetos, portanto os vínculos são criados de uma forma particular, são movidos pelas motivações psicológicas de cada indivíduo ou por fatores instintivos. Nessa relação, cria-se uma conduta estabelecendo uma relação interna e externa com o objeto que tende a ser mais ou menos fixa (Andrade; Morethes, 2013).

O vínculo apresenta uma parte racional e irracional, a primeira é um grau consciente e administrado, enquanto a última refere-se ao grau de inconsciência do vínculo interno, onde é estabelecido com um objeto interno, que opera sobre a conduta da criança neste momento, ele ainda, pode ser normal ou apresentar alterações, sendo assim patológico. (Andrade; Morethes, 2013).

Assim, compreendemos a importância das estruturas familiares nesse contexto da qualidade de vida das pessoas idosas, nessa direção também uma família que não reprima, estímulo a mobilidade das mesmas, e estimulando para uma maior autonomia, isso resulta em um equilíbrio salutar para a vida dos mais idosos.

Por exemplo, em Recife/PE, existe um Clube das Pás, que realizada dentre outras atividades voltadas para as pessoas idosa, um baile às sextas e sábados, que congrega em quase sua totalidade a participação de pessoas idosas, que em geral, se

dirigem em grupos de mulheres, e casais, na faixa etária dos 65 anos até uma parte de pessoas acima dos 80 anos, para conversarem, dançaram, se divertiram a noite a madrugada.

Uma atitude assim, que existe em outros locais, nos mostrou como o estímulo da autonomia, e a mobilidade, levam as pessoas idosas a terem lazer, diversão e felicidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de família se modifica conforme o tipo de sociedade, o tempo e a sua estrutura social, na medida em que sofre as influências dos acontecimentos sociais (Carnut; Faquim, 2014).

Para a psicologia família é: “Um grupo de pessoas, vivendo em uma estrutura hierarquizada, que convive com uma proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles para crianças e idosos que aparecem no contexto” (Szymanski, 2002, p.01) Pode-se também entender como uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos (Carnut; Faquim, 2014).

Já para a sociologia: “Um grupo que apresenta organizações estruturadas para preencher as contingências básicas da vida biológica e social. Trata-se de uma unidade social básica, ou seja, o grupamento humano mais simples que existe, por isso a família é a instituição básica da sociedade” (Durkheim, 2007, p.02).

A família é o porto seguro do ser humano, desde o seu nascimento, é o primeiro referencial de socialização e de estabelecimento de vínculos, sendo responsável pelo equilíbrio físico, psíquico e afetivo, e quando há ausência ou rompimento desse laço, cria-se um vazio, uma sensação de desamparo total (Bertolin; Vicelin, 2014).

Pensando em estrutura familiar, deve-se entender sobre o envelhecimento e sobre o processo do envelhecer, onde o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial iniciado nos países de alta renda e que vem crescendo nos países de média e baixa renda, dentre eles o Brasil (Souza; Silva; Barros, 2021).

Esse crescimento traz implicações sociais, econômicas, políticas e de saúde. As mudanças demográficas mais notáveis têm ocorrido nas idades extremas, com redução da população com menos de 15 e aumento das pessoas de 65 anos ou mais,

que deixaram de ser 5,5%, em 2000 e passarão a ser 10,7% em 2025, 18,7% em 2030 e 32,9% em 2060 (Souza; Silva; Barros, 2021).

De acordo com os dados da associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), que apontam que em uma população de 214 milhões de brasileiros, 75% desta população se encontra entre as classes mais vulneráveis, demonstrando uma clareza muito ampla da maioria das condições de vida das pessoas, já incluindo os idosos (Campos *et al.*, 2024).

O envelhecimento no Brasil mantém uma tendência de crescimento, conforme demonstrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, com análise entre os anos 2012 a 2017, e a respectiva informação demonstra que no ano de 2012 havia um quantitativo de 25,4 milhões de idosos e no decorrer de cinco anos, houve um crescimento de 4,8 milhões, ao qual superou um somatório de 30,2 milhões de idosos, o que equivale a 18,9% (Castro *et al.*, 2022).

Ao final dos anos 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) cunhou o conceito “envelhecimento ativo”, que propõe um olhar à população idosa voltado à promoção de saúde e, portanto, à maximização dos recursos e potencialidades individuais e sociais de modo a propiciar um processo saudável de envelhecimento (Who, 2005).

Essa nova perspectiva teve impacto sobre os estudos na área, estando intimamente relacionada aos novos paradigmas na Psicologia do Desenvolvimento, que concebem o envelhecimento enquanto um conjunto de processos psicossociais, de maneira integral, ressaltando-se as potencialidades, em detrimento de uma visão exclusiva de declínio (Vilar; Amorim, 2016).

O grande diferencial dessa visão é levar em conta não apenas os aspectos biológicos, mas também psicossociais. A mudança no paradigma se deve principalmente aos desafios que o envelhecimento populacional coloca à Psicologia: as teorias existentes mostraram-se inviáveis para explicar a complexidade do fenômeno do envelhecimento na atualidade (Vilar; Amorim, 2016).

Nota-se que o envelhecimento da população é uma realidade na sociedade atual, e diante disso a família passa a ser o porto seguro da pessoa idosa, com quem mantém muitas vezes um vínculo sanguíneo, mas principalmente de afeto. Entretanto, além da família, o Estado tem um papel importante na vida pessoa idosa, e possui o dever de garantir os seus direitos, amparar e assegurar sua convivência em comunidade presando pela sua dignidade (Anjos, 2022).

O crescimento contínuo da população idosa, em decorrência da transição demográfica e populacional, causa despertamento da atenção para os possíveis problemas enfrentados pela terceira idade, que além das questões físicas, decorrentes ao envelhecimento, ainda enfrentam frequentemente questões de abandono e desamparo, que são destacados e denunciados via mídia (Castro *et al.*, 2022).

Casos de abandono, violência e maus tratos contra os idosos têm sido com frequência destaque na mídia, e também no âmbito judiciário, sendo que o mais chocante é que na maioria dos casos, quem agride são seus próprios filhos ou parentes próximos (Castro *et al.*, 2022).

Portanto, ainda constatamos o drama da velhice que ainda são retratados em nosso cotidiano, onde mostram os idosos abandonados em asilos e esquecidos por seus familiares há muitos anos, isso acaba provocando o sentimento de abandono, pois se sentem desvalorizados e excluídos, se já não bastassem as dores físicas que normalmente fazem parte da rotina dos mesmos, há a dor da perda de seus afetos, a dor que afeta o emocional (Bertolin; Vicelin, 2014).

Uma das consequências do desamparo dos vínculos afetivos é o isolamento social, que vem sendo considerado um problema de saúde pública, podendo ser definido como um estado na qual, indivíduos experimentam cada vez menos envolvimento social do que gostariam com outras pessoas, e isso interfere na sua qualidade de vida (Bezerra; Nunes; Moura, 2021).

Importante destacar que essa situação é vivida em todas as classes sociais, não é só em asilos que se encontram idosos abandonados, muitos são abandonados em suas próprias casas, quando há inexistência ou fragilidade de laços afetivos, quando da falta de amor, de perguntas sem respostas, de conversas sem atenção, não há convívio familiar, não há espaço para partilhar, dar e receber atenção, o idoso é deixado de lado por filhos, familiares e amigos, são esquecidos nas datas mais importantes, a espera de uma visita ou um telefonema, que não chega nunca. (Bertolin; Vicelin, 2014).

Já, em outros contextos de inclusão, verificamos o apoio, o acompanhamento e o estímulo de autoestima, autonomia e valorização dos pensamentos e ideias das pessoas idosas da família; até mesmo nos casos de pouca mobilidade, o acompanhamento de um adulto ou mais, nas atividades médicas, fisioterapeutas, psicológicas, dentre outras. Além, de inclusão em viagens, passeio e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo, e ampliação do conceito de família, distribuição dos afazeres familiares e até, do modelo, não tão tradicional, pode-se perceber uma evolução e ampliação dos vínculos afetivos, assim como a sua importância na vida dos indivíduos, que ao longo da vida podem ter interferência durante a velhice.

A família proporciona uma estrutura, socialmente aos indivíduos, auxiliando-os na sua personalidade, e a encarar os desafios diários que a vida lhes impõe. Se por algum motivo, esses vínculos afetivos são insuficientes para nutrir as necessidades afetivas do indivíduo, ou até inexistentes (abandono parental, ausência de suporte financeiro, falta de conversas e diálogos, falta de respeito às opiniões e personalidades), acarretam em comprometer o *status* social e emocional da pessoa.

Pensando em família como suporte emocional e social para o indivíduo, nas fases iniciais da vida, também se tem a família como um suporte imprescindível durante a fase do envelhecimento.

O envelhecer acarreta com diversas alterações fisiológicas, físicas (osteomusculares, equilíbrio, acuidades visuais e auditivas, dentre outras), cognitivas e emocionais, por muitas vezes acentuadas pela aposentadoria, se sentir menos produtivo, e as próprias limitações funcionais que podem estar atreladas à comorbidades como doenças metabólicas, cardiovasculares e neurodegenerativas.

Por outro lado, diante das próprias limitações impostas do envelhecimento, e pontuando, que a população está envelhecendo mais, em decorrência justamente dessa transição demográfica, e muitas vezes após o envelhecer, alguns idosos precisam enfrentar o desamparo por parte de familiares e amigos, e correlacionado a isso, advém o desvínculo afetivo.

Essa falta ou desamparo dos vínculos afetivos acaba levando ou acentuando o isolamento social, e conseqüentemente a piora do estado funcional. Vale ressaltar que o abandono social, não só acontece dentro das casas de apoio ou asilos, mas, dentro dos hospitais durante internamentos, em suas próprias casas, por falta de assistência, maus tratos, violência física, financeira, patrimonial, dentre outras.

Há várias teorias que tentam justificar essa fraqueza ou rompimento dos vínculos afetivos durante o envelhecimento, dentre eles, estão as famosas frases: “o

que se faz aqui, aqui se paga”, ou “colhe o que se plantou”, enfatizando que há um rompimento prévio dos vínculos afetivos, provavelmente associado ao modelo antigo de justamente não demonstrar sentimentos, afeição e não participar ativamente da modelagem social desses adultos quando crianças.

A criação rígida, muitas vezes cheia de violência e ultimatos, molda o relacionamento futuro que esses idosos terão com seus familiares, sendo assim um reflexo das suas atividades passadas.

Outra questão que pode estar associada é a alta demanda de atividades externas, tecnologias e o grande tempo dedicado a elas, que pode influenciar a não dedicação dos cuidados com os idosos, pois essas atividades demandam tempo e esforço, e por muitas vezes atribuírem as demandas à terceiros que por muitas vezes não têm empatia ou paciência para resolver as questões relacionadas à rotina do idoso, que pode ter um gênio difícil de lidar, por criação prévia, por ter sua liberdade e funcionalidade prejudicada, cognição, em decorrência do próprio envelhecimento.

A atual sociedade está cada vez mais tecnológica, e com isso acaba levando à desvinculação pessoal, social e emocional, que pode impactar nos indivíduos com maior fragilidade emocional que podem ser os idosos. Há uma necessidade maior, de ser entender os sentimentos humanos, assim como os motivos que levam ao desamparo dos vínculos afetivos, necessitando de estudo futuros que abranjam mais especificamente a importância dos vínculos afetivos na terceira idade.

Não esperamos com o presente artigo, esgotar a temática em si, pois o tema envolve o contexto da família, das perdas dos vínculos afetivos e do envelhecimento, que embora confluem na mesma direção, sabemos que o trabalho ora, aqui apresentado, trata-se de um recorte, entorno da vastidão que a temática em si só engloba.

Esperamos assim proporcionar, dentro do que foi obtido, uma compreensão do significado que os vínculos inclusivos, e as perdas dos vínculos, envolve uma gama mais ampla, quando se trata do mesmo vinculado a pessoa idosa, face já a todas as transformações, nas quais os mesmos se encontram, como já citado nesse trabalho, as limitações físicas corporais, a aposentadoria, a dificuldade da mobilidade, que ocorrem naturalmente nessa fase da vida, que pode ou não acarretar também o comprometimento cognitivo, mas nem sempre, e que se soma às pessoas idosas que já trazem em suma, certas comorbidades.

Por fim, pensamos ser necessário o aprofundado da temática a partir de novos

estudos, pesquisas, discussões nas políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, via os Conselhos Municipais e o Estadual da pessoa idosa. E, também do ponto de vista acadêmico, e em particular a psicologia, pensamos na possibilidade de novos cursos de pós-graduação.

REFERÊNCIAS:

- ABUCHAIM, B.O. *et al.* **Importância dos vínculos familiares na primeira infância : estudo II.** 1ª ed. São Paulo : Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2016.
- ANDRADE, L.M.B.; MORETHES, R.A.B. A importância do vínculo familiar no desenvolvimento emocional da criança nos primeiros anos de vida. **Revista Educação.**; v.7, p.35-48.2013
- ANJOS, A.C.C. **Abandono afetivo do idoso.** 2022. 23f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2022
- BAPTISTA, M. N.; SOARES, T. F. P.; GRENDENE, F. Evidências de Validade de Construto do Inventário de Percepção de Suporte Familiar para Idosos – IPSF-ID. **Revista Kairós Gerontologia.**; v.21, n.2, p. 113-134. 2018
- BERTOLIN, G.; VIECILI, M. Abandono Afetivo do Idoso: Reparação Civil ao Ato de (não) Amar? **Revista Eletrônica de Iniciação Científica Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI.** v. 5, n.1, p. 338-360. 2014.
- BEZERRA, P.A.; NUNES, J.W.; MOURA, L.B. Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. **Acta Paul Enferm.**; v.34, p.01-09. 2021
- BRASIL- Ministério da Saúde- Governo Federal- União e Reconstrução - Plano Nacional da Saúde-2024-2027. Atenção à Saúde Mental-(98-101) Disponível em:<https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/W2jOMcLWqx1wLMZMqx7Y6MMVFCjxGgR1WzGIcOqC.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2024.
- BRASIL. Estatuto da Pessoa Idosa(2003). **Lei nº 10.741, de 01 de out 2003.** Ministério dos Direitos Humanos Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Brasília.2022. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741>. htm.Acesso em: 20 nov.2024.
- BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Diário Oficial da União. Brasília, DF,

28 dez. 1990. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>. Acesso em: 25 ago. 2024.
BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 4 jan. 1994. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm >. Acesso em: 24 ago. 2024
BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde- SUS. 2024. Disponível em
; < <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>>. Acesso em: 20 ago. 2024 .

BRASIL. Presidência da República- Casa Civil - **Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990.** Brasília. 1990. Disponível
em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAMPOS, L.A.M. *et al.* **Interculturalidade: uma visão geral. Volume III.** 1ªed: Lugar de fala. Rio de Janeiro. 2024.

CASTRO, V. Q.; BARATELLI, L. D.; SBARAGLINI, G. A. A.; FREITAS, E. L.; ANTUNES, J. C. F. **Reflexão teórica – política social e serviço social – ênfase em envelhecimento o abandono afetivo inverso no envelhecimento: cadê meus filhos agora?** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, v.17, Brasília. 2022

CORNELLA-FONT, M. G.; VIÑAS-POCH, F.; JUÁREZ-LÓPEZ, J. R.; MALO-CERRATO, S. Risk of addiction: Its prevalence in adolescence and its relationship with security of attachment and self-concept. **Clinical and Health.**; v.31, n.1, p.21-25. 2020

CORRÊA, D. O fortalecimento dos vínculos familiares com o idoso. **Centro Universitário UNA.**; p.340-353. 2017

CARNUT, L.; FAQUIM, J. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. **J Manag Prim Health Care.**; v.5, n.1, p.62-70. 2014

CORRÊA, B.; MAHEIRIE, K. Bons encontros e Cidadania: os Sentidos Atribuídos ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pelos(as) Idosos(as). **Psicologia: Ciência e Profissão.**; v.44, p.01-16. 2024

DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia.**; v.17, n.36, p.21-32. 2007

DI BÁRTOLO, I.; SEITÚN, M. **Apego y crianza.** Grijalbo. 2019

- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico. 1858- 1917.** São Paulo: Editora Martins Fontes; 2007.
- FALCETO, O.G.; DIEHL, A.M.P. Estudo longitudinal de famílias. **Rev Bras Med Fam Comunidade.**; v.19, n.46, p.01-10.2024
- GERAÇÃO AMANHÃ. **Vínculos afetivos e familiares.** 2021. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/vinculos-afetivos-e-familiares/>
Acesso em: 04\12\2024
- GONZÁLEZ REY, F.L. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- HOMOLA, S.Y.; OROS, L.B. Apego, autoestima y habilidades de autoexpresión social: un modelo de encadenamiento causal en jóvenes y adolescentes. **Actualidades en Psicología.**; v.37, n.135, p.85-98. 2023.
- MARCI, T.; MARINO, C.; SACCHI, C.; LAN, X.; SPADA, M. M. Problematic Internet Use in early adolescence: The role of attachment and negative beliefs about worry. **Journal of Behavioral Addictions.**, v.10, n.1, p.194-200. 2021
- MANCINELLI, E.; LIBERSKA, H.D.; LI, J.B.; ESPADA, J.P.; DELVECCHIO, E.; MAZZESCHI, C.; LIS, A.; SALCUNI, S.A. Cross-cultural study on attachment and adjustment difficulties in adolescence: The mediating role of selfcontrol in Italy, Spain, China, and Poland. **International Journal of Environmental Research and Public Health.**, v.18, n.16, p.8827. 2021
- MARTINS, M.; SARMENTO, T.; ALVES, S. Família: ontem como hoje, permanente educadora. **Gestão E Desenvolvimento.**; v.1, n.27, p.211-228. 2019.
- MAZO, G. Z. *et al.* **Atividade física e o idoso.** Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MELNYK, B.M; FINEOUT-OVERHOLT, E. **Evidence-based practice in nursing & healthcare.** 4ª ed. Philadelphia: Wolters Kluwer Health. 2019
- MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres.** Porto Alegre: Artmed; 1999.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social.** In: MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. p. 09-29.
- ONU. Nações Unidas do Brasil. Em 2050, população com mais de 60 anos superará a com menos de 15, p. 1-2. 2013[cited 2014 Apr 02]; Available from: <http://www.onu.org.br/em-2050-populacao-com-mais-de-60-anos-superara-a-com-menos-de-15/> .

»

<http://www.onu.org.br/em-2050-populacao-com-mais-de-60-anos-superara-a-com-menos-de-15/>. Acesso em: maio 2024.

PEÇANHA, J.N. **Uma família como a minha: um olhar sobre a construção de vínculo afetivo na perspectiva de famílias adotivas**. 2022. 60f. Trabalho de conclusão de curso- Graduação, Centro Universitário de Brasília, Brasília. 2022.

POSSATTO, J. M.; RABELO, D. F. Ansiedade e depressão em idosos: associações com idade, sexo, capacidade funcional e suporte social. **Revista Kairós Gerontologia**; v.20, n.2, p.45-58. 2017

PICHÓN, R.A ; VIDELA, G. Guía para el abordaje del paciente adulto con mareos (segunda parte: vértigo) / The adult dizzy patient (second part: vertigo). **Evid. actual. práct. Ambul**; v.10, n.3, p.87-91. 2007.

RABELO, D.F. **Os idosos e as relações familiares**. In: E. V. Freitas, & L. Py, (Eds.), Tratado de Geriatria e Gerontologia (pp. 1519-1525). 4º. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016.

REIS, L. A.; TRAD, L. A. B. Suporte familiar ao idoso com comprometimento da funcionalidade: a perspectiva da família. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**; v.17, n.3, p.28-41. 2015

ROGERS, C.R.; CHEN, X.; KWON, S. J.; MCELWAIN, N. L.; TELZER, E. H. The role of early attachment and parental presence in adolescent behavioral and neurobiological regulation. **Developmental Cognitive Neuroscience**; v.53, p.01-10. 2022

SANTOS, G.B. ; PAULINO, E.F.R.; RODRIGUES, M.R.K. Funcionalidade familiar por meio do instrumento APGAR: avaliação das produções. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**; v.28, n.312, p.9339-9344. 2024.

SAWAIA, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade**; v.21, n.3, p.364-372. 2009

SILVA, L.L.N.B.; RABELO, D.F. Relações Familiares de Pessoas Idosas: baixa afetividade percebida e saúde. **Contextos Clínicos**; v. 15, n. 1, p.186-203. 2022

SOARES, C.B.; HOGA, L.A.K.; PEDUZZI, M.; SANGALETI, C.; YONEKURA, T.; SILVA, D.R.A.D. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**; v.48, n.2, p.335-45. 2014

SOUZA, E.M.; SILVA, D.P.P.; BARROS, A.S. Educação popular, promoção da saúde e envelhecimento ativo: uma revisão bibliográfica integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**; v.26, n.4, p.1355-1368. 2021

STÜRMER, T.R.; MARIN, A.H.; OLIVEIRA, D.S. Compreendendo a estrutura familiar e sua relação com a parentalidade: relato de caso de um casal em terapia de abordagem sistêmica. **REVISTA BRASILEIRA DE PSICOTERAPIA.**; v.18, n.3, p.55-68. 2016.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Quadrimestral de Serviço Social.**; v.71, p.9-25. 2002

VERHE M.; BIJTTEBIER, P.; BODNER, N.; VAN ASWEGEN, T.; VAN DE WALLE, M.; BOSMANS, G. Attachment and the development of depressive symptoms in adolescence: The role of regulating positive and negative affect. **Journal of Youth and Adolescence.**; v.50, n.8, p. 1649-1662. 2021

VILAR, S.C.; AMORIM, K.S. **Vínculos afetivos em idosos, em contextos distintos de desenvolvimento.** Congresso nacional de envelhecimento humano. Universidade de São Paulo. 2016. Disponível em : https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cneh/2016/TRABALHO_EV054_MD2_S_A8_ID278_15082016113531.pdf Acesso em: 11 dez. 2024

VIGOTSKI, L.S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade.**; v.21, n.71, p.23-

44. 2000. WHITAKER, D.C.A. **Envelhecimento e poder.** Campinas: Alínea, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. ENVELHECIMENTO ATIVO: UMA POLÍTICA DE SAÚDE, 2005. Disponível em : http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf Acesso em: 11 dez. 2024

ZANELLA, A.V. Sujeito e Alteridade: Reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia & Sociedade.**; v.17, n.2, p.99-104. 2005

CAPÍTULO 8: O ESTUDANTE, SUA INTELIGÊNCIA E SEU CONTEXTO EDUCACIONAL-CULTURAL

Francisco dos Santos Cardoso
<http://orcid.org/0000-0002-6899-7770>

Givago da Silva Souza
<http://orcid.org/0000-0002-4525-3971>

Rosemary Conceição dos Santos
<https://orcid.org/0000-0001-7304-0511>

Tatiane Santana Prado Ferraresi
<https://orcid.org/0000-0002-1606-9630>

Mariana Rezende Alves de Oliveira
<http://orcid.org/0000-0002-9434-6234>

José Aparecido da Silva
<https://orcid.org/0000-0002-1852-369X>

O Problema

Nos últimos anos, têm sido publicados inúmeros comentários acerca do desempenho dos nossos estudantes dos ensinos básico (fundamental e médio) e universitário em diferentes avaliações nacionais e internacionais que permeiam o sistema educacional brasileiro. Essas críticas, focalizando desde as técnicas estatísticas empregadas em sua análise até o levantamento do nível socioeconômico de pais e alunos, passam pelas práticas neles aplicadas, o ambiente escolar, a qualidade das escolas e a qualificação de seus professores.

Todavia, muitas das discussões e interpretações desses resultados são questionáveis, não por causa do tipo de análise de comentários que os subjazem, mas, sim, por conta da omissão de resultados de pesquisas previamente relevantes. Em outras palavras, por fracassarem em discutir e mencionar resultados bem estabelecidos de pesquisas altamente relevantes que explicam, em profundidade, tanto o conteúdo quanto as conclusões das avaliações escolares. Por que agem assim? Tal prática de omissão é considerada, muitas vezes, inadvertida e não intencional.

Entretanto, em nossa opinião, a causa de tal omissão é outra: para nós, os analistas das avaliações desconhecem, sim, às pesquisas relevantes em avaliação educacional, razão pela qual omitem qualquer discussão que envolva especialmente os traços dos estudantes por acreditarem que isto vai contra as concepções sociopolíticas vigentes, ou seja, contra o argumento do politicamente correto.

No Brasil, nos EUA e em grande parte do restante do mundo, professores são culpados ou elogiados pelo desempenho acadêmico dos estudantes para os quais ensinam. E, em lendo qualquer pesquisa educacional sobre isso, bem como os grandes cartazes fixados em perímetro urbano, verifica-se facilmente a ideia que se vende da educação, a saber, a dos professores serem completamente responsáveis pelos resultados educacionais dos alunos. Argumentamos, entretanto, que essa ideia é péssimamente mal-entendida. Aqui procuraremos mostrar que os professores são responsáveis por uma porção mínima da variância total nos desfechos educacionais. Interessante é que esse fato tem sido conhecido nos últimos cinquenta anos, embora a pesquisa mostrando isso venha sendo largamente ignorada pelos pesquisadores e, mais importante, por aqueles responsáveis pelas políticas públicas educacionais.

Neste capítulo procuraremos mostrar, também, que a maioria da variância nos escores educacionais está associada com as características dos estudantes, provavelmente tanto quanto ocorre em noventa por cento dos países desenvolvidos. Neste contexto, uma parte substancial dessa porcentagem, algo entre cinquenta e oitenta por cento, é devida às diferenças na habilidade cognitiva geral dos discentes. Na sequência, também argumentaremos sobre a importância da pesquisa educacional, como um todo, que fracassa em focar as características dos estudantes, nunca ser capaz de entender tal fracasso e, tampouco, vir a ser hábil em melhorá-lo enquanto não desvendar seus olhos para a realidade. É certo que não seja possível explicar noventa por cento da variância total baseando-se somente na habilidade cognitiva geral, mas características dos estudantes explicarão a maioria da variância dos escores das avaliações, bem como a habilidade cognitiva geral deles explicará a maior parte dela. O grande demérito da educação brasileira atual em ignorar a influência massiva dos estudantes em seu próprio desempenho educacional decorre do elevado número de outras pesquisas que sustentam o contrário.

Níveis de análise do mundo educacional

Com o propósito de análise, podemos dividir o mundo educacional numa série de hierarquias, tais como: por país, por estado, por município, por escola, por classe, por professor e por estudante. Especificamente, para a análise temática que estamos tratando, focaremos todas as variáveis possíveis associadas a estudantes, bem como as que não envolvem estes últimos. Variáveis associadas a estudantes, em adição à inteligência, podem incluir as conectadas a status socioeconômico, motivação, valores e inúmeras outras neste contexto. De modo similar, muitas variáveis vinculadas à qualificação docente também podem estar associadas às escolas e escolaridade, incluindo dinheiro gasto com estudante, qualidade da direção (diretores e supervisores), tipos de instrução, período escolar, características da vizinhança da escola e tamanho das classes, entre outras.

De modo geral, essas variáveis são discutidas na literatura educacional como variáveis da escola e variáveis dos estudantes. Uma maneira fácil de pensar sobre esta divisão é entender que se um estudante se afasta da escola, aquelas variáveis que se vão com ele são as do estudante, ao passo que as que ficam na escola, são as da instituição. O que queremos analisar é a proporção da variância no desempenho acadêmico associada a escolas e aquela proporção associada a estudantes. Desde que os professores estejam dentro das escolas, eles serão limitados pela quantidade de variância no desempenho atribuído às escolas. Interessa, neste caso, que as variáveis que afetam o desempenho escolar, qualquer que seja o tipo de exame / prova aplicada, estudiosos omitem o papel da inteligência como uma variável que media os escores acadêmicos. Talvez pelo fato de não ser politicamente correto inseri-la no âmbito educacional. Apontemos algumas razões.

A primeira razão que os estudiosos parecem ignorar da pesquisa acerca da inteligência é que ela se concentra sobre coisas que as pessoas acreditam poder mudar facilmente e que ignoram por entenderem ser imutáveis. As características associadas às escolas parecem fáceis de mudar, ao passo que aquelas associadas aos estudantes parecem menos susceptíveis à modificação. Todavia, a falácia dessa forma de pensar é que, se apenas uma pequena proporção da variância é associada com as escolas e uma grande quantidade com os estudantes, mudanças nas escolas, não importando o quão eficazes sejam, produziram apenas pequenos efeitos. Por outro lado, os estudiosos que advogam a importância da instrução têm ampliado sua concepção para

sugerir que qualquer um pode aprender qualquer coisa com suficiente prática deliberada. Interessante é que essa afirmação é verdadeira apenas se a contribuição das características dos estudantes seja ignorada.

Outra razão para que as diferenças entre os estudantes sejam ignoradas é a forte tradição da igualdade que permeia a sociedade ocidental, aqui incluindo, em particular, o sistema educacional brasileiro. O que usualmente significamos é igualdade entre a lei, mas muitos interpretam igualdade identificando que todas as pessoas sejam iguais. Se há alguma coisa que, nos últimos cem anos das pesquisas em Ciências Sociais, nos tem sido ensinado é que cada pessoa é uma combinação individual de genes e experiências, isto é, vivências que conferem aprendizagem e personalização únicas. Que cada pessoa é única e jamais igual a outra em sentido matemático.

Este problema de omitir variáveis importantes cria, em geral, dois outros grandes problemas correlatos: O primeiro emerge da questão da credibilidade de todas as pesquisas educacionais. O segundo, de um ponto de vista aplicado, conduz às intervenções ou políticas públicas em programas educacionais que são improváveis de produzir os efeitos educacionais desejados.

O relatório Coleman

Para demonstrar a contribuição dos professores para o desempenho acadêmico, sumariaremos alguns estudos relevantes sobre o assunto. O primeiro deles é conhecido como o Relatório Coleman. Notável sociólogo, seu autor, James Coleman, dirigiu uma equipe de proeminentes pesquisadores que obtiveram dados de estudantes da 1ª, 3ª, 6ª, 9ª e 12ª séries de quatro mil escolas públicas, perfazendo um total de 645 mil estudantes. Os dados incluíam levantamentos acerca das escolas e de seus estudantes, bem como, dos testes de habilidades e desempenho escolásticos. Extensivos, os dados também contemplaram análise separada para diretores, professores e estudantes das escolas.

Os resultados desse estudo foram surpreendentes para os pesquisadores e para os que encomendaram o estudo. Por exemplo, foi encontrado que uma pequena parte da variância (de 10 a 20%) no desempenho educacional foi devido às escolas, com a maior parte decorrendo das características dos estudantes, as quais explicavam de 80

a 90% da variância total. A proporção da variância atribuível às escolas tem diminuído nas séries mais elevadas. Ademais, a qualidade dos professores explicava aproximadamente 1% da variância total no desempenho educacional.

A maneira que os pesquisadores enquadraram suas conclusões foi a de considerar a maioria da variação no desempenho acadêmico ser encontrada dentro das escolas e muito pouco entre escolas. Em outras palavras, muito da variação estava entre estudantes na escola, tendo pouco a ver com as diferenças entre escolas. Ao longo dos últimos cinquenta anos, muitas revisões dos resultados do Relatório Coleman têm suportado suas principais conclusões. Muitos desses estudos examinaram não só os dados originais de Coleman como outros a ele relacionados, concluindo fortemente que a maior proporção da variância se devia aos estudantes e não às escolas. Importa notar, também, que estes mesmos pesquisadores têm indicado implicitamente que os efeitos dos professores sobre o desempenho escolar não podem ser maiores do que a variância associada com escolas, ficando, portanto, menos que 10%. Outros estudos similares ao de Coleman, por sua vez, incluíram dados dos países em desenvolvimento, mas os resultados obtidos foram extremamente similares, indicando que a amplitude dos efeitos das escolas situa-se geralmente entre 10 a 40%, de modo que a variância associada aos estudantes sempre explica a maior parte da variância mesmo nas escolas mais vulneráveis.

O Experimento de Varsóvia, Polônia

Também, o Experimento de Varsóvia, na Polônia, tentou responder a quão pequena podia ser a variância atribuível às escolas, questão esta, que foi parcialmente respondida por um sensível experimento natural. Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Varsóvia foi completamente destruída. Após a Guerra, Varsóvia ficou sob o controle do governo comunista, que decidiu que poderia designar aleatoriamente os moradores à parte reconstruída da cidade para evitar segregação social. O governo municipal sentia, então, que tal atitude poderia eliminar as diferenças no desenvolvimento cognitivo associados à segregação social.

Dos estudantes nascidos em 1963, os pesquisadores obtiveram escores de inteligência e coletaram dados acerca da ocupação dos pais visando construir um índice de classe social numa escala de 13 pontos. A expectativa, naturalmente, era

que a correlação entre escores de QI e os indicadores de classe social das crianças seria igual a zero. Qual não foi sua surpresa ao verificar que, ao invés disso, o r^2 foi igual a 0,97, ou seja, quase perfeito (sendo o perfeito igual a 1). Mais interessante foi a observação de que as diferenças entre as escolas terem se reduzido de 10% para 2,1%. Em outras palavras, a variância dos estudantes explicou aproximadamente 98% dos resultados. Ademais, os escores de inteligência foram os grandes preditores do desempenho acadêmico. Concluindo, parece contraintuitivo que uma distribuição geográfica igual e equiparada de pessoas dentro das escolas nos bairros poderia fazer diferenças entre os estudantes, mesmo mais salientes.

Os exames escolásticos

Outros estudos, que investigaram a proporção da variância que pode ser atribuída à frequência universitária, e como esta afeta a inteligência, também foram realizados por especialistas na área. Num destes estudos, foi obtida, nos EUA, uma amostra de estudantes que haviam se submetido a exames vestibulares conhecidos como SAT, equivalentes ao nosso ENEM, quatro a cinco anos após terem sido admitidos na escola. Os pesquisadores perceberam, então, que o exame de matemática de ambos os testes (SAT e Exame de Admissão) foi o mais fortemente relacionado à instrução, de modo que as provas de matemática de cada teste lhes permitiram verificar o efeito máximo que poderia ser mensurado entre escolas. No total, as análises foram efetuadas sobre 7.954 estudantes de 292 instituições, sendo que cada instituição contribuiu, em média, com 27 estudantes.

Os autores, então, foram hábeis em mostrar que 93% da variância nos exames de matemática decorria das características dos estudantes. O que isso significa? Isto significa que apenas 7% da variância no desempenho escolástico possa ser atribuída à instituição que eles frequentaram. Portanto, a diferença na qualidade institucional do ensino não explicou mais que 7% da variância. O que é mesmo mais fascinante é que este estudo indica que, na realidade, não importa qual universidade um estudante frequenta, mas, sim, que é a habilidade do estudante o mais relevante, ou seja, o ingrediente-ativo.

Tal conclusão parece contraintuitiva, ou seja, se não importa qual universidade um estudante frequenta, por que os estudantes lutam para entrar nas melhores instituições de ensino? Uma sugestão pode ser que os melhores salários e prestígio

social são beneficiados aos estudantes oriundos de melhores universidades. Todavia, outras análises têm revelado que esta conclusão não é totalmente verdadeira, exceto, talvez, para os estudantes de baixa renda, pois o que importa mesmo são as características pessoais dos estudantes, particularmente do seu nível de habilidade cognitiva, ou seja, do seu nível de inteligência.

Estudos acerca dos gêmeos e da natureza das escolas

Outro conjunto de estudos muito interessante que buscou estimar a quantidade de variância associada com diferenças nos professores, examinou dois irmãos gêmeos. O que encontrou? Que há diferenças na filosofia, ou forma de educar, tanto dos pais quanto das escolas sobre como os gêmeos devem ser tratados. Em alguns lugares, pessoas colocam ambos os gêmeos na mesma classe, enquanto em outros, pessoas entendem que eles devem ser colocados em classes diferentes. Um exemplo! Um interessante estudo usou o desempenho literário para determinar as diferenças entre gêmeos que estavam na mesma ou em diferentes classes. Os gêmeos da mesma classe tiveram pontuações que foram mais altamente correlacionadas do que os gêmeos que ficaram em diferentes classes. Baseados nas correlações estabelecidas entre a classe idêntica e as classes diferentes, estudiosos estimaram que não mais que 8% da variância no desempenho literário pode ser atribuída ao fato de terem diferentes professores.

Nas duas últimas décadas, inúmeros outros estudos, baseando-se nos mesmos princípios correlacionais acima mencionados, têm examinado a variância escolar associada com as escolas. Tomados em conjunto, os dados têm sido fortemente conclusivos em revelar que o efeito das escolas sobre o desempenho escolástico tem variado de 2 a 10% da variância total. Importante, então, é que estas estimativas determinam um limite superior sobre a proporção da variância que o efeito dos professores pode explicar. Em adição, essas estimativas são consistentes não apenas nas escolas de ensino fundamental e médio e, também, entre universitários. Tomados juntos, esses dados mostram que, dentre as variáveis pertencentes ao domínio escola, especificamente a variável professor nunca excede o valor de 7% dentre a amplitude máxima de 10% atribuível à escola. A proporção restante, cerca de 90%, deve-se às características dos estudantes.

Outra maneira de analisar o peso, a ponderação, ou a quantidade, de variância associada com as diferenças nas escolas tem sido analisar a porcentagem da variância devido a variáveis como série escolar, atributos da direção, o local da escola, a natureza da escola, a formação dos professores, as características dos alunos, bem como combinações entre essas variáveis. O propósito principal deste tipo de análise é determinar a contribuição direta dos efeitos dos professores, diretores e a própria natureza da escola sobre o desempenho acadêmico dos estudantes. Dito de outra forma, saber qual a causa ou o fator causal essas variáveis explica mais a variabilidade nos escores acadêmicos. Vamos a alguns resultados principais.

Foi mostrado que os diretores contribuem apenas com 0,3% para o desempenho acadêmico dos estudantes. Os professores são associados a 3% desse desempenho. No total, todos os fatores associados com escolas explicam 9,2% do desempenho acadêmico dos estudantes. Aquelas características não associadas com a escola explicam 90,8% das diferenças nas notas dos estudantes.

O papel dos professores

Observou-se, também, em outros estudos, que a variável professores explica aproximadamente 1/3 da variância no desempenho acadêmico atribuível a escolas, e eles têm dez vezes mais influência do que os diretores. É verdade que os professores podem ter influência mais elevada no desempenho acadêmico que qualquer outro componente da escola apenas quando as características dos estudantes são ignoradas. Por exemplo, num grande estudo realizado nos Estados da Flórida e Carolina do Norte (EUA), a variância total associada com as escolas foi 9,6%, mas os professores explicavam 6,7% desse total. Em outras palavras, os professores, neste caso específico, explicam 70% da variância total da escola no desempenho acadêmico.

É óbvio, assim, que por ocasião de se avaliar a variância escolar, o foco das políticas públicas centra-se essencialmente sobre os professores, os quais são provavelmente os grandes contribuidores para o desempenho acadêmico para as escolas. Ampla revisão da literatura tem claramente revelado que as escolas explicam, aproximadamente, 10% da variância total do desempenho acadêmico, com os professores, dentro das escolas, explicando de 1 a 8 % desse mesmo desempenho, ou de 10 a 80% da contribuição das escolas para o desempenho acadêmico. Ainda

que os professores possuam poderosos efeitos sobre o desempenho acadêmico somente quando os efeitos das escolas são considerados juntos, eles têm efeitos fraquíssimos quando todas as fontes afetando desempenho acadêmico são consideradas. O que se conclui desses dados quando eles são tomados em conjunto? Para nós é evidente ser totalmente inapropriado culpar os professores por todos os problemas do sistema socioeducacional.

A verdade é que todos esses dados, juntos, ao serem multiplicados pela pequena proporção do efeito dessa variância no desempenho educacional alcançado pelos professores, nos sugerem que é pouco provável que os professores possam revolucionar a educação num futuro próximo. Entendemos que, se o sistema educacional de fato precisa mudar, deveríamos investir esforços em entender os 90% da variância associada com estudantes. Talvez aqui esteja o ingrediente ativo da variável capaz de mudar o sistema educacional brasileiro. Até que isso ocorra, poucas deverão ser as mudanças na educação e nos desempenhos alcançados.

Revelamos anteriormente que as escolas explicam menos que 10% da variância dos desempenhos escolares. Assim considerando, se as escolas explicam tão pouco, quais seriam as características dos estudantes mais associadas ao desempenho? Ao longo dos últimos 50 anos, a relação entre desempenho acadêmico e características dos estudantes tem sido objeto de profunda análise. E, embora não seja exatamente conhecida a causa ou o fator ou fatores causais de as duas serem relacionadas, a topografia desta relação é muito clara. Um dado é particularmente poderoso: inteligência humana, ou habilidade cognitiva geral, explica, no mínimo, metade e, provavelmente, muito do desempenho acadêmico que é atribuído às características dos estudantes.

Há, certamente, outras características dos estudantes que contribuem para o desempenho acadêmico. Mas tais não têm sido tão intensamente pesquisadas quanto à inteligência.

O papel da inteligência do estudante

Sumariemos, então, alguns estudos que atestam o papel da inteligência no desempenho acadêmico. Um dos estudos analisou mais de 70 mil estudantes ingleses.

Sendo comum que todos os estudantes na Inglaterra sejam requeridos a tomarem um exame de certificação geral da escola secundária, este exame é um teste de desempenho acadêmico que envolve diferentes matérias, sendo cada um deles expresso num determinado escore/pontuação em relação à média da classe.

Também, um teste de habilidade cognitiva, envolvendo habilidade de raciocínio é amplamente aplicado aos estudantes na Inglaterra. Os investigadores foram hábeis em emparelhar uma grande proporção dos estudantes de 15 a 16 anos de idade que tinham sido avaliados com o exame geral de ensino médio com os escores que estes alunos tinham obtido no teste de habilidade cognitiva na idade de 11 anos. O total de estudantes foi de aproximadamente 15 mil. Não surpreendentemente, a correlação entre o fator geral de desempenho acadêmico e o fator geral de inteligência foi 0,81. Em outras palavras, a inteligência prediz, pelo menos, 2/3 do fator geral de desempenho acadêmico mesmo quando os dois testes são aplicados no intervalo de cinco anos. Do mesmo modo, inteligência geral também prediz os escores individuais em 27 disciplinas diferentes. Um outro estudo correlacionou diferentes fatores de habilidades cognitivas e desempenho acadêmico de diferentes testes contendo domínios escolásticos diferentes. Novamente, a correlação entre um fator geral cognitivo e um fator geral educacional foi 0,83. A correlação variou, de algum modo, aumentando em função da idade, numa amplitude de 0,77 a 0,94. Importante, esses dados são para indivíduos separadamente.

Suplementando esses achados individuais, estudiosos investigaram a correlação entre escores nacionais de desempenho acadêmico e os QI (s) nacionais de cada país. As correlações variaram entre 0,92 e 1, indicando que inteligência é importante no nível nacional em determinar o desempenho acadêmico. Alhures, já demonstramos, robustamente, que o escore médio do PISA, tomado como um teste de QI, correlaciona-se altamente para os diferentes Estados brasileiros com indicadores escolásticos, bem como com indicadores sociais e econômicos.

O que é claro desses achados, e de muitos outros estudos que nossa equipe tem revisado temos revisado ao longo das últimas duas décadas, é que inteligência é extremamente importante no desempenho acadêmico. Inteligência explica entre 50% a 75% da variância total no desempenho acadêmico. Se considerarmos apenas os 90% da variância atribuível aos estudantes, inteligência explica de 56% a 70% da variância no desempenho acadêmico atribuível às características dos estudantes.

Inteligência explica, portanto, de 6 a 9 vezes mais que a variância atribuível aos professores, contudo, o foco de atenção está em estudar os professores e não em enfocar o papel da inteligência. Mas, infelizmente, inteligência raramente é mencionada nos círculos educacionais.

Parece-nos, portanto, que a educação tem ignorado as características dos estudantes, mas, outros neurocientistas têm se ocupado muito delas, e hoje sabemos o papel substancial que elas têm, ou devem ter, no processo educacional. Os grandes contribuidores para esses avanços têm sido as pesquisas em psicologia cognitiva, genética do comportamento e neurociência da educação. Inteligência precisa, portanto, deixar de ser um pária. E o nosso sistema educacional tem que deixar de lado o romantismo educacional.

Associação entre inteligência e educação: para que lado os sinos dobram?

Uma das questões amplamente discutidas no âmbito da relação entre inteligência e desempenho acadêmico se refere à associação causal entre ambas, ou seja, inteligência causa educação ou educação causa inteligência ou ambos ocorrem. Um método para responder a esta questão é empregar análises estatísticas envolvendo correlações cruzadas entre escores de inteligência e escores escolásticos em vários momentos ao longo da educação formal. Nesse método, aos participantes são dados tanto um teste de inteligência quanto outro, de desempenho acadêmico, num momento 1 e, algum tempo depois, repetidos num momento 2.

Por quê? Pelo fato de os efeitos poderem atuar apenas num tempo posterior, é possível concluir como as variáveis mensuradas no momento 1 afetam o desempenho no momento

2. Por exemplo, se o teste de inteligência mensurado no momento 1 correlaciona-se significativamente, com o desempenho escolástico no momento 2, mas o teste de desempenho, dado no momento 1, não se correlaciona com o teste de inteligência dado no momento 2, então, pode-se concluir que inteligência afeta o desempenho acadêmico, mas que desempenho acadêmico não tem efeito significativo sobre a inteligência. Vários estudos que empregaram essa metodologia revelaram que inteligência tem efeitos *a posteriori* sobre o desempenho escolar, mas

que o desempenho escolástico não tem ação posterior significativa em afetar a inteligência.

Também é bem conhecido que inteligência e desempenho escolástico são ambos herdáveis. De fato, o desempenho acadêmico parece, ainda, mais herdado (de herdabilidade) do que inteligência. Estudos recentes, que revisaram inteligência e desempenho acadêmico, têm indicado que tanto o ambiente quanto a genética são importantes para o desempenho acadêmico, com a variável ambiental sendo mais importante para as crianças mais jovens que para as mais velhas, mas com os genes se tornando progressivamente mais importantes quando as crianças adentram à adolescência. Outros estudos exploraram as causas do desempenho acadêmico usando uma bateria de testes cognitivos em adição a um teste de inteligência. Os dados revelaram que as diferenças individuais na velocidade de processamento mental constituíam o principal fator causal subjacente à correlação observada entre inteligência geral e desempenho escolástico entre crianças nas idades de 6 a 13 anos.

Uma das mais amplas pesquisas que investigaram as características estudantis examinou a reação entre várias características dos estudantes num teste de certificação geral da educação secundária numa mostra de mais de treze mil gêmeos que se submeteram ao teste quando tinham aproximadamente 16 anos de idade. As características examinadas foram inteligência, autoeficácia, ambiente escolar, ambiente doméstico, personalidade, bem-estar subjetivo, problemas comportamentais relacionados aos pais, problemas comportamentais relacionados às crianças e saúde. Um dos dados mais significativos foi que inteligência mostrou a correlação mais elevada com os testes de certificação geral da escola secundária e que outras características estudantis mostraram menores correlações com o exame de certificação geral e, frequentemente, uma correlação substancial com inteligência.

Em termos da variância fenotípica, a inteligência explicou aproximadamente 34% da variância predita no exame de certificação geral, enquanto as outras oito variáveis das características estudantis explicaram apenas 28% da variância. Quando inteligência e as outras oito características estudantis são combinadas para prever os resultados da prova de certificação geral, a combinação é hábil em prever 45% da variância fenotípica. Isto é apenas um ganho de 11% sobre os 34% que a inteligência é capaz de prever sozinha. Em outras palavras, a inteligência sozinha explica uma parte substancial da variância fenotípica e genética, mas outras características

explicam-na em menor grau. Todas as características estudantis, incluindo inteligência, são hábeis em explicar 75% da herdabilidade dos escores do exame de certificação geral. Verdadeiramente, um resultado excepcional.

Uma implicação dos estudos genéticos da relação inteligência e desempenho acadêmico é a importância das interações do gene versus o ambiente e o papel que estas interações representam no desempenho acadêmico. O que parece ser importante para o desenvolvimento otimizado é que indivíduos encontrem ambientes que sejam muito bem emparelhados ao seu patrimônio genético. Lembrando que o ambiente, mesmo acadêmico, é geneticamente construído.

O que tem sido aprendido sobre a relação entre cérebro e inteligência é tão significativo quanto o que se conhece sobre genética e inteligência. Os avanços tecnológicos para mapear e entender o funcionamento e a estrutura do cérebro têm avançado muito em nosso conhecimento sobre a inteligência. Estas novas tecnologias têm, também, nos fornecido dados necessários para desenvolver novas teorias. Uma dessas teorias é a teoria da integração parietal-frontal e suas extensões, que têm fornecido o mapeamento de quais partes do cérebro parecem ser as mais importantes para a inteligência. Esta teoria também interage bem com as teorias cognitivas em revelar como a inteligência funciona, haja vista que há fortes indicações de que partes específicas do cérebro são associadas com a inteligência geral. Também tem havido progressos em revelar como o cérebro se desenvolve para pessoas de vários níveis intelectuais, mostrando-se que o curso do desenvolvimento cerebral é geneticamente controlado, com tentativas para mensurar a herdabilidade de diferentes partes do cérebro, responsáveis pela inteligência.

Do mesmo modo, o conhecimento da cognição e inteligência tem aumentado significativamente ao longo das últimas décadas. Por exemplo, substancial conhecimento tem sido ganho nas ferramentas de mensuração da inteligência. Em função do que tem sido mostrado que inteligência é extremamente estável da infância à maturidade. Por conseguinte, há um modelo estrutural da inteligência humana que tem sido estatisticamente construído e que não é meramente baseado em achismos acerca dos mecanismos e processos cognitivos. Também é conhecido que um fator geral de habilidade cognitiva, derivado de diferentes baterias de testes, é razoavelmente idêntico se todas estas contêm uma mostra representativa do universo dos testes. Este fato é, por si próprio, uma informação estrutural importante sobre as

habilidades cognitivas. Ademais, hoje já se conhece que os componentes do funcionamento cognitivo, tais como, inibição, desconexão, memória de trabalho e atualização são altamente herdáveis.

Assim considerando, entender a infraestrutura da inteligência é tanto teórica quanto praticamente importante pois é impossível mudar as práticas educacionais sem um pleno entendimento da infraestrutura da inteligência. Por que isso? Pelo fato de genes afetarem o cérebro e este controlar o comportamento. Logo, a relação entre genes, cérebro e comportamento deve ser profundamente entendida. Como consequência, um entendimento completo da infraestrutura da inteligência constitui-se como primeiro passo para entender o que pode e o que não pode ser feito para melhorar a educação. Sem entender completamente a inteligência, continuaremos a ser ineficientes e a usar tentativas malogradas para reformar a educação e sempre culparemos os professores por aquilo que eles não são culpados.

Considerando juntos todos os achados da relação escola, educação e inteligência, fica claro que escolas e professores explicam menos de 10% da variância do desempenho acadêmico e que as características dos estudantes explicam cerca de 90% da mesma. Esse dado tem sido suportado por inúmeros estudos e revisões sistemáticas acerca da interação entre as variáveis acima. Também, e não menos importante, este fato tem sido conhecido desde a década de 60. De fato, os poucos estudos que estimaram a variância de desempenho acadêmico atribuído aos professores, separando-a da variância atribuída às escolas, indicam que este fator se situa de 1 a 8% na maioria dos casos. Todavia, também deve se destacar que, embora esta proporção seja um valor muito pequeno da variância total, os efeitos da variável professor no desempenho acadêmico é provavelmente o componente mais elevado dentre os fatores atribuíveis à escola quando as características dos estudantes são ignoradas.

Entretanto, a despeito da pequenez do valor do efeito desta variância no desempenho acadêmico por parte dos professores, os mesmos não devem ser ignorados dentro do processo educacional. Ao contrário: professores devem ser valorizados pela difícil tarefa que enfrentam. Independentemente do quão capaz eles sejam, eles nunca serão hábeis em revolucionar a educação e tampouco em tornar um gênio cada criança sob seu ensino. Eles não têm controle sobre as variáveis que são responsáveis pela maioria da variância dos resultados acadêmicos. Professores não

fazem milagres. Eles trabalham com o que têm e com o que lhes chega às mãos. Portanto, não é sensato colocar exclusivamente nos ombros deles um peso muito grande no processo de reformar a educação como algumas autoridades educacionais têm praticado.

O que deve, então, ser feito? Temos arguido que devemos entender a inteligência à luz dos recentes avanços em genética, neurociência e cognição. No que nos sustentamos para tal? No fato de inteligência ser a característica do estudante que explica a maior parte da variância do que qualquer outra variável no cenário educacional. E isso torna óbvio que, para entender melhor o desempenho acadêmico, temos que entender melhor a inteligência. Do mesmo modo, sem entender as bases neurais e os mecanismos funcionais da inteligência, será impossível mudar as práticas educacionais de forma significativa como temos observado ao longo dos últimos séculos. Enfatizamos, com isso, que genes afetam o cérebro e este controla o comportamento. Portanto, a relação entre genes, cérebro e comportamento deve ser plenamente entendida.

Entendemos que um dos grandes problemas no processo educacional brasileiro ou internacional é o fracasso generalizado de reconhecer os achados relevantes no campo da genética do comportamento, especialmente, os que se referem ao desempenho acadêmico. Estes achados mostram que todas as tendências, traços, comportamentos e resultados em diferentes arenas da vida têm substancial base genética. Até mesmo a variabilidade diária nos afetos positivos e negativos tem sido mostrada ser sensível aos efeitos genéticos. Ademais, pesquisas também indicam que as pessoas buscam e criam seus próprios ambientes, educacionais ou não, baseadas em suas disposições e interesses geneticamente influenciados. Pesquisas que mostram comportamentos e desempenhos sendo melhorados exclusivamente por programas de intervenções ambientais têm omitido que estas mudanças são causadas principalmente por diferenças genéticas entre as pessoas. Tal omissão, no contexto educacional, coloca em dúvida a credibilidade de toda a pesquisa educacional. E tal omissão invariavelmente causa desperdício de tempo e dinheiro que pais, alunos e governo nunca têm em abundância.

O conhecimento humano acerca do cérebro, neurociência, genética e cognição está mudando o mundo de forma contínua e substancial, já sendo possível analisar, e modificar, DNA para verificar várias doenças graves e tratá-las antes que elas

ameaçam a vida. Também já podemos saber, com precisão, quais áreas cerebrais são ativadas quando lemos, escrevemos e calculamos a partir de como ele processa informações oriundas de diferentes órgãos sensoriais, integrando-as em processos cognitivos subjacentes à aprendizagem de leitura, escrita, matemática e ciência. De modo similar, muito também já se sabe sobre as bases neurais e cognitivas dos processos de aprendizagem. Todavia, Educação, até onde conhecemos, parece negligenciar e, até mesmo, omitir, o vasto conhecimento científico oriundo da genética, da neurociência e da psicologia cognitiva. Os educadores, de modo geral, também têm demonstrado não acreditar que os genes influenciam a aprendizagem, bem como, que o DNA das crianças interage com as experiências destas em casa e na escola, refletindo no processo de aprendizagem.

O que todo educador deve saber

Um sistema educacional realista deve ser edificado tomando por base os conhecimentos que se tem acerca da interação entre cérebro, genes e comportamento. Neste contexto, o primeiro fato que os educadores devem saber é que o desempenho acadêmico e as habilidades cognitivas variam, parcialmente, por razões genéticas. Em outras palavras, se identificamos um escore médio na inteligência ou nos exames de leitura, escrita, matemática e ciência, 50% da população estudantil se situam acima da média e 50% abaixo dela. Os achados que estas habilidades são normalmente distribuídas significa que as pessoas diferiram tanto para mais quanto para menos no escore médio de maneiras previsíveis. Aceitar, portanto, que o desempenho escolástico, ou a habilidade, variam, parcialmente por razões genéticas, tende a ser o princípio básico para um melhor sistema educacional.

O segundo fato é que nós nunca encontraremos um único gene que possa explicar a habilidade de uma pessoa, ou a falta desta, em leitura, escrita, matemática, ciência, esporte e em outros, como, depressão, obesidade, problemas de conduta ou asma. O comportamento humano é influenciado por muitos genes e experiências, com cada qual tendo um pequeno efeito sobre ele. Combinados de maneiras variadas, atuam afetando quem somos e o que fazemos. O terceiro fato é que os genes afetando o desempenho escolástico ou a habilidade numa dada idade, digamos, sete anos, por exemplo, continuarão a afetar o desempenho ou a habilidade em outras idades

também. Em princípio, isso significa que se os genes sozinhos estivessem envolvidos em tal, nós poderíamos habilmente tomar os resultados dos testes das crianças e prever com precisão as suas pontuações quando aplicados nas mesmas na adolescência e início da idade adulta. Na verdade, continuidade é fator genético e mudança fator ambiental.

O quarto fato é que os mesmos genes estão envolvidos numa ampla variabilidade cognitiva e de desempenho escolástico. Importante é que os educadores saibam que os genes são fatores generalistas e os ambientes são fatores especialistas. Os educadores, juntamente com os pais e os professores têm o poder de maximizar o potencial genético de suas crianças. O quinto fator nos faz entender que os ambientes são influenciados pelos genes. Estudos mostram que os ambientes de nossas crianças são herdáveis, permitindo que se preveja um entendimento dos processos de aprendizagem se entendermos melhor as interações entre genes e ambientes, resultando, como consequência, no enriquecimento da personalização das aprendizagens nas escolas.

O sexto fato trata dos ambientes que sendo importantes para as crianças, também o são objetivamente únicos para um indivíduo ou que podem ser compartilhadas por irmãos crescendo na mesma família. Entendendo que os ambientes afetam diferentemente o processo de aprendizagem, podemos elevar o potencial da criança, personalizando o ambiente de aprendizagem de cada uma.

Finalizando, o sétimo fato é que os educadores entendam dever manter em mente que a igualdade de oportunidades requer diversidade de oportunidades. Em outras palavras, ensinar todas as crianças igualmente e tratá-las como indivíduos iguais é uma utopia. Introduzindo mais escolhas na educação podemos criar escolas que sejam mais personalizadas às características individuais de cada estudante.

REFERÊNCIAS:

- Da Silva, J.A. **Sob o olhar da inteligência**. Escrita Livros: Ribeirão Preto, 2022.
- Da Silva, J.A. **Inteligência Humana e suas implicações**. Escrita Livros: Ribeirão Preto, 2018.
- Da Silva, J.A. **Inteligência: Resultado da Genética, do Ambiente ou de**

Ambos. Editora Lovise-FAPESP, São Paulo, 2010.

Da Silva, J.A. **A Fraude Educacional Brasileira**, Funpec-Editora, 2009.

Da Silva, J.A. **Inteligência Humana: Abordagens Biológicas e Cognitivas**.
Editora Lovise-FAPESP, São Paulo, 2006.

Da Silva, J.A. & Dos Santos, R.C. **Os desafios de estudar comportamentos humanos complexos**. Escrita Livros: Ribeirão Preto, 2023.

CAPÍTULO 9: NEGLECTING STRESS TRANSACTIONS: A SYSTEMATIC REVIEW OF PSYCHOMETRIC AND CULTURAL GAPS IN CROSS-CULTURAL STRESS SCALES

Alberto Abad (UFJF)
<https://orcid.org/0000-0002-7748-6008>

Introduction

The psychological complexities of cross-cultural mobility have gained increasing scholarly attention in the context of globalization and rising cultural transitions. Individuals navigating new environments face multifaceted stressors – including language barriers, social isolation, discrimination, and cultural dissonance – that manifest as both external challenges (e.g., adapting to societal norms) and internal conflicts (e.g., identity struggles). These stressors interact with individual factors (e.g., socio-economic background, personality) and systemic influences (e.g., host-country policies), creating a dynamic web of adaptation processes. Valid and reliable assessment tools are critical to capture this complexity; however, many existing instruments adopt fragmented approaches, focusing narrowly on isolated dimensions such as stressors or coping.

Despite methodological advancements, current tools often fail to reflect the transactional nature of stress as proposed by Lazarus and Folkman's (1984) model, which emphasizes the dynamic interplay between environmental demands and individual appraisals. While scales such as the Acculturative Stress Scale (assessing homesickness and discrimination) (Akhtar & Kröner-Herwig, 2015) and Acculturative Stress Scale (measuring ethnic identity threat) (Jibeen & Khalid, 2010) have contributed to understanding acculturative stress, their unidimensional designs overlook critical interactions – particularly how coping strategies mediate the impact of stressors on well-being. Moreover, cultural validity remains limited: few instruments demonstrate measurement invariance across diverse populations, as illustrated by adaptations like the German Multidimensional Acculturative Stress

Inventory for Turkish immigrants (Scholaske et al., 2020). This gap underscores the need for tools that holistically integrate stressors, emotions, symptoms, coping, and well-being into a unified framework, validated across cultural contexts.

Objectives of the Review

This systematic review aims to:

1. **Synthesize evidence** on the psychometric properties (reliability, validity, factor structure) of stress assessment instruments, with emphasis on cross-cultural mobility.
2. **Evaluate methodological rigor** using psychometric robustness criteria and findings generalizability, identifying strengths (e.g., the Multidimensional Acculturative Stress Scale (MASS) with rigorous CFA; high reliability; multilingual administration) and limitations (e.g., small samples).
3. **Propose a roadmap** for future research.

Methodology

This systematic review adhered to the PRISMA 2020 guidelines (Page, McKenzie, et al., 2021), implementing updated reporting standards for transparent methodology documentation. The comprehensive search strategy employed Boolean queries combining key terms – ("teacher stress" OR "student stress" OR "academic stress" OR "occupational stress") AND ("stress scale" OR "stress questionnaire" OR "stress assessment") AND ("psychometric propert*" OR validit* OR reliab* OR Cronbach* alpha OR "test-retest") AND ("cross-cultur*" OR "cultural valid*" OR "cultural equivalenc*" OR "multicultural assessment").

Searches were conducted across three databases: SciELO (n=18), PsycINFO (n=98), and ERIC (n=0), supplemented by backward citation tracking of relevant reviews (n=10), yielding 126 initial records. Following PRISMA 2020's protocols for study identification (Page, Moher, et al., 2021, p. Item #6), 3 duplicates were removed using automation tools, leaving 123 records for screening. During title/abstract evaluation, 47 records were excluded for irrelevant methodology or focus (e.g., non-validation studies, articles lacking psychometric data), leaving 76 reports for full-text assessment.

Eligibility criteria followed PRISMA 2020's structured framework (Page, Moher, et

al., 2021, p. Item #5), requiring studies to:

1. Describe development/validation of stress assessment instruments;
2. Report quantitative psychometric properties (including ≥ 1 reliability metric [e.g., Cronbach's α , test-retest] and ≥ 1 validity metric [e.g., factor analyses, convergent validity]);
3. Be peer-reviewed journal articles; and
4. Explicitly measure relevant stress constructs (cross-cultural, acculturative, occupational, academic, or general perceived stress).

During full-text evaluation, exclusion criteria were systematically applied: 19 assessed non-stress constructs (e.g., mislabeled anxiety/depression scales), 8 were non-peer-reviewed (dissertations/conference abstracts), and 7 had insufficient data (missing essential psychometric metrics).

Two independent reviewers achieved high inter-rater reliability (Cohen's $\kappa=0.92$), resolving discrepancies via consensus or third arbitration, resulting in 42 included primary studies. The selection process is documented in the PRISMA 2020 flow diagram (Figure 1).

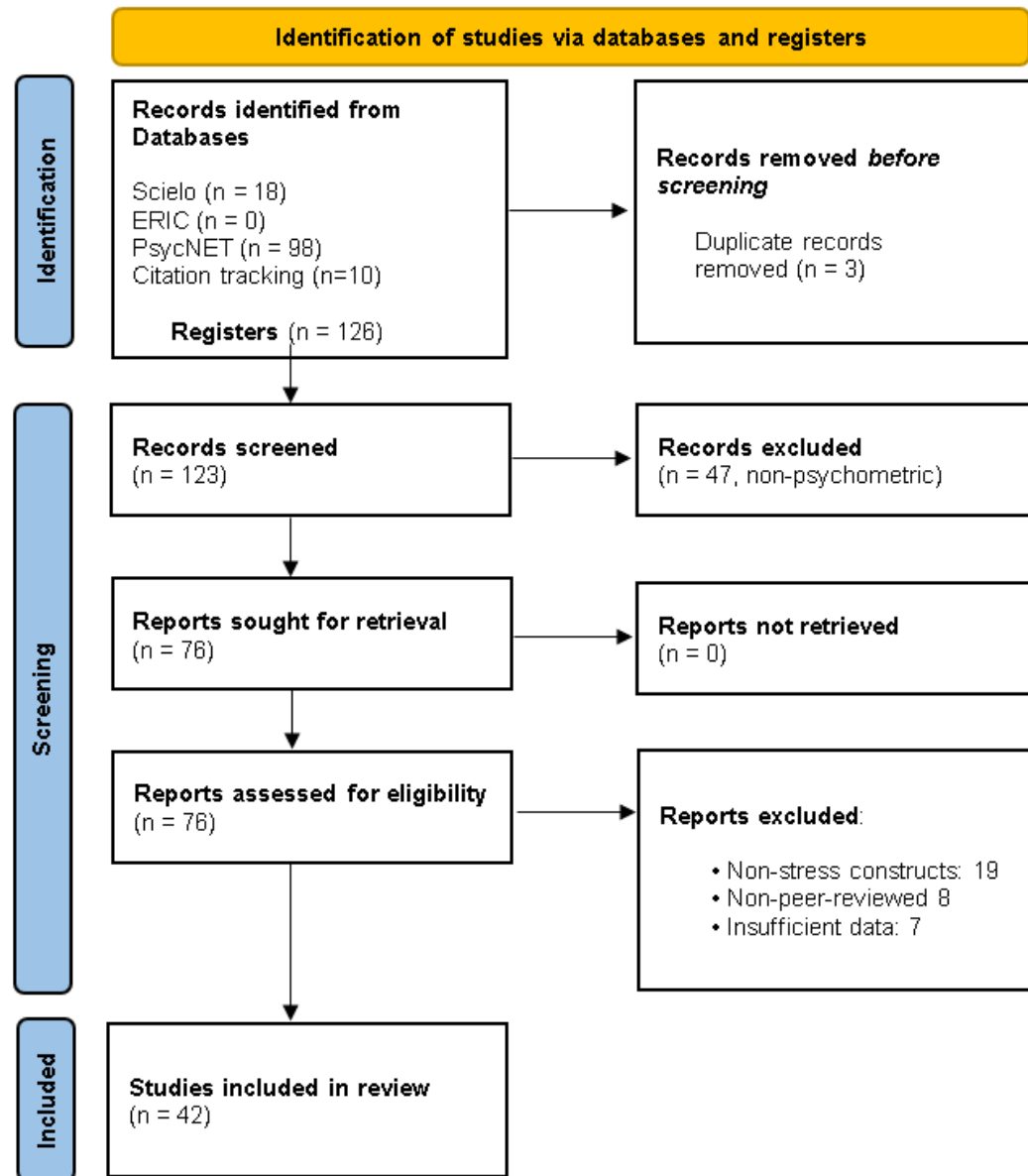


Figure 1 PRISMA 2020 flow diagram

Data extraction systematically captured:

1. **Study characteristics:** Authors, publication year, geographic/cultural context, sample size, target population (e.g., teachers, students, migrants).
2. **Instrument specifications:** Scale name, theoretical stress definition, number of dimensions/subscales, total item count, response format.
3. **Psychometric properties:**
 - **Reliability:** Internal consistency (Cronbach's α/ω), test-retest reliability (ICC/r).

- **Validity:** Factor structure (EFA/CFA results), convergent validity (correlations with established measures), discriminant validity, known-groups validity.
- 4. **Cross-cultural adaptation procedures:** Translation methodology (e.g., forward-backward, committee approach), cultural adaptation steps, measurement invariance testing levels/configural/metric/scalar) across groups.).

Quality Assessment:

Methodological quality was independently assessed by two reviewers using predefined criteria across two domains:

- **Psychometric Robustness:** Comprehensiveness and rigor of reported validation methods:
 - **High:** Comprehensive validation including structural validity (CFA), multiple reliability types, multiple validity types (convergent, discriminant), and measurement invariance testing. (e.g., Castillo et al.'s MASI (2015)).
 - **Moderate:** Partial validation (e.g., CFA but lacking discriminant validity, or reliability only reported via Cronbach's α). (e.g., Akhtar & Kröner-Herwig's ASSIS (2015) - modified structure not re-validated).
 - **Low:** Major methodological limitations (e.g., only EFA performed, critically low reliability [$\alpha < 0.60$], absence of essential validity evidence). (e.g., Matsumoto et al.'s ICAPS (2001) – subscale $\alpha = 0.43$).
- **Generalizability of Evidence:** Breadth of populations and contexts where validity was established.
 - **High:** Validation across ≥ 3 distinct cultural/linguistic groups with demonstrated measurement invariance. (e.g., Eiroa-Orosa et al.'s BISS (2023)).
 - **Moderate:** Validation within a specific cultural/linguistic context or limited subgroups without broad invariance testing. (e.g., Bai's ASSCS - Chinese students in U.S. only (2016)).

- **Low:** Validation only within a single, highly specific, or non-representative sample. (e.g., Matsumoto et al.'s ICAPS - small Japanese sojourner sample (2007)).

Discrepancies were resolved through consensus. Results are summarized in Table 1.

.

INSTRUMENT	SCIENTIFIC EVIDENCE	PSYCHOMETRIC ROBUSTNESS / GENERALIZABILITY OF FINDINGS
ASSIS (Akhtar & Kröner-Herwig, 2015)	Strengths: Large sample, high internal consistency. Limitations: No factor re-validation, single-language administration, no invariance testing, small African subgroup)	Moderate (Partial validation; no factor re-validation or invariance testing; single-context sample)
ASSCS (Bai, 2016)	Strengths: Culturally tailored development (Chinese language), robust EFA, criterion validity with depression/life satisfaction. Limitations: Nonprobability sampling (52% dropout rate). No test-retest reliability or subscale alphas. Limited demographic diversity (predominantly graduates).	Moderate (No invariance testing; sampling limitations; culturally restricted)
ASSPMS (Bashir & Khalid, 2020)	Strengths: First scale integrating religious stressors for Muslim students. Robust reliability and criterion validity. Diverse multinational sample. Limitations: Sampling bias (email recruitment; 86% male). No test-retest reliability or CFA validation. Limited generalizability to non-scholarship students.	Moderate (No invariance testing; sampling bias; culturally restricted)
ASSIS (Bhandari, 2012)	Strengths: High internal consistency, criterion validity. Limitations: No subscale analysis, English-only use, no factor re-validation.)	Moderate (No factor re-validation; English-only administration; single-context sample)
MASI (Castillo et al., 2015)	Strengths: Large sample, rigorous invariance testing, high reliability. Limitations: No test-retest reliability, no concurrent validity, college-only sample)	High (Rigorous invariance testing; large diverse sample; strong reliability)
CASAS-A (Castro-Olivo et al., 2014)	Strengths: Strong total reliability, predictive validity for ELLs. Limitations: Subscale $\alpha < .70$ (FamAG/LSBel); non-sig. mental health/school belonging correlations; small sample)	Moderate (Subscale reliability issues; small sample; no invariance testing)

HSI-I (Cavazos-Rehg et al., 2006)	<p>Strengths: Culturally adapted instrument; Acceptable reliability ($\alpha=.68-.83$); Convergent validity established.</p> <p>Limitations: Non-random sampling (churches/festival); Small sample; No test-retest reliability; No CFA/measurement invariance.</p>	Moderate (No CFA/invariance testing; small non-random sample)
Adult STRAIN (Cazassa et al., 2020)	<p>Strengths: Rigorous translation protocol; Excellent test-retest reliability; Predictive validity across multiple health outcomes; Large sample diversity (SES, age).</p> <p>Limitations: Cross-sectional design; No biomarker validation; Low internal consistency for TIPI personality measures</p>	High (Rigorous translation; predictive validity; diverse sample)
HIS (Cervantes et al., 1990)	<p>Strengths: Culturally specific item development; Strong internal consistency; Good criterion validity.</p> <p>Limitations: Small test-retest sample ($n=35$); Limited clinical validation; No measurement invariance testing</p>	Moderate (No invariance testing; small test-retest sample)
ASSIS (Yu et al., 2014)	<p>Strengths: Large sample, validated network structure, multi-language administration.</p> <p>Limitations: Single-site (Wuhan), no invariance testing, subscale $\alpha < 0.7$ for 3 dimensions</p>	Moderate (Subscale reliability issues; no invariance testing; single-site sample)
PSS (Cohen et al., 1983)	<p>Strengths: Widely adopted, predictive validity for health outcomes, large normative sample.</p> <p>Limitations: No reliability/factor analysis in source document; U.S.-centric norms; no invariance testing or clinical population data.</p>	Moderate (No psychometrics in source; U.S.-centric; no invariance testing)
ASID (Dokoushkani et al., 2019)	<p>Strengths: Rigorous scale adaptation (expert review, back-translation). Robust sample size ($N=610$) and clear factor structure. Culturally tailored to Iranian/Muslim diaspora (e.g., visa stress, religious norms).</p>	Moderate (Low subscale reliability; no invariance testing; student-only sample)

	<p>Limitations: No test-retest reliability or measurement invariance testing. Limited generalizability (student-only sample; single host country). Subscale alphas for AP and SNR marginally acceptable (0.64, 0.63).</p>	
<p>BISS (Eiroa-Orosa et al., 2023)</p>	<p>Strengths: Large, ethnically diverse sample (N = 884). Robust psychometric properties (EFA/CFA, IRT). Addresses both acculturative and broader immigration-related stress (e.g., discrimination, housing).</p> <p>Limitations: Sample limited to primary care users, potentially excluding undocumented migrants. No test-retest reliability or longitudinal data. Weak model fit for Eastern Europeans, suggesting cultural specificity.</p>	<p>High (Multinational validation; robust psychometrics; diverse ethnic groups)</p>
<p>AAMAS (Gim Chung et al., 2004)</p>	<p>Strengths: Bidimensional approach: Captures orthogonal acculturation to heritage and host cultures. Pan-ethnic focus: Unique inclusion of Asian American identity as a distinct dimension. Robust psychometrics: High reliability and validity across studies.</p> <p>Limitations: Limited to college students; may not generalize to older or non-student populations. No explicit measurement of stress (focuses on acculturation, though related to stress outcomes).</p>	<p>Moderate (No direct stress measurement; college-only sample)</p>
<p>ARSAA-II (Jadalla & Lee, 2015)</p>	<p>Strengths: Robust translation protocol, large sample for FA, alignment with Berry's bidimensional model.</p> <p>Limitations: No invariance testing, overrepresentation of Jordanian/Palestinian Muslims vs. Arab American demographics.)</p>	<p>High (Robust translation; large sample; bidimensional alignment)</p>
<p>MASS</p>	<p>Strengths: Rigorous scale development (EFA, expert review, pilot testing). Culturally specific stressors</p>	<p>Moderate (Low subscale reliability; no CFA/invariance; homogeneous sample)</p>

(Jibeen & Khalid, 2010)	<p>(e.g., threat to ethnic identity). Concurrent validity with established mental health measures.</p> <p>Limitations: Homesickness subscale had low reliability ($\alpha = .56$). No confirmatory factor analysis (CFA) or invariance testing. Homogeneous sample (Pakistani immigrants only).</p>	
<p>Multi-VIA (Lefringhausen & Marshall, 2016)</p>	<p>Strengths: Robust CFA supporting bidimensional model across cultures. Links to psychological (life satisfaction) and sociocultural (intercultural sensitivity) outcomes.</p> <p>Limitations: Language Bias: English-only administration may exclude non-bilingual locals. Generalizability: Samples skewed toward educated, urban populations. No Test-Retest Reliability: Temporal stability unverified.</p>	High (Cross-continent invariance; strong validity; bidimensional model)
<p>ASS-16 (Khan & Hasan, 2017)</p>	<p>Strengths: Rigorous validation (EFA/CFA), strong reliability/validity metrics.</p> <p>Limitations: Single-country sample, no test-retest reliability, limited generalizability beyond India).</p>	High (Rigorous EFA/CFA; strong validity; though single-country)
<p>AARS-A (Khawaja & Carr, 2020)</p>	<p>Strengths: Robust EFA and validity testing. Culturally diverse sample.</p> <p>Limitations: No CFA or invariance testing. Sample limited to transitional school students. Spirituality items excluded despite relevance for some CALD groups.</p>	Moderate (No CFA/invariance; transitional school sample)
<p>AAS (Kim, 2010)</p>	<p>Strengths: Strong construct validity via behavioral/psychological correlates. Culturally specific item development.</p> <p>Limitations: No factor analysis reported. Marginalization subscale had lower reliability ($\alpha = .60$). Sample limited to Korean diaspora.</p>	Moderate (Low marginalization reliability; no factor analysis; culturally restricted)

MASS (Lapkin & Fernandez, 2018)	<p>Strengths: Rigorous CFA, high reliability, diverse language inclusion.</p> <p>Limitations: Convenience sample (RAIN group attendees), no gender comparisons, language-barrier subscale has only 2 items)</p>	High (Rigorous CFA; high reliability; multilingual administration)
ASSIS (Liu et al., 2016)	<p>Strengths: Large sample, robust path analysis.</p> <p>Limitations: Cross-sectional design, suboptimal subscale reliability, single-city sampling)</p>	Moderate (Subscale reliability issues; cross-sectional; single-city sample)
ICAPS (Matsumoto et al., 2001)	<p>Strengths: Multi-method validation (self-report, peer/expert ratings, training effects).</p> <p>Limitations: Suboptimal subscale reliability, no longitudinal/causal evidence, limited generalizability beyond Japanese samples)</p>	Low (reporting subscale $\alpha = 0.43\text{--}0.64$ and no longitudinal validation)
ICAPS (Matsumoto et al., 2007)	<p>Strengths: Novel integration of intelligence/personality with ICAPS.</p> <p>Limitations: Small sample, no factor validation, single-site study, no invariance testing.)</p>	Moderate (Small sample; no factor validation; no invariance testing)
RASI (Spanish) (Merced et al., 2022)	<p>Strengths: Diverse sample, rigorous translation, robust EFA.</p> <p>Limitations: No measurement invariance testing, regional bias (Southeast U.S.), gender imbalance</p>	High (Rigorous translation; robust EFA; diverse Latinx sample)
RASI (Miller et al., 2011)	<p>Strengths: Large sample, robust CFA/EFA, generational invariance testing.</p> <p>Limitations: No cross-ethnic invariance testing, reliance on self-report.</p>	High (Generational invariance; large sample; strong CFA/validity)
ASVA (Nguyen & Von Eye, 2002)	<p>Strengths: Empirical validation of bidimensional acculturation model (superior to unidimensional). Robust reliability and CFA-supported structure. Culturally tailored items (e.g., family orientation, language use).</p> <p>Limitations: Low reliability for some subscales (e.g., US-Family Orientation $\alpha = .49$). No invariance testing</p>	Moderate (Low subscale reliability; no invariance testing; limited sample)

	across language administrations (English vs. translated). Limited generalizability (small, suburban sample; no urban/Vietnam-dense contexts).	
AHSCS (Pan et al., 2010)	<p>Strengths: large, diverse sample; rigorous item development; solid EFA results and internal consistency; evidence of convergent validity.</p> <p>Limitations: no CFA or longitudinal validation; context-specific application to Hong Kong only)</p>	High (Large sample; rigorous EFA; strong reliability/validity)
MASI (Rodriguez et al., 2002)	<p>Strengths: Clear distinction between acculturative stress and minority/socioeconomic stress. Robust factor structure and reliability. Bilingual administration enhances cultural applicability.</p> <p>Limitations: Modest test-retest reliability for Pressure to Acculturate ($r = .53$). Sample skewed toward English-speakers (75%); limited representation of recent immigrants. No measurement invariance testing across language versions.</p>	Moderate (Modest test-retest reliability; skewed sample; no invariance)
MASI (Adolescent) (Rodriguez et al., 2015)	<p>Strengths: Rigorous EFA, strong reliability, generational analysis.</p> <p>Limitations: No CFA validation, bicultural self-consciousness factor had only 2 items, no invariance testing across Latino subgroups).</p>	High (Strong reliability; generational analysis; robust EFA)
ASSIS (original) (Sandhu & Asrabadi, 1994)	<p>Strengths: National sample, rigorous EFA, comprehensive item generation.</p> <p>Limitations: No reliability metrics, single-language administration, no CFA/invariance testing, preliminary validation).</p>	Moderate (No reliability metrics; single-language; preliminary validation)
MASI (German) (Scholaske et al., 2020)	<p>Strengths: Rigorous translation, measurement invariance testing, discriminant validity evidence.</p> <p>Limitations: Sample bias (young, educated, female-dominated); low reliability for F4; no invariance</p>	High (Measurement invariance testing; rigorous translation; discriminant validity)

	testing for stress appraisal scale due to limited responses.)	
ASIC (Suarez-Morales et al., 2007)	<p>Strengths: Rigorous factor analysis, reliability/validity evidence.</p> <p>Limitations: No invariance testing, single-site sample, immigration status unassessed, limited subscale variance explained.)</p>	Moderate (No invariance testing; single-site sample; limited subscale variance)
SAFE (Suh et al., 2016)	<p>Strengths: Rigorous longitudinal invariance testing, clear factor structure, robust reliability.</p> <p>Limitations: No cultural subgroup analysis, English-only administration, attrition bias (18–19% retention).</p>	High (Longitudinal invariance; robust reliability; clear factor structure)
SL-ASIA (Suinn et al., 1992)	<p>Strengths: Strong reliability, large sample vs. pilot, factorial alignment with ARSMA.</p> <p>Limitations: No measurement invariance testing, U.S.-centric focus, generational bias (overrepresents early generations).</p>	Moderate (No invariance testing; U.S.-centric; generational bias)
EBEA (Urzúa et al., 2021)	<p>Strengths: Rigorous invariance testing, strong reliability, Latin American focus.</p> <p>Limitations: Limited to Spanish-speaking migrants, cross-sectional design).</p>	High (Full metric/scalar invariance; strong reliability; validated across nationalities)
AMAS-ZABB (Zea et al., 2003)	<p>Strengths: Strong reliability, bilinear/multidimensional design, validation across community and student samples.</p> <p>Limitations: Limited Generalizability, No measurement invariance testing,</p>	Moderate (No stress measurement; no invariance testing)
ASSIS (Modified) (Zhang & Jung, 2017)	<p>Strengths: Rigorous EFA, large sample, high reliability.</p> <p>Limitations: Single-site sample, no measurement invariance, self-report bias).</p>	Moderate (No invariance testing; single-site/sample; self-report bias)
TSI	Strengths: Rigorous physiological + psychological validation; Established ethnic differences (higher	Moderate (Robust reliability, partial criterion validity, structural equivalence across ethnic groups)

(Boshoff et al., 2018)	stress in African group) Limitations: Cross-sectional design; Limited criterion validity for physiological measures in subgroups; No invariance testing beyond ethnic groups.	
EPGE-13 (Guzmán-Yacaman & Reyes-Bossio, 2018)	Strengths: Rigorous translation/adaptation process; Strong convergent/divergent validity; Contextually relevant (scholarship cohort). Limitations: Sample restricted to scholarship students; No test-retest reliability; Limited demographic diversity (age range narrow).	Moderate (Good validity/reliability but limited generalizability beyond low-income students)
HESI-Br (Pacheco et al., 2023)	Strengths: Large sample, rigorous translation, multidimensional validation, measurement invariance. Limitations: Non-probabilistic sampling, COVID-19 context may inflate stress levels.	High (Strong reliability/validity; cross-group equivalence; recommended for screening in Brazilian higher education)
PSS-10 (Luft et al., 2007)	Strengths: First PSS validation for Brazilian elderly, good internal consistency. Limitations: Small sample, gender imbalance, no CFA or invariance testing.	Moderate (Adequate for elderly population but limited by sample size and lack of advanced validation)

Table 1 Quality Assessment of Acculturative Stress Scales

Synthesis Method

Due to significant methodological heterogeneity (e.g., diverse populations, stress constructs, validation methods), a meta-analysis was deemed inappropriate. A narrative synthesis was conducted following the Synthesis Without Meta-analysis (SWiM) guidelines (Campbell et al., 2020). Instruments were grouped by primary stress typology:

- Acculturative Stress (e.g., ASSIS, MASI)
- Occupational Stress (e.g., DASS-21 adapted)
- General Perceived Stress (e.g., PSS-10)

Findings on reliability, validity, and cross-cultural adaptability were synthesized within these groups. Evidence certainty was evaluated focusing on study quality (risk of bias), consistency, and directness.

Results: A Comprehensive Synthesis of Stress Assessment Instruments

This systematic review examined 42 studies assessing cross-cultural stress scales, focusing on their psychometric properties, cultural validity, and theoretical foundations. The findings identify a diverse array of instruments designed to measure stress, predominantly centered on acculturative stress – psychological and physiological strain resulting from cultural adaptation (Berry, 2006). However, most scales adopt a narrow definition of stress, frequently overlooking the transactional model proposed by Lazarus and Folkman (1984), which emphasizes the dynamic interplay between stressors, cognitive appraisal, coping mechanisms, and emotional responses. While these measurement tools demonstrate methodological strengths, they also exhibit critical limitations in conceptual breadth and cultural validity. The results are synthesized across four key dimensions: conceptual definitions of stress; dimensional structures; psychometric robustness; and cultural applicability.

Gender		
Female	57.8% (N=9,869)	
Male	41.6% (N=7,102)	16,971
Age Groups		
Children (<12)	0.8% (N=139)	
Adolescents (12–17)	3.0% (N=479)	
Young Adults (18–25)	54.2% (N=9,248)	
Adults (26–40)	27.1% (N=4,623)	
Middle-Aged (41–60)	8.5% (N=1,450)	
Seniors (60+)	2.1% (N=279)	
Unspecified	4.3% (N=753)	16,971
Geographic Context		
North America	42.9% (18/42)	
Asia	28.6% (12/42)	
Europe	16.7% (7/42)	
Oceania ³	7.1% (3/42)	
South America	4.8% (2/42)	
Breakdown by Country/Ethnicity		
Mexican/Latino(a)	14.53% (N=2,466)	
Chinese	12.04% (N=2,044)	
Japanese	11.24% (N=1,908)	
Asian American (mixed)	8.11% (N=1,377)	
Korean	5.97% (N=1,013)	
Indian	5.96% (N=1,012)	
Colombian	5.37% (N=912)	
Iranian	3.59% (N=610)	
Brazilian	3.50% (N=594)	
Pakistani	2.63% (N=446)	
African	2.03% (N=344)	
Peruvian	1.96% (N=332)	
Arab American	1.75% (N=297)	

³ Boshoff (2018) was conducted in South Africa but classified under Oceania due to journal's regional grouping.

Turkish	1.37% (N=233)
Vietnamese	1.13% (N=191)
Nepalese	0.77% (N=130)
Other/Mixed	14.02% (N=2,380) 16,971

Sample Size

Avg. N = 410.2 (Range: 20–1,517)

Reliability

83.3% (35/42) reported α ; avg. α = 0.83

Invariance

Testing

31.0% (13/42) tested measurement invariance

Stressor Prevalence

Language Barriers (MASI, RASI, AHSCS, ASSCS) (27/42)	64.3%
Perceived Discrimination (ASSIS, MASS, ASIC, BISS) (26/42)	61.9%
Homesickness (ASSIS, BISS, MASS, AHSCS) (21/42)	50.0%
Identity Conflict/Threat (MASI, ASVA, AAMAS) (19/42)	45.2%
Academic/Work Stress (ASSCS, AHSCS, ASSPMS) (21/42)	50.0%
Financial Stress (BISS, MASS, EBEA) (15/42)	35.7%
Cultural Isolation (RASI, ASSPMS) (12/42)	28.6%
Family Conflict (CASAS-A, HSI, AMAS-ZABB) (11/42)	26.2%
Religious Stress (ASSPMS, ASID) (5/42)	11.9%
Guilt (ASSIS, ASSCS) 11.9% (5/42)	

Types of Stress Measured		
Acculturative Stress (ASSIS, MASI, ASSCS) (35/42)		83.3%
General Perceived Stress (PSS, TSI, EPGE-13, HESI-Br):		16.7% (7/42)
Immigration-Specific Stress (HSI, EBEA, BISS) (7/42)		16.7%
Instruments Evaluating Coping		
Included coping mechanisms (3/42)		7.1%
CASAS-A (Problem-solving, Emotional regulation, Cultural brokering)		
AARS-A (Help-seeking, Positive reframing, Heritage identity maintenance)		
ICAPS (Emotion regulation, Openness, Cognitive flexibility)		
Instruments Assessing Symptomatology		
Linked stress to mental health (26/42)		61.9%
ASSIS	Depression, anxiety, psychological distress	
ASSCS	Depression ($\beta=0.49$), life satisfaction ($\beta=-0.50$)	
BISS	Anxiety, depression, somatization	
TSI	Psychological distress, physiological stress	
HESI-Br	Depression/anxiety/stress (DASS-21)	
EPGE-13	Negative affect ($r=.60$), positive affect ($r=-.24$)	
MAIS	Psychological distress, well-being	
ASSPMS	Depression ($\beta=0.37$), life satisfaction	
HSI CES-D	Depression ($r=.32-.45$), SCL-90R	
Adult STRAIN	Mental health complaints ($r=0.44$), sleep quality	

Table 2 Summary of Instrument Characteristics and Stress Domains in Acculturative Stress Research

Conceptual Definitions of Stress

Stress assessment tools demonstrated significant conceptual variation, reflecting the construct's complexity. Most instruments (83.3%, 35/42) targeted acculturative stress in populations navigating cross-cultural transitions (e.g., ASSIS for students; MASI/RASI for migrants), emphasizing challenges like discrimination (Akhtar & Kröner-Herwig, 2015; Bashir & Khalid, 2020), language barriers (Bai, 2016; Pan et al., 2010), and identity conflicts (Sandhu & Asrabadi, 1994; Yu et al., 2014). In contrast, 16.7% (7/42) assessed general perceived stress (e.g., PSS-10; Cohen et al., 1983).

Critically, most instruments operationalized stress through Berry's (1997, 2006) unidirectional lens as "psychological/physical discomfort during cultural adaptation" (Sandhu & Asrabadi, 1994) or "context-specific cultural conflicts" (Rodriguez et al., 2002). This narrow focus overlooked core transactional elements (appraisal, coping).

For instance, the ASSIS and MASI quantify external stressors but omit appraisal/coping dynamics. Only 7.1% (3/42)^{>√3} partially incorporated transactional principles:</sup>

- ICAPS includes emotion regulation (Matsumoto et al., 2001);
- CASAS-A and AARS-A assess coping mechanisms.

Notably, several instruments captured unique stressors:

- ASSPMS incorporated religious obligations (e.g., halal food access; Bashir & Khalid, 2020);
- ASID addressed diaspora-specific trauma (e.g., post-revolution guilt; Dokoushikani et al., 2019);
- Adult STRAIN demonstrated predictive validity for health outcomes (Cazassa et al., 2020).

Factor Structures: Omitted Dimensions

Most instruments measured external stressors but neglected transactional components:

- ASSCS (Bai, 2016): Language, social isolation, academic pressure → No appraisal/coping.
- MASI (Rodriguez et al., 2002): Language pressures, acculturation conflicts → No emotional regulation.

- RASI (Miller et al., 2011): Work challenges, discrimination → No adaptive coping.

Only ICAPS included emotion regulation, aligning partially with Lazarus and Folkman's model. Crucially, instruments like Multi-VIA revealed acculturative strain in host populations (Lefringhausen & Marshall, 2016), while gender-specific effects (e.g., female Pakistani immigrants) were rarely analyzed.

Psychometric Robustness: Strengths and Limitations

Most instruments showed strong reliability (avg. $\alpha = 0.83$; 83.3% reported α). Key limitations:

- Validity gaps: 61.9% (26/42) linked stress to mental health but ignored coping/resilience (e.g., ASSIS, ASSCS).
- Invariance testing: Only 31.0% (13/42) tested cross-cultural invariance (e.g., MASI; Scholaske et al., 2020).
- Cultural adaptation: Language bias (e.g., English-only ASSIS; Bhandari, 2012) and poor tailoring (e.g., PSS-10; Cohen et al., 1983).

Representation Gaps

Methodological rigor varied. Age distribution revealed young adults (18–25) constituted 54.2% of participants, while seniors (60+) represented only 2.1%. Geographic representation showed 59.6% of studies from Western contexts (North America: 42.9%; Europe: 16.7%) with underrepresentation of low/middle-income regions. Gender distribution across studies was 57.8% female, 41.6% male, though male-dominated samples skewed specific instruments.

Toward a Comprehensive Stress Assessment Framework

This systematic analysis reveals persistent conceptual fragmentation despite psychometric advancements. While contemporary scales (e.g., MASI, RASI) demonstrate strong reliability ($\alpha = 0.83$ avg.) and invariance testing (31.0% of studies), they overwhelmingly prioritize stressors (83.3% of instruments) while neglecting cognitive appraisal and coping mechanisms (Lazarus & Cohen, 1977; Lazarus & Folkman, 1984). This contradicts the transactional model framing stress as dynamic person-environment

interactions:

- The ASSIS and MASI meticulously catalog acculturative stressors (e.g., discrimination, language barriers) but omit appraisal processes that determine whether these become debilitating threats or manageable challenges (Lazarus et al., 1985).
- The Adult STRAIN predicts autoimmune disorders (IRR = 1.028) and sleep disruption ($r = 0.40$) yet overlooks coping strategies that may mitigate these effects.
- This theoretical misalignment risks pathologizing normative adaptation and obscures resilience pathways visible only through integrated assessment.

Conclusion

This systematic review exposes a critical paradox: our most "validated" cross-cultural stress scales measure superficial manifestations while neglecting core psychological engines. By fixating on stressors (83.3% of instruments) and ignoring appraisal/coping processes (absent in 92.9% of scales), interventions risk alleviating symptoms while overlooking adaptive resilience foundations. To address this, the field urgently requires:

1. **Next-generation methodologies** integrating participatory design, hybrid analytics (e.g., biomarkers + AI), and transactional theory.
2. **Collaborative validation** in severely underrepresented regions (Africa/Middle East: $\leq 3.6\%$ of participants) and marginalized populations (e.g., elderly migrants: 2.1% of samples).

As digital globalization intensifies cultural encounters, our measurement models must radically evolve beyond psychometric reductionism. Only by capturing the dynamic resilience inherent to cross-cultural adaptation can we progress from cataloging suffering to empowering human transformation in the face of cultural transition.

References

- Akhtar, M., & Kröner-Herwig, B. (2015). Acculturative Stress Among International Students in Context of Socio-Demographic Variables and Coping Styles. *Current Psychology*, 34(4), 803–815. <https://doi.org/10.1007/s12144-015-9303-4>
- Bai, J. (2016). Development and validation of the Acculturative Stress Scale for Chinese College Students in the United States (ASSCS). *Psychological Assessment*, 28(4), 443–447. <https://doi.org/10.1037/pas0000198>
- Bashir, A., & Khalid, R. (2020). Development and Validation of the Acculturative Stress Scale for Pakistani Muslim Students. *Cogent Psychology*, 7(1), 1714101. <https://doi.org/10.1080/23311908.2020.1714101>
- Berry, J. W. (2006). Contexts of acculturation. In D. L. Sam & J. W. Berry (Eds.), *The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology* (p. 27–42). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511489891.006>
- Bhandari, P. (2012). Stress and health related quality of life of Nepalese students studying in South Korea: A cross sectional study. *Health and Quality of Life Outcomes*, 10(1), 26. <https://doi.org/10.1186/1477-7525-10-26>
- Boshoff, S. M., Potgieter, J. C., Ellis, S. M., Mentz, K., & Malan, L. (2018). Validation of the Teacher Stress Inventory in a multicultural context. *South African Journal of Education*, 38(Suppl 2), S1–S12. <https://doi.org/10.15700/saje.v38ns2a1535>
- Campbell, M., McKenzie, J. E., Sowden, A., Katikireddi, S. V., Brennan, S. E., Ellis, S., Hartmann-Boyce, J., Ryan, R., Shepperd, S., Thomas, J., Welch, V., & Thomson, H. (2020). Synthesis without meta-analysis (SWiM) in systematic reviews: Reporting guideline. *BMJ*, 368, l6890. <https://doi.org/10.1136/bmj.l6890>
- Castillo, L. G., Cano, M. A., Yoon, M., Jung, E., Brown, E. J., Zamboanga, B. L., Kim, S. Y., Schwartz, S. J., Huynh, Q. L., Weisskirch, R. S., & Whitbourne, S. K. (2015). Factor structure and factorial invariance of the Multidimensional Acculturative Stress Inventory. *Psychological Assessment*, 27(3), 915–924. Scopus. <https://doi.org/10.1037/pas0000095>
- Castro-Olivo, S. M., Palardy, G. J., Albeg, L., & Williamson, A. A. (2014). Development and validation of the Coping with Acculturative Stress in American

Schools (CASAS-A) scale on a latino adolescent sample. *Assessment for Effective Intervention*, 40(1), 3–15. Scopus. <https://doi.org/10.1177/1534508413500983>

Cavazos-Rehg, P. A., Zayas, L. H., Walker, M. S., & Fisher, E. B. (2006). Evaluating an Abbreviated Version of the Hispanic Stress Inventory for Immigrants. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 28(4), 498–515. <https://doi.org/10.1177/0739986306291740>

Cazassa, M. J., Oliveira, M. da S., Spahr, C. M., Shields, G. S., & Slavich, G. M. (2020). The Stress and Adversity Inventory for Adults (Adult STRAIN) in Brazilian Portuguese: Initial Validation and Links With Executive Function, Sleep, and Mental and Physical Health. *Frontiers in Psychology*, 10, 3083. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.03083>

Cervantes, R. C., Padilla, A. M., & Salgado de Snyder, N. (1990). Reliability and validity of the Hispanic Stress Inventory. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 12(1), 76–82.

Cohen, S., Kamarck, T., & Mermelstein, R. (1983). A Global Measure of Perceived Stress. *Journal of Health and Social Behavior*, 24(4), 385. <https://doi.org/10.2307/2136404>

Dokoushkani, F., Juhari, R., Abdollahi, A., Motevaliyan, S. M., Villanueva, R. A., & Chen, Z. J. (2019). Development and Validation of the Acculturative Stress among Iranian Diaspora Scale. *Journal of Muslim Mental Health*, 13(1). <https://doi.org/10.3998/jmmh.10381607.0013.104>

Eiroa-Orosa, F. J., Evangelidou, S., Qureshi, A., & Collazos, F. (2023). Cross-Cultural Validation of the Barcelona Immigration Stress Scale. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 25(6), 1339–1353. <https://doi.org/10.1007/s10903-023-01520-2>

Gim Chung, R. H., Kim, B. S. K., & Abreu, J. M. (2004). Asian American Multidimensional Acculturation Scale: Development, Factor Analysis, Reliability, and Validity. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*, 10(1), 66–80. <https://doi.org/10.1037/1099-9809.10.1.66>

Guzmán-Yacaman, J. E., & Reyes-Bossio, M. (2018). Adaptación de la Escala de Percepción Global de Estrés en estudiantes universitarios peruanos. *Revista de Psicología*, 36(2), 719–750.

Jadalla, A., & Lee, J. (2015). Validation of Arabic and English Versions of the ARSMA-II Acculturation Rating Scale. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 17(1), 208–216. <https://doi.org/10.1007/s10903-013-9889-2>

Jibeen, T., & Khalid, R. (2010). Development and Preliminary Validation of Multidimensional Acculturative Stress Scale for Pakistani Immigrants in Toronto, Canada. *International Journal of Intercultural Relations*, 34(3), 233–243. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2009.09.006>

Khan, A. A., & Hasan, B. (2017). Development and validation of 16-item acculturative stress scale for within country migrated students. *International Journal of Indian Psychology*, 5(1), 36–46.

Khawaja, N. G., & Carr, K. (2020). Exploring the factor structure and psychometric properties of an acculturation and resilience scale with culturally and linguistically diverse adolescents. *Australian Psychologist*, 55(1), 26–37. <https://doi.org/10.1111/ap.12436>

Kim, U. (2010, março). Acculturation Attitudes Scale: Development and validation of the scale with Korean and Korean-Canadian samples. *Proceedings of a Conference*. <https://www.researchgate.net/publication/309722447>

Lapkin, S., & Fernandez, R. (2018). Confirmatory Factor Analysis and Psychometric Properties of the Multidimensional Acculturative Stress Scale. *Australian Psychologist*, 53(4), 339–344. <https://doi.org/10.1111/ap.12326>

Lazarus, R. S., & Cohen, J. B. (1977). Environmental stress. In *Human behavior and environment* (p. 89–127). Springer.

Lazarus, R. S., DeLongis, A., Folkman, S., & Gruen, R. (1985). Stress and adaptational outcomes: The problem of confounded measures. *American Psychologist*, 40(7), 770–779. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.40.7.770>

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. Springer.

Lefringhausen, K., & Marshall, T. C. (2016). Locals' Bidimensional Acculturation Model: Validation and Associations With Psychological and Sociocultural Adjustment Outcomes. *Cross-Cultural Research*, 50(4), 356–392. <https://doi.org/10.1177/1069397116659048>

- Liu, Y., Chen, X., Li, S., Yu, B., Wang, Y., & Yan, H. (2016). Path analysis of acculturative stress components and their relationship with depression among international students in China. *Stress and Health*, 32(5), 524–534. <https://doi.org/10.1002/smi.2658>
- Luft, C. D. B., Sanches, S. D. O., Mazo, G. Z., & Andrade, A. (2007). Versão brasileira da Escala de Estresse Percebido: Tradução e validação para idosos. *Revista de Saúde Pública*, 41(4), 606–615. <https://doi.org/10.1590/s0034-89102007000400015>
- Matsumoto, D., LeRoux, J. A., Robles, Y., & Campos, G. (2007). The Intercultural Adjustment Potential Scale (ICAPS) predicts adjustment above and beyond personality and general intelligence. *International Journal of Intercultural Relations*, 31(6), 747–759. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2007.08.002>
- Matsumoto, D., LeRoux, J., Ratzlaff, C., Tatani, H., Uchida, H., Kim, C., & Araki, S. (2001). Development and validation of a measure of intercultural adjustment potential in Japanese sojourners: The Intercultural Adjustment Potential Scale (ICAPS). *International Journal of Intercultural Relations*, 25(5), 483–510. [https://doi.org/10.1016/s0147-1767\(01\)00019-0](https://doi.org/10.1016/s0147-1767(01)00019-0)
- Merced, K., Ohayagha, C., Grover, R., Garcia-Rodriguez, I., Moreno, O., & Perrin, P. B. (2022). Spanish Translation and Psychometric Validation of a Measure of Acculturative Stress among Latinx Immigrants in the USA. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(5), 2808. <https://doi.org/10.3390/ijerph19052808>
- Miller, M. J., Kim, J., & Benet-Martínez, V. (2011). Validating the Riverside Acculturation Stress Inventory with Asian Americans. *Psychological Assessment*, 23(2), 300–310. <https://doi.org/10.1037/a0021589>
- Nguyen, H. H., & Von Eye, A. (2002). The Acculturation Scale for Vietnamese Adolescents (ASVA): A bidimensional perspective. *International Journal of Behavioral Development*, 26(3), 202–213. <https://doi.org/10.1080/01650250042000672>
- Pacheco, J. P. G., Hoffmann, M. S., Braun, L. E., Medeiros, I. P., Casarotto, D., Hauck, S., Porru, F., Herlo, M., & Calegari, V. C. (2023). Translation, cultural adaptation, and validation of the Brazilian Portuguese version of the Higher Education Stress

Inventory (HESI-Br). Trends in Psychiatry and Psychotherapy. <https://doi.org/10.47626/2237-6089-2021-0445>

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., & Mulrow, C. D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>

Page, M. J., Moher, D., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... McKenzie, J. E. (2021). PRISMA 2020 explanation and elaboration: Updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *BMJ*, n160. <https://doi.org/10.1136/bmj.n160>

Pan, J. Y., Yue, X., & Chan, C. L. W. (2010). Development and validation of the acculturative hassles scale for chinese students (AHSCS): An example of mainland chinese university students in Hong Kong. *Psychologia*, 53(3), 163–178. Scopus. <https://doi.org/10.2117/psysoc.2010.163>

Rodriguez, N., Flores, T., Flores, R. T., Myers, H. F., & Vriesema, C. C. (2015). Validation of the Multidimensional Acculturative Stress Inventory on adolescents of Mexican origin. *Psychological assessment*, 27(4), 1438–1451. Scopus. <https://doi.org/10.1037/pas0000125>

Rodriguez, N., Myers, H. F., Mira, C. B., Flores, T., & Garcia-Hernandez, L. (2002). Development of the Multidimensional Acculturative Stress Inventory for adults of Mexican origin. *Psychological Assessment*, 14(4), 451–461. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.14.4.451>

Sandhu, D. S., & Asrabadi, B. R. (1994). Development of an Acculturative Stress Scale for International Students: Preliminary Findings. *Psychological Reports*, 75(1), 435–448. <https://doi.org/10.2466/pr0.1994.75.1.435>

Scholaske, L., Rodriguez, N., Sari, N. E., Spallek, J., Ziegler, M., & Entringer, S. (2020). The German Version of the Multidimensional Acculturative Stress Inventory (MASI) for Turkish-Origin Immigrants: Measurement Invariance of Filter Questions and Validation. *European Journal of Psychological Assessment*, 36(5), 889–900. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000567>

- Suarez-Morales, L., Dillon, F. R., & Szapocznik, J. (2007). Validation of the Acculturative Stress Inventory for Children. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*, 13(3), 216–224. <https://doi.org/10.1037/1099-9809.13.3.216>
- Suh, H., Rice, K. G., Choi, C.-C., Van Nuenen, M., Zhang, Y., Morero, Y., & Anderson, D. (2016). Measuring acculturative stress with the SAFE: Evidence for longitudinal measurement invariance and associations with life satisfaction. *Personality and Individual Differences*, 89, 217–222.
- Suinn, R. M., Ahuna, C., & Khoo, G. (1992). The Suinn-Lew Asian Self-Identity Acculturation Scale: Concurrent and Factorial Validation. *Educational and Psychological Measurement*, 52(4), 1041–1046. <https://doi.org/10.1177/0013164492052004028>
- Urzúa, A., Henríquez, D., Caqueo-Úrizar, A., & Smith-Castro, V. (2021). Validation of the brief scale for the evaluation of acculturation stress in migrant population (EBEA). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 34(1), 3. <https://doi.org/10.1186/s41155-020-00168-3>
- Yu, B., Chen, X., Li, S., Liu, Y., Jacques-Tiura, A. J., & Yan, H. (2014). Acculturative Stress and Influential Factors among International Students in China: A Structural Dynamic Perspective. *PLoS ONE*, 9(4), e96322. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0096322>
- Zea, M. C., Asner-Self, K. K., Birman, D., & Buki, L. P. (2003). The Abbreviated Multidimensional Acculturation Scale: Empirical validation with two Latino/Latina samples. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 9(2), 107–126. <https://doi.org/10.1037/1099-9809.9.2.107>
- Zhang, Y., & Jung, E. (2017). Multi-Dimensionality of Acculturative Stress among Chinese International Students: What Lies behind Their Struggles? 7(1), 23–43.

ÍNDICE REMISSIVO

- Ambiente educacional, 8
- Arte, 8, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 163, 167
- Avaliação cognitiva, 9
- Barreiras linguísticas, 9
- Contexto familiar, 8, 100, 103
- Coping, 9, 39, 47, 135, 149, 152, 153, 154, 155, 158
- Cuidado psicológico, 7, 30, 36
- Cultura da inclusão, 8
- Desafios emocionais, 7
- Desafios interculturais, 7
- Desempenho acadêmico, 8, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132
- Desigualdades, 7, 53, 54, 56, 58, 60, 62, 63, 65, 66, 68
- Discriminação, 7, 9, 55, 56, 57, 67, 69, 70, 101
- Discriminação de Gênero, 7
- Doenças autoimunes, 7, 28, 29, 39, 40
- Elementos interculturais, 8, 75
- Enfoque interdisciplinar, 7
- Envelhecimento, 8, 96, 97, 98, 101, 102, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116
- Escalas de stresse transcultural, 8
- Estressores, 8, 43, 103
- Estruturas culturais, 7
- Estruturas Culturais, 7
- Estudante, educacional-cultural, 8
- Exclusão, 8, 55, 57, 69, 92, 96, 98, 101, 169
- Expressões estéticas, 8
- Fator desencadeante, 7
- Fenômenos sociais, 7, 11
- Forma de poder, 8
- Idosos, 8, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 159
- Interações culturais, 7
- Interculturalidade, 7
- Isolamento, 8, 16, 29, 31, 33, 47, 96, 109, 110, 112, 168
- Literatura, 8, 163, 168, 169
- Mídias sociais, 8, 81, 82, 90, 92, 93
- Modelo transaccional, 8
- Modernidade, 7, 12, 13, 23, 66, 166
- Pacientes hospitalizados, 7, 28
- Padrões consumistas, 8
- Práticas interculturais, 8
- Psicologia Hospitalar, 7, 28, 29, 30, 33, 37, 38, 40
- Racismo, 7, 69, 70
- Racismo Cultural, 7
- Reduccionismo psicométrico, 8
- Relações interculturais, 7, 9
- Revisão sistemática, 8
- Saúde mental, 8, 12, 31, 38, 43, 44, 46, 47, 52, 63, 66, 97, 98
- Sensibilidade intercultural, 7
- Transtorno de ansiedade, 7, 41, 48, 50

Transtorno de estresse pós-traumático, 7,
41, 52

Validação cultural, 8

Vínculos afetivos, 8, 96, 98, 99, 100, 101,
109, 110, 111

DOS AUTORES

Cleia Zanatta

Pós-Doutora em Psicologia, pelo Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi), na Escola de Psicologia da Universidade do Minho – UMINHO, Portugal (2019); Doutora em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2007); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (1996); - Psicóloga (1981), Pedagoga (1973) e Advogada (2000) pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP); Especialista em Psicopedagogia e Psicologia Escolar/Educacional pelo Conselho Federal de Psicologia; Pesquisadora e professora colaboradora do Grupo Universitário de Investigação em Autorregulação de Aprendizagem (GUIA), da Escola de Psicologia da Universidade do Minho - Portugal; Pesquisadora do Grupo de Trabalho Psicologia e Religião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPPEP); Investigadora do Programa Internacional de Pesquisa Cátedras Scholas, vinculado ao Vaticano; Professora e investigadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis/Petrópolis / RJ. Coordenadora do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis.

Elis Crokidakis Castro

Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991), graduação em Letras - Português-Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001), Mestrado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) com bolsa sanduíche na Faculdade de Roma- Italia - La Sapienza. Pós Doutora em Literatura Brasileira pela UFRJ e cursando Pós doutoramento em Cinema no PPG Cine da UFF- "Cidades reais e cidades imaginárias". Atualmente é professor e desenvolve pesquisas sociais e antropológicas na área de violência contra a mulher e a criança, assim como vem trabalhando em projetos que visam o estudo das cidades sob uma abordagem multidisciplinar pensando sempre a sociedade, a cultura, o direito e a arte. Tem experiência na área de direitos humanos e sociais, Letras e Cinema, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, cinema, cultura, cidade, literatura e artes. Atua lecionando na UNIFACHA .

Francisco dos Santos Cardoso

Psicólogo. Licenciado, Mestre e Doutor em Psicologia. Realizou Estágios em Psicologia Clínica e em Psicologia Pedagógica, na FPCE Universidade de Coimbra; e na Universidade de S. Paulo, Ribeirão Preto, um estágio em Psicofísica, no laboratório de Psicofísica e Percepção, sob a coordenação de Prof. José Aparecido da Silva. Possui ainda Formação avançada em Psicologia Cognitiva-Narrativa e em Avaliação Psicológica Forense, pela Universidade do Minho. Orientador de Estágios Psicólogo Júnior – Ordem de Psicólogos Portugueses, OPP. Inscrito na OPP na Especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde e na Especialidade Avançada de Psicoterapia. Lecionou na Escola de Educação e no Instituto de Estudos Interdisciplinares Jean Piaget (Viseu), na Escola Superior de Educação de Coimbra e foi investigador do Instituto de Inovação Educacional (Ministério da Educação), na Universidade de Coimbra. Foi premiado com bolsas de investigação (de mestrado e doutoramento) pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Portugal. Atualmente, na UTAD, leciona e investiga nas áreas da psicologia clínica e psicoterapia, psicologia cognitiva, processos afetivos avaliativos e das emoções, e psicologia fenomenológica. Tem diversas publicações em revistas, capítulos e livros publicados. É membro externo do grupo de pesquisa do Laboratório Virtual de Cognição e Leitura (LAVCOGL) da Universidade de São Paulo, Brasil (USP-RP). Orcid 0000-0002-6899-7770 - Ciência ID 161C-97EB-0144.

Gabriel Medeiros

Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Especialista em Saúde Mental pela PUC Minas, em Terapia Cognitiva Breve pela Faculdade Unyleya e em Logoterapia e Análise Existencial pela Associação de Logoterapia Viktor Frankl (ALVEF). Bacharel em psicologia pela UNIFIPMoc. Cursa especialização *lato sensu* em Logoterapia Clínica Avançada pelo IPSapiens Busca Sentido. Psicólogo clínico e logoterapeuta. Sócio e integrante da equipe técnica do Instituto Existir Saudável - IES. gabrielsmedeiros77@gmail.com.

Givago da Silva Souza

Graduado em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (2002), graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (2004), mestrado e doutorado em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do

Pará (2005, 2009). Tem experiência na área de Fisiologia, com ênfase em Neurofisiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: (i) Sistemas sensoriais e motores, com ênfase em neurociência visual, visão espacial, visão de cor, eletrofisiologia e psicofísica visual. (ii) Epidemiologia da exposição ao mercúrio de populações amazônicas. (iii) Controle postural. (iv) desenvolvimento de aplicativos para a avaliação sensório motora. Atualmente é Professor Associado III da disciplina de Fisiologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará. É professor permanente dos programas de pós-graduação em Neurociências e Biologia Celular, Doenças Tropicais e em Saúde na Amazônia. Foi Vice coordenador (2012-2014) e Coordenador (2014-2018) do programa de pós-graduação em Doenças Tropicais do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, foi Vice coordenador e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Saúde na Amazônia, vice coordenador do programa de pós-graduação em neurociência e biologia celular (2022-hoje). Secretário geral (2013-2016), Vice-presidente (2017-2019) e Presidente (2019-atual) da Brazilian Research Association in Vision and Ophthalmology, Membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências (2016 a 2020). Coordenador do GT de psicobiologia, neurociência e comportamento (2020-2024). Coordenador do Curso Internacional de Neurociência Cognitiva. Tem mais de uma centena de artigos científicos em revistas qualificadas na área de sistemas sensoriais e motores e é pesquisador de produtividade do CNPq.

José Aparecido da Silva

Professor Visitante na Universidade de Brasília (UNB) e possui formação em Psicologia com Doutorado pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado pela University of California. Com ampla experiência em pesquisa e docência, suas áreas de atuação incluem neurociência, cognição e mensuração psicofísica. Já atuou em diversas posições de liderança acadêmica e é membro de várias sociedades científicas internacionais. Além disso, possui várias publicações em revistas científicas renomadas. E-mail para correspondência: jadsilva@ffclrp.usp.br

Luís Antônio Monteiro Campos

Professor e pesquisador na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade e possui vasta experiência acadêmica e

interdisciplinar nas áreas de Filosofia, Sociologia e Psicologia, com enfoque na interculturalidade. Ele é autor de diversas publicações científicas, incluindo livros e capítulos voltados para temas como modernidade líquida, valores culturais, e diálogos interculturais. Participa ativamente de comitês editoriais e projetos interinstitucionais voltados para o fortalecimento da pesquisa em psicologia social e cultural.

Mara Medeiros

Mestre em Psicologia, pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP-RJ (2024); Especialização *lato sensu* em: Psicologia positiva, ciência do bem-estar e autorrealização, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC-RS (2022); em Logoterapia e Análise Existencial, pela Associação de Logoterapia Viktor Emil Frankl (ALVEF) e Faculdade Vicentina (2020); em Psicogerontologia, pela Faculdade UNIYLEYA (2019); em Didática: O Ensino e a Pesquisa na Educação. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (1995); Possui especialização em Logoterapia Clínica, pela ALVEF (2021); MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (1999). Graduada em Direito, pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (1992); Formação em práticas clínicas mediadas por tecnologias, pela Casa dos Insights SP, (2019). Cursa especialização *lato sensu* em Logoterapia Clínica Avançada pelo IPSapiens Busca Sentido; cursa especialização *lato sensu* em Práticas Psicológicas em Psicologia Integrativa, pela UNYLEYA. Psicóloga clínica, psicoterapeuta, logoterapeuta. Professora no curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc (Montes Claros, MG). Sócia e integrante da equipe técnica do Instituto Existir Saudável - IES. maramedeiros.psi@gmail.com.

Maria de Lara Moutta Calado de Oliveira

Estudante de Psicologia, Engenheira Mecânica, Doutora em Administração, Mestre em Engenharia da Produção, Especialista em Psicopedagogia Institucional, MBA em Educação Híbrida, Metodologias Ativas e Gestão da Aprendizagem, MBA em Docência e Metodologia para o Ensino Superior, MBA em Gestão de Projetos e MBA em gerenciamento da cadeia de suprimentos. Professora da UNINASSAU, UPE, IPOG e ENAP. Servidora Pública Federal da carreira de Analista de Infraestrutura. Atualmente atua como Coordenadora de Projetos Navais do Ministério de Portos e Aeroportos. E-mail: mlara.calado@gmail.com

Mariana Rezende Alves de Oliveira

Doutoranda em Psicobiologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, na USP com pesquisa em dor crônica e aspectos neurocognitivos. Research Trainee na Unidade de Neurobiologia e Psiquiatria da Universidade McGill em Montréal, Canadá, com pesquisa experimental no tratamento de neuropatia crônica com psicodélicos. Membro e pesquisadora no Centro Multiusuário de neuroeletrofisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) e no Laboratório de Neurociências de Dor e Emoções, coordenado pelo prof. Dr. Renato Leonardo de Freitas desde 2022 até o presente momento. Mestre em Ciências pelo programa de pós-graduação em Psicobiologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, na USP. Psicóloga clínica na abordagem Cognitivo Comportamental. Bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Marcela Régnier

Formação em Administração, com atuação a 15 anos na área. Graduanda em Psicologia pela Uninassau – Boa Viagem. [Doi.org/0009000108676836](https://doi.org/0009000108676836) - Livro Interculturalidade - Editora Lugar de Fala Rio de Janeiro.

Márcia Maria Escobar Vasconcelos de Oliveira

1995 - 2001: Graduação em Enfermagem - Fundação de Ensino Superior de Olinda, FUNESO, Olinda, Brasil. 2014 - 2018: Graduação em Teologia - Faculdade de Teologia Integrada, FATIN, Brasil. 2023 em curso: Graduação em Psicologia- Centro universitário Maurício de Nassau - Recife, UNINASSAU, Recife, Brasil. Projeto de extensão 2024 - Sexualidade, diversidade e gênero. Descrição: Projeto de Extensão em uma Escola Estadual de Pernambuco em 2024. Projeto de extensão 2023 - Histórias que inspiram: a arte de motivar através da contação de histórias. Descrição: Este trabalho é o resultado de estudo e experimentação de vivência do lúdico na práxis de contação de história na ludicidade de uma ONG na cidade do Recife/PE, com vivência em crianças de 04 a 12 anos. Projeto de extensão 2023 - A construção da identidade através do autorretrato e sua perspectiva social. Descrição: projeto de Extensão em uma Escola Estadual de Pernambuco em 2023, através de oficina ministrada para integração com os alunos dentro da temática de identidade e autorretrato, com crianças de faixa etária entre 4 a 8 anos. Artigos publicados: ISBN 978-65-01-26805-799"786501268057 - Saúde 2 - Editora Lucel São Paulo , - doi.org/0009000108676836 -

Ozenice Batista da Silva

Formação, Uninassau, Campus Boa Viagem, Recife, Pe., 2024. Curso de Psicologia. Eu e o social: a atuação e os desafios do direito e psicologia social 19/06/2019. A biopsicológica e os efeitos que o isolamento pode ocasionar 14/09/202. Modificações nas técnicas em atendimentos psicoterápicos, 14/09/2021. O papel do psicólogo na retirada de famílias de condições de vulnerabilidade 14/09/2021 Liga Acadêmica de Psicologia e Espiritualidade (LAPE), Novembro 2021, Uninassau: O divino e a enfermidade na luz da fenomenologia, Liga Acadêmica de Psicologia e Espiritualidade; O Natal na ótica da Psicologia. Responsabilidade Social. Comunidade Entra Pulso, Liga de Práticas de Cuidado, Dra Janaína Tenorio, agosto de 2021. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENVELHECIMENTO HUMANO EM PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR, Agosto de 2023, 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE, Setembro de 2023. Experiência. Clínica Escola da Uninassau, como plantonista, no período de agosto a dezembro de 2022. Estágio Supervisionado em Social e Saúde, atendimento sistemático sob orientação do Prof. Walfrido Menezes. Email: obirs50@gmail.com;

Patricia da Silva Paulote de Lima

Graduada em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), Pós-Graduada em Neuropsicologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), graduada em Letras com habilitação em Português/Literatura pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), Pós-Graduada em Linguística e Gramática pela Universidade Estácio de Sá.

Patrícia Uchôa

Curso em Gestão Financeira pela Faculdade Boa Viagem. Graduanda em psicologia pela Uninassau – Boa Viagem. Artigos: ISBN 978-65-01-26805-799"786501268057 - Saúde 2 - Editora Lucel São Paulo, doi.org/0009000108676836 - Livro Interculturalidade - Editora Lugar de Fala Rio de Janeiro. Projeto de extensão 2024 - Sexualidade, diversidade e gênero. Projeto de Extensão em uma Escola Estadual de Pernambuco em 2024, através de oficinas ministradas para integração com os alunos dentro da temática de Sexualidade, Diversidade e Gênero. ORCID:0009-0009-5481-7714

Rosemary Conceição dos Santos

Professora Visitante na Universidade Federal de Pelotas (RS) e pós-doutorado em

cognição e leitura pela Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo de Pesquisa Cognição e Leitura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP (FFCLRP-USP). Membro da Associação Brasileira de Literatura Comparada e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Atua em questões de alegoria, estética, literatura de língua portuguesa, cognição, jornalismo literário e psicofísica do consenso literário.

Tânia Marlene Teixeira Moreira

Investigadora Júnior e membro integrado do Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho (CIPsi) - Portugal e do Grupo Universitário de Investigação em Autorregulação (GUIA) – Universidade do Minho/Portugal. Tem desenvolvido investigação e programas de intervenção no âmbito dos processos de autorregulação, motivação e envolvimento escolar em populações em risco de pobreza e exclusão social, particularmente grupos étnicos sub-representados (cf. site do grupo de investigação www.guia-psi.com). Colabora na orientação de estudantes de Doutorado e de Mestrado. Possui experiência no desenvolvimento e implementação de programas de promoção de competências de autorregulação e de envolvimento escolar no ensino básico e no ensino superior. Na docência, tem lecionado diversos tópicos na área da Psicologia da Educação e Psicologia da Motivação e de Metodologias de Análise de Dados. Universidade do Minho, Portugal - taniatmoreira@gmail.com

Tania Regina Douzats Vellasco

Doutoranda em Educação pela Universidade SEK, Chile; Mestre em Gestão Estratégica em Negócios pela UFRRJ; MBA Administração Geral Gestão Empresarial pela UFRRJ; Graduada em Psicologia pela Universidade Gama Filho; Pós Graduada em EAD pela Unesa/UniSeb; Pós Graduada em Psicologia Positiva pela CPAF/UCAM; Pós Graduada em TCC pela IBH-Instituto Pinel; Ao longo dos mais de 10 anos que trabalhou na Universidade Estácio de Sá, foi Coordenadora NAAP e Supervisora Projeto Idosos na Universidade Estácio de Sá; Orientadora do Projeto Iniciação Científica na Unesa, Professora de Pós Graduação na Universidade Estácio de Sá; Professora da Universidade Estácio de Sá, em EAD e Presencial; Participação no Curso de Capacitação de Tutores pelo Ibmecc. Atualmente Professora de Psicologia da Universidade Unigranrio/Afya e Universidade Veiga de Almeida. Vasta experiência nas áreas: Acadêmica, Clínica, Recursos Humanos, Administrativa e Docência; Qualificada DISC Avaliação Comportamental;

Master Coach ICF; Psicóloga Clínica, atuando em consultório particular, Vice-presidente em dois mandatos na ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos).

Tatiane Santana Prado Ferraresi

Doutoranda em Psicobiologia na Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É especialista em Reabilitação Neuropsicológica pela USP/SP e em Neuropsicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia, Saúde e Comportamento de Rio Preto (IPECS). Graduiu-se em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Atua como professora, orientadora de estágio e pesquisa e pesquisadora, com foco em inteligência, funções executivas e impactos da Covid-19 na cognição. Orcid: 0000-0002-1606-9630. E-mail para correspondência: tatianeferraresi@usp.br

Zeimara de Almeida Santos

Pós-doutoranda pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutorado e Mestrado em Psicologia Social na linha de pesquisa Desenvolvimento Sócio cognitivo, Relações Interpessoais e Educação pela Universidade Salgado de Oliveira. Graduação de Psicologia pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Educação pela Faculdade Paraíso. Especialista em Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes. Graduada em Administração de Empresas e Psicologia. Atua como professora desde o ano de 2008, nos cursos de Graduação, com disciplinas (presencial e a distância), na área de Administração, Educação e Psicologia. Possui experiência de pesquisa qualitativa e quantitativa na área de ciências sociais aplicadas e humanas. Atua também como psicóloga hospitalar em uma instituição pública da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Maria Claudia Ferreira Coutinho

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Mauricio de Nassau, Recife, PE, Brasil. Bacharel em Direito pela Faculdade Pernambucana, Recife, PE, Brasil.

Walfrido Menezes

Possui graduação em Licenciatura Plena Em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1981), graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1982), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco

(2000) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Atualmente é professor titular de Psicologia Comunitária e Coordenador do Curso de Psicologia da Faculdade Estácio do Recife, professor de metodologia da União dos Institutos Brasileiros de Tecnologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Comunitária, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, identidade, representação social, mulheres, diversidade sexual e sexualidade. Pesquisador Focal da Faculdade Estácio do Recife. É autor de *A Barriga Cresceu... Adeus Meninas!!!* (Idéia), *Era... Uma Vez: Mulheres* (IN)Visíveis (Iglu), entre capítulos em outros livros e artigos. Temas de pesquisa: representações sociais, exclusão social e simbólica, gênero, trabalho invisível das mulheres e saúde mental. walfridomenezes@uol.com.br; walfridomenezes@yahoo.com.br

Alberto Abad

Graduado em Administração de Empresas Turísticas (1991) e em Psicologia (2007), além de um mestrado em Relações Internacionais, com ênfase em estudos de fronteira, e um doutorado em Psicologia do Desenvolvimento Humano. Concluiu a pós-graduação em Hipnoterapia Ericksoniana pela Universidad Autónoma de Nuevo León (UANL) em 2006. É membro fundador do Laboratório Virtual de Neuropsicometria Afetiva, Cognitiva e Comportamental (LAVINACC). Atualmente, realiza um estágio pós-doutoral intitulado Inventário de Estresse e Resiliência na Mobilidade Transcultural: Construção e Propriedades Psicométricas (APQ-00945-23), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7748-6008> LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4652099266178160>.



ISBN: 978-65-984545-3-1

CD



9 786598 454531